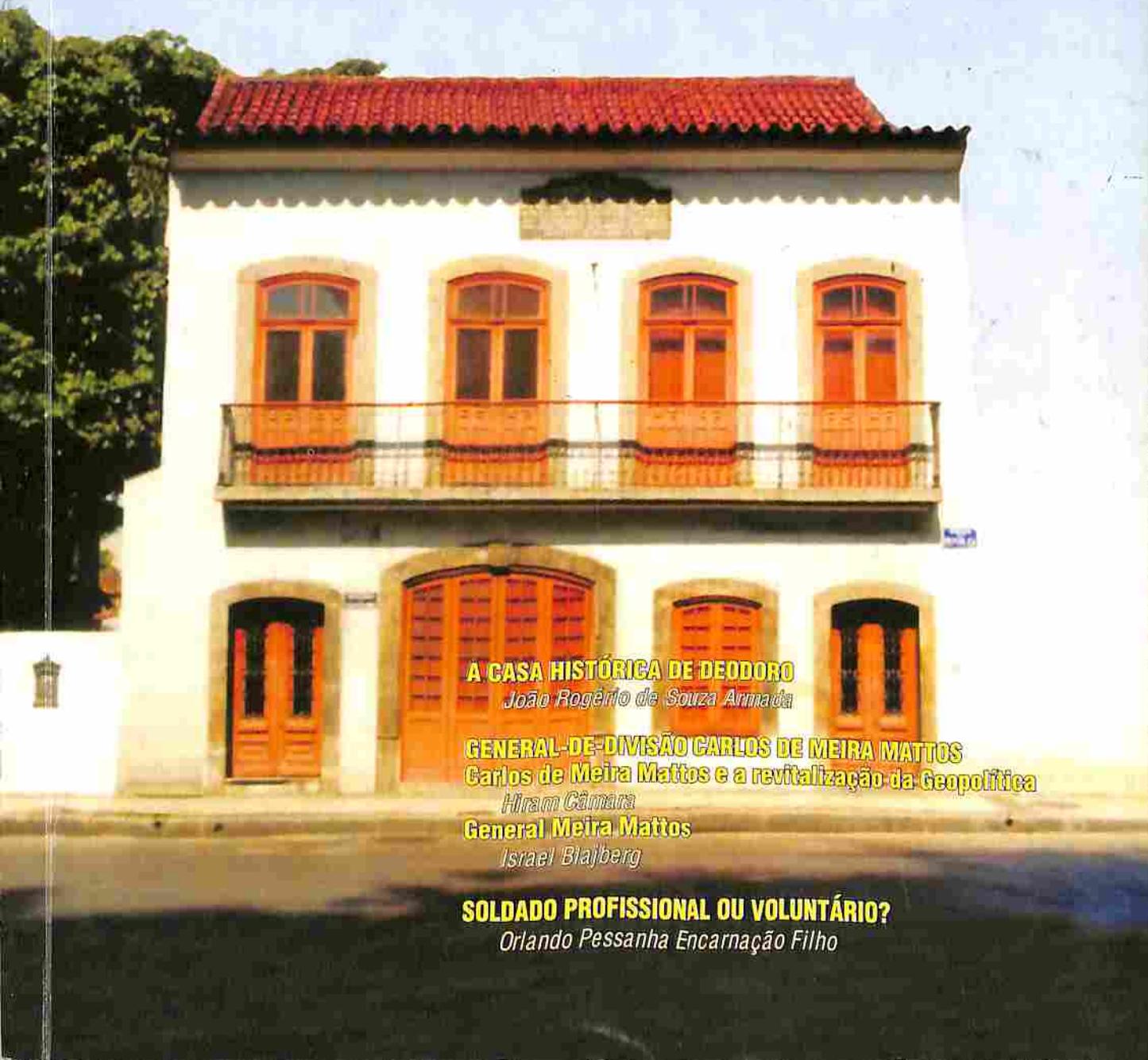




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIII - Nº 807 - JAN/FEV/MAR/ABR DE 2007



A CASA HISTÓRICA DE DEODORO

João Rogério de Souza Armada

GENERAL DE DIVISÃO CARLOS DE MEIRA MATTOS

Carlos de Meira Mattos e a revitalização da Geopolítica

Hiram Câmara

General Meira Mattos

Israel Blajberg

SOLDADO PROFISSIONAL OU VOLUNTÁRIO?

Orlando Pessanha Encarnação Filho

MINISTÉRIO DA DEFESA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

AQUISIÇÃO

ORIGEM: BIBLIFX

DATA: 5/10/07

PREÇO:

EMPENHOS: 290632/38450143



EDITORIAL

A Defesa Nacional, em seu número anterior – 3º Quadrimestre de 2006 –, destacou o papel do militar como homem de Estado e a importância da cultura em sua formação profissional.

Dedica este número à “Casa Histórica de Deodoro”, patrimônio da história brasileira e, atualmente, acervo do Museu Histórico do Exército, que a mantém e opera. Ali no Campo de Santana, hoje Praça da República, ao lado do imponente prédio do Arquivo Nacional, ela, quase desapercebida pelo transeunte, é uma testemunha silenciosa da Proclamação da República. Não tão silenciosa nem tão desapercebida: abriga no seu interior uma exposição do museu e é a sede do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Uma coisa e outra constituem, aí sim, silencioso, perseverante e profícuo esforço em favor da história militar brasileira e da história do Brasil. As exposições abertas ao público pelo museu e as atividades do IGHMB – com suas sessões semanais, sua biblioteca para consulta e, atualmente, abrigando um curso de especialização em História Militar Brasileira em convênio com o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (DEP) e com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – constituem uma contribuição importante para a cultura militar e estímulo para atividades complementares de pesquisa, divulgação e preservação da memória nacional.

A “Casa de Deodoro”, como é afetuosamente chamada, guarda mais que a lembrança do velho marechal, a própria tradição militar do Brasil.

SUMÁRIO

A CASA HISTÓRICA DE DEODORO	3
<i>João Rogério de Souza Armada</i>	
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL	9
<i>Do Clube Militar à Casa Histórica de Deodoro</i>	
GENERAL-DE-DIVISÃO CARLOS DE MEIRA MATTOS	
<i>Carlos de Meira Mattos e a revitalização da Geopolítica</i>	11
<i>Hiram Câmara</i>	
<i>General Meira Mattos</i>	14
<i>Israel Blajberg</i>	
CHINA E ÍNDIA NUM MUNDO CADA VEZ MAIS PLANO	16
<i>Carlos I. S. Azambuja</i>	
DOIS COLOSSOS EMERGENTES: ÍNDIA E CHINA, FRENTE A FRENTE	20
<i>Rafael Poch</i>	
FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA	22
<i>Heitor de Paola</i>	
COM A INDIFERENÇA DE UM DEUS	27
<i>Janer Cristaldo</i>	
DEVOLTA AOS MITOS REVOLUCIONÁRIOS DO TERCEIRO MUNDO	30
<i>Jarbas Passarinho</i>	
SOLDADO PROFISSIONAL OU VOLUNTÁRIO?	32
<i>Orlando Pessanha Encarnação Filho</i>	
MURALHAS	
<i>Visão secessionista através dos tempos</i>	44
<i>O Islã radical e o Mundo Ocidental</i>	45
<i>EUA: país satélite?</i>	46
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
O BRASIL E O EIXO DO PACÍFICO	48
<i>Mario Gibson Barboza</i>	
O ESTADO HEGEMÔNICO, HERANÇA DO PATRIMONIALISMO PORTUGUÊS	51
<i>Francisco Ferraz</i>	
UM FRAGMENTO DA ESCRAVIDÃO	54
<i>Boris Fausto</i>	
OLHAR CRÍTICO SOBRE O BRASIL	56
<i>Arnaldo Jabor</i>	
OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	58
<i>Extrato de texto de ALERTA CIENTÍFICO e AMBIENTAL</i>	
A DEFESA NACIONAL NA AGENDA LEGISLATIVA BRASILEIRA: UM BALANÇO CRÍTICO	63
<i>Luís Alexandre Fuccille</i>	
HISTÓRIA: MOVIMENTO DE 31 DE MARÇO DE 1964	74
<i>Jarbas Passarinho</i>	
DA IMPRENSA	76

A casa histórica de Deodoro¹

João Rogério de Souza Armada*

Os transeuntes que passam em frente ao sobrado número 197, da Praça da República, esquina com Rua Azevedo Coutinho, possivelmente nunca se deram conta de que estiveram próximos de um dos sítios históricos mais importantes da História política do Brasil. Além de servir de residência para o Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República brasileira, na Casa Histórica de Deodoro, chamada assim desde 1889, foi deliberado o primeiro ministério republicano, no dia 9 de novembro de 1889, assim como também nela decidiu-se como seria a Bandeira Nacional, no dia 19 de novembro do mesmo ano.

ANTECEDENTES

Ao estudarmos a história da Casa, verificaremos que o imóvel teve seu endereço modificado em várias ocasiões, em face das transformações que sofreu o Rio Antigo ao longo do tempo. A própria Praça da República também teve o seu nome por diversas vezes modificado, devido aos importantes fatos ocorridos no local.

Seu primeiro nome foi *Campo da Cidade*. Ainda no século XVI, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tinha como um de seus limites a *Vala*, no lado oeste, um escoamento da Lagoa de Santo Antônio que se prolongava até a praia, onde hoje se situa a Rua Uruguaiana. Toda a região posterior, até o cais do porto, era

composta por campos constituídos de brejos e alagadiços. No século seguinte, o local passou a ser de domínio público, servindo de pasto para o gado, matadouro, depósito de dejetos produzidos na cidade, além de cemitério de escravos. Foi no final do século XVII que começaram a surgir as primeiras moradias, as chácaras, que vieram a resultar na divisão do campo.

Logo após, o local recebeu o nome de *Campo de São Domingos*. A Igreja de São Domingos foi construída na região já no século XVIII, num terreno cedido pela Câmara no então *Campo da Cidade*. A partir daí, o local passou a ser conhecido por Campo de São Domingos, recebendo cada vez mais moradias, sendo notadamente habitado por comerciantes, ciganos e judeus.

Ainda no século XVIII, foi construída a Igreja de Sant'Anna, onde hoje se localiza a Estação Ferroviária Pedro II. O local foi crescendo de importância, passando a servir de ambiente propício aos festejos públicos. Foi criada, então, a *Freguesia de Sant'Anna*, no ano de 1806, passando o campo a chamar-se *Campo de Sant'Anna*.

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, também influiu na modificação e importância da região. O local foi aterrado e cercado por ordem de D. João VI, sendo nele construído um chafariz que era alimentado pelo Rio Maracanã, tendo sido inaugurado pessoalmente por D. João VI no dia do seu aniversário, em 26 de junho de 1813. Mas foi a aclamação de

¹ Colaboração do Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana.

* O autor é Capitão do Quadro Complementar de Oficiais – QCO, turma de 1998. É graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 1995 e pós-graduado em História Militar Brasileira pela UNIRIO/IGHMB – 2005.

D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822, como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil que levou a nova mudança do nome do Campo, uma vez que lá foram realizados os festejos que marcaram o referido evento. Assim o local passou a chamar-se *Praça da Adamação*.

Após a abdicação de D. Pedro I, alguns patriotas exaltados exigiram a mudança do nome da praça para Campo da Liberdade.



Parede interna da Casa de Deodoro



Telha original da Casa Histórica de Deodoro

Entretanto, o local passou a ser denominado de *Campo da Honra*.

Pouco mais de dez anos depois o local assiste a novos festejos, desta vez à consagração da maioridade de D. Pedro II. O Campo da Honra torna-se, então, o *Campo da Adamação*. Em 1873, são iniciadas obras no local, que foram concluídas em 1880. Estava pronto o cenário para a Proclamação da República. A Casa na qual o Marechal Deodoro residia tinha

como endereço na época o *Campo da Adamação*, nº 99, *Freguesia de Sant'Anna*, tendo sido o imóvel alugado pelo marechal por ocasião de seu retorno ao Rio de Janeiro, após a sua exoneração do cargo de Comandante das Forças de Terra e Mar da Província do Mato Grosso. O imóvel era de propriedade do Doutor João Pedro de Miranda, casado com Dona Leonarda Alexandrina de Azevedo Barrozo de Miranda.

A Casa de Deodoro foi construída no início do século XIX, provavelmente entre 1808 e 1817. Entretanto, os registros sobre o terreno são bem mais antigos. Ele teve como proprietárias as seguintes pessoas: Antônio da Rocha Machado (1799); Luiz da Rocha Machado e irmãs (1799-1815); Anacleto Elias da Fonseca (1815-19); Dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos (1819-24); Próprio Nacional (1824-25), alienado a particulares (1825-187?); e na década de 1870 ao Doutor João Pedro de Miranda e outros.

CARACTERÍSTICAS DA CASA

Como todas as residências construídas no início do século XIX, a Casa Histórica de Deodoro possui características típicas de um sobrado urbano residencial do período colonial. Foi construída com pedra, cal e óleo de baleia, materiais fartamente utilizados pelos portugueses nas construções do período. Algumas paredes internas foram levantadas originalmente em tijipa, pau-a-pique e madeira, mais tarde substituídas por paredes de tijolos, nas diversas reformas realizadas. Entretanto, sua fachada conserva as características originais, apresentando as ombreiras enquadradas em pedras e várias aberturas. Suas telhas foram feitas artesanalmente, moldadas “nas coxas” dos escravos.

Assim como em todo sobrado do final do período colonial, a Casa tinha os seus dois pavimentos com funções bem definidas. O andar



A CHD, com letreiro do Praiano Militar na fachada e com a lápide comemorativa da República. A janela mais larga do pavimento inferior (antiga garagem) é digna de nota.



A CHD em 1989. Observa-se o imóvel com as características que tem hoje, com a porta grande (garagem). Ainda pode se ver também a lápide comemorativa.

terreiro era destinado à guarda dos carros puxados por animais (razão pela qual existe uma entrada central mais larga), como habitação para os escravos da família, ou mesmo para

instalação de atividades comerciais. Portanto, constituía a parte menos nobre do imóvel, uma vez que era dedicada ao trabalho braçal, coisa desprezada pela sociedade da época (lembremos que a construção da Casa está inserida no contexto de uma sociedade escravocrata).

No andar superior ficava a verdadeira residência da família. Havia uma varanda na parte frontal, de onde podia se observar o movimento da rua; a sala de receber, constituída de poucos móveis; um corredor que fazia a ligação desta para as alcovas, que eram os quartos desprovidos de janelas para o exterior, característicos dos hábitos lusitanos de recato familiar; e, finalmente, o principal ponto de reunião da família, a sala de jantar.

APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

No ano de 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca mudava-se, como Presidente da República, para o Palácio do Itamaraty. Ao mesmo tempo, a Casa e seu terreno eram vendidos. Muito embora o imóvel continuasse a se constituir numa residência particular, a Intendência do Distrito Federal ordenou a fixação de uma lápide comemorativa na fachada da Casa, que continha os seguintes dizeres: "Desta Casa, residência do Mar. Deodoro da Fonseca, saiu este grande Chefe Militar para proclamar na manhã de 15 de novembro de 1889 a República dos Estados Unidos do Brasil."

Como vimos, em 1899, a Casa é vendida por Dona Leonarda Alexandrina de Miranda a Manoel José de Magalhães Machado, conforme consta na Certidão da Escritura Lavrada nas folhas 67v. a 68v. do Livro nº 624 do 3º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro.²

² Certidão da Escritura Lavrada nas folhas 67v. a 68v. do Livro nº 624 do 3º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, conforme Requerimento nº 357, de 22/06/1987. O original desta certidão encontra-se sob a guarda da Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana.

Em 14 de janeiro de 1905, o imóvel era desapropriado pelo Governo federal com a assinatura do Decreto nº 1.343 do Presidente da República:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º:

O Poder Executivo fará desapropriar a Casa em que residia o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca quando foi Proclamar a República, dando à referida Casa a destinação que mais convier.

Art. 2º:

Para dar execução a esta Lei o mesmo Poder Executivo fará as necessárias operações de crédito podendo igualmente indenizar o preço da desapropriação mediante a permuta com prédios ou terrenos da União que não formem necessários aos seus serviços.

*Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1905,
17º ano da República.*

*As. Francisco de Paula Rodrigues Alves.
Leopoldo de Bulhões.³*

Após tal ato, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda autorizou, em despacho e resolução, em 4 de setembro de 1906, a Diretoria do Contencioso a lavrar a respectiva escritura de Compra e Venda. Assim, em 20 de novembro do mesmo ano, o Tabelião Dr. Djalma da Fonseca Hermes, no Nono Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, fez lavrar a escritura, no Livro 13, Folha 53, sendo vendedor o Sr. Manoel José Magalhães Machado e compradora a Fazenda Nacional, tendo sido vendido o imóvel pela quantia de 68.058\$200 réis.

Entretanto, embora a documentação deseja entender que a desocupação do imóvel seria para transformá-lo numa espécie de sítio histórico, a Casa ficou entregue a particulares, notadamente a oficiais do Exército em trânsito pelo Distrito Federal.

Em 1918, a Casa foi ocupada, ao que parece por caráter temporário, por um órgão assistencial: o Pritaneu Militar, uma espécie de colégio, cuja principal finalidade era a de proporcionar ensino aos filhos órfãos de militares. Em 1926, o Governo tencionava destinar o imóvel em caráter definitivo ao Pritaneu Militar, desde que este continuasse a ser um órgão assistencial aos órfãos de militares. Tal fato se caracteriza pelo Projeto nº 606 do Senado Federal. A Câmara dos Deputados solicitou, então, ao Ministério da Guerra, através do Ofício nº 505, de 14 de setembro de 1927, informações sobre a Casa Histórica de Deodoro. Em consequência, o Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra, General-de-divisão Sezefredo dos Passos, emitiu ordem à Diretoria de Engenharia que verificasse se o imóvel era propriedade do Exército. Em resposta, a Diretoria informou que a Casa estava incorporada ao patrimônio do Exército, sem, entretanto, citar onde se encontrava a documentação relativa a tal incorporação.⁴

Tal fato parece ter impedido a cessão do imóvel em definitivo ao Pritaneu Militar, uma vez que em 28 de maio de 1936, pelo Ofício nº 769, da Diretoria de Engenharia, o Ministro da Guerra, General-de-divisão Eurico Gaspar Dutra, informava ao Diretor do Pritaneu, Tenente-coronel Pinho Borges, que a Casa deveria ser desocupada, a fim de que nela se instalasse a 1ª Circunscrição de Recrutamento Militar (1ª CR), que ocupou o andar térreo até o ano de 1959.

³ Decreto Presidencial Lei Nº 1.343, de 14 de janeiro de 1905.

⁴ Projeto nº 606 – Finanças – Senado, de 6 de dezembro de 1926.

Em 4 de janeiro de 1937, o imóvel foi recebido⁵ pelas autoridades para que nele se instalasse o Quartel-General da Artilharia Divisória, que ocupou a parte superior. Entretanto, esta unidade só ocuparia tais aposentos até o ano de 1946, uma vez que em 2 de maio o Clube dos Oficiais Reformados e da Reserva das Forças Armadas (CORRFA) passou a residir no referido local.

A primeira medida visando à preservação da Casa, cujo interior foi bastante comprometido em face dos diversos ocupantes ao longo dos anos, ocorreu em 4 de junho de 1958, quando o imóvel foi tombado no Livro de Tombo nº 8, da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura.

Em 27 de janeiro de 1966, a Casa Histórica de Deodoro tornava-se sede provisória do Museu do Exército, pela Portaria nº 64-GB, do Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra, que a entregava à Secretaria Geral do Exército para as devidas providências. A Casa receberia de imediato o acervo do Museu de Medicina Militar e da extinta Comissão Rondon. Devemos lembrar que João Severiano da Fonseca, irmão do Marechal Deodoro, é o Patrono do Serviço de Saúde, daí a motivação de colocar a exposição na Casa Histórica de Deodoro.⁶

Em 1968, foram iniciadas as obras de restauração do imóvel, tendo como órgão executor CEO7 (Comissão Especial de Obras nº 7), juntamente com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A verba neces-

sária para tais obras foi proveniente da CEO7 e do extinto Museu de Medicina Militar.⁷ As casas dos terrenos vizinhos foram demolidas, tendo as autoridades militares feito um esforço para adquirir os terrenos, que serviriam para acomodar um jardim com estátuas de Deodoro e seus irmãos. Entretanto, tal projeto não foi realizado.

As obras realizadas no período foram extremamente necessárias, tendo em vista as várias agressões que o imóvel sofreu ao longo dos anos pelos variados inquilinos, bem como devido às demolições executadas pela Sursan dos imóveis laterais vizinhos, que haviam sido desapropriados, as quais aumentaram o perigo de desabamento da Casa.⁸

Assim, o Museu do Exército funcionou na Casa de Deodoro até o ano de 1987, quando o então Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, determinou sua extinção, a partir de 1º de junho daquele ano.⁹ Na mesma Portaria, o general ordenava a incorporação das *instalações, a estrutura em pessoal e material e o acervo do Museu do Exército ao Patrimônio do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana.*¹⁰

Embora o Museu do Exército fosse extinto e recriado como Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana, a Casa continuou aberta à visitação até fevereiro de 1988, quando fortes chuvas atingiram a Cidade do Rio de Janeiro, causando vários danos à Casa Histórica de Deodoro, entre outros, às *instalações elétricas e hidráulica ajetadas, paredes com infiltração, madeiramento estragado e várias telhas originais*

⁵ Boletim Regional nº 50, de 1º de março de 1939.

⁶ Como consta no Relatório das Atividades do Museu do Exército durante o ano de 1966.

⁷ Relatório das Atividades do Museu do Exército durante o ano de 1966, p. 2. Acervo do MHEX/FC.

⁸ Relatório Sintético das Atividades do Museu do Exército Desenvolvidas no ano de 1969, apresentado ao Exmo. Sr. General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa – Digníssimo Secretário Geral do Exército, p. 2.

⁹ Portaria Ministerial nº 016 – Res. de 4 de junho de 1987. Acervo do MHEX/FC.

¹⁰ Portaria Ministerial nº 016 – Res. de 4 de junho de 1987. Acervo do MHEX/FC.

quebradas.¹¹ A fim de resolver tais problemas foram convocados técnicos do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Município (...), do SPHAN-Pró Memória, por uma historiadora e uma museóloga do Museu do Exército.¹² Nas obras realizadas para a recuperação do imóvel, foram gastos NCz\$ 120.000,00.¹³ Havia pressa nas obras, tendo em vista a aproximação das comemorações relativas ao Centenário da Proclamação da República, tendo a Casa passado pelas seguintes benfeitorias:

Revisão geral do telhado; impermeabilização do prédio; restauração das esquadrias e elementos decorativos; recuperação das instalações elétricas, hidráulica e sanitária; pintura geral; conserto de pisos; revisão e recomposição das clarabóias; descupinização e imunização; além de limpeza geral.¹⁴

Após tais obras a Casa foi reinaugurada e aberta à visitação pública. Entretanto, os problemas estruturais voltaram a ocorrer, o que levou novamente ao fechamento da Casa ao

público. No ano de 1998, após uma série de reformas e adaptações, a Casa foi reaberta, no dia 24 de março, desta vez com um novo inquilino, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, presidida à época pelo saudoso Coronel L. P. Macedo Carvalho. Pouco tempo depois, a exposição do acervo ao público foi mais uma vez cancelada, tendo em vista os crônicos problemas estruturais. Entretanto, o Instituto continuou em funcionamento, realizando reuniões voltadas para o estudo da política e dos problemas brasileiros, bem como da História Militar do Brasil e do mundo. Hoje, o IGHMB é presidido pelo General-de-divisão Aureliano Pinto de Moura.

Recentemente, a Casa foi novamente aberta ao público, no dia 15 de novembro de 2006, com uma exposição sobre o Marechal Deodoro da Fonseca – um esforço da Diretoria de Assuntos Culturais e da Direção do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana para tornar a Casa Histórica de Deodoro parte do roteiro cultural da Cidade do Rio de Janeiro. ☺

Fontes

- Certidão da Escritura Lavrada nas folhas 67v. a 68v. do Livro nº 624 do 3º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, conforme Requerimento nº 357, de 22/06/1987.
- Decreto Presidencial Lei Nº 1.343, de 14 de janeiro de 1905.
- Projeto nº 606 – Finanças – Senado, de 6 de dezembro de 1926.
- Boletim Regional nº 50, de 1º de março de 1939.
- Relatório das Atividades do Museu do Exército durante o ano de 1966.
- Relatório Sintético das Atividades do Museu do Exército Desenvolvidas no ano de 1969, apresentado ao Exmo. Sr. General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa – Digníssimo Secretário Geral do Exército.
- Jornal *Última Hora*, de 23 de outubro de 1989.
- Portaria Ministerial nº 016 – Res, de 4 de junho de 1987. Acervo do MHEX/FC.

Referências bibliográficas

- CAVALCANTI, Cruvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. 1878.
- TORRES, Theodorico Lopes Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1846)*. Rio de Janeiro, 1947.
- O Rio de Janeiro e Suas Praças*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1988.

¹¹ Fonte: Jornal *Última Hora* de 23 de outubro de 1989, p. 12.

¹² Ibidem, p. 12.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

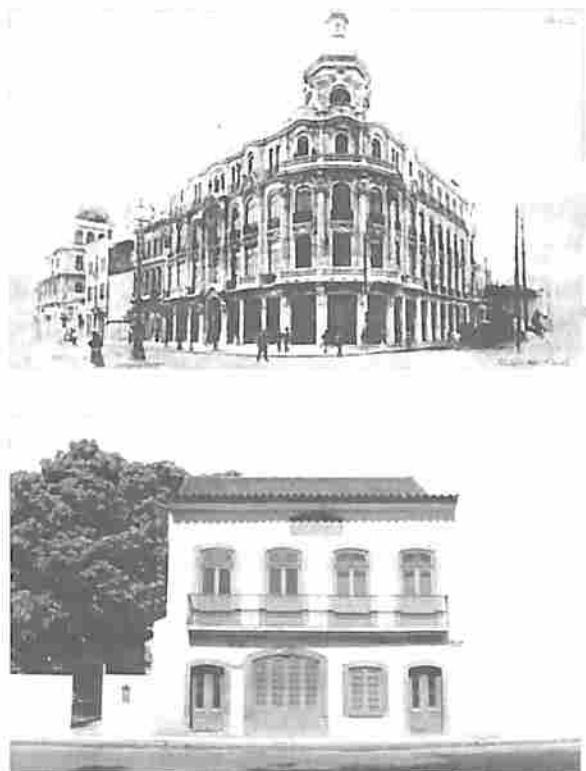
Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Do Clube Militar à Casa Histórica de Deodoro

O Instituto nasceu no Clube Militar, fruto do idealismo de uns intelectuais da Marinha e do Exército, por iniciativa do Capitão de Infantaria Severino Sombra de Albuquerque. Foi criado em 7 de novembro de 1936, em sessão solene, no salão nobre da antiga sede da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, com a denominação de Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia. Todavia, logo a seguir, na ata da segunda sessão preparatória, datada de 12 de dezembro desse mesmo ano, figuraria como Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, nome que até hoje conserva e que melhor expressa o propósito de seus fundadores.

As sessões preparatórias totalizaram cinco – incluindo a solene de fundação – e se destinaram a conformar a nova instituição para o seu pleno funcionamento, sendo a última a de 20 de abril de 1937. A quarta dentre elas, a de 1º de abril, já informava sobre *démarches* para obtenção de uma sede própria e sobre a aquiescência do Ministro da Guerra, General-de-Divisão Eurico Gaspar Dutra, em ceder ao Instituto, com essa finalidade, o pavimento superior da Casa de Deodoro, então ocupada pelo Comando de Artilharia Divisionária.

Única pelas precárias opções de que dispunha o ministro – mal se havia iniciado a construção do Palácio da Guerra, hoje Palácio Duque de Caxias, o PDC –, sua manifestação de boa-vontade não se concretizou na ocasião e dava a partida para uma longa caminhada na busca da sede própria, aspiração primeira de toda instituição cultural. O Instituto funcionou no Clube Militar até as vésperas da demolição



que daria lugar à construção de sua nova sede social, iniciada em 5 de agosto de 1941. Nele realizou a primeira sessão ordinária, dia 2 de novembro de 1938, cuja ata registra a encomenda, a José Wasth Rodrigues, do desenho de um emblema para ser comparado com os apresentados pelo sócio Tenente João Egon Prates da Cunha Pinto e o Sr. Luiz Loureiro, Chefe do Gabinete Fotocartográfico do Estado-Maior do Exército, de que resultaria a nossa insignia. Ali se realizaram a eleição e a posse da primeira diretoria e dos primeiros sócios, escolheram-se os patronos, elaborou-se e aprovou-se o primeiro estatuto e compôs-se a

primeira Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Impossibilitado de ser acolhido no Ministério da Guerra, inconclusa que estava ainda a construção do atual Palácio Duque de Caxias, teve o Instituto que recorrer ao seu co-irmão, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde encontrou guarida, a partir de 1941, no antigo Silo-geu Brasileiro, na Avenida Augusto Severo, esquina com a Rua Teixeira de Freitas.

De 1946 a 1970, passou a funcionar em dependência da Biblioteca Militar, hoje Biblioteca do Exercito, na Ala Marcílio Dias do Palácio Duque de Caxias. As instalações que lhe foram, de bom grado, destinadas estavam longe de atender às suas aspirações. Por isso, ele continuou procurando opções que pudessem levá-lo à sonhada sede própria. Nesse sentido, a ata da sessão de 8 de maio de 1956 fala sobre a possibilidade de se conseguir uma subvenção permanente de modo a custear o aluguel de um espaço no edifício que o IHGB se propunha construir e, em parte, sublocar; a da sessão de 7 de novembro fala sobre a petição da Casa de Osório para a sede pretendida e, a de 18 de outubro de 1962, sugere que se voltasse a pleitear a Casa de Deodoro paralelamente à de Osório. Nada, entretanto, se concretizou. A subvenção jamais conseguida e as condições físicas das casas cogitadas, não encontrando quem lhes finançasse a imprescindível restauração, inviabilizaram as opções aventadas.

Com a desocupação do Palácio Monroe pelo Senado Federal, o Instituto pensou ter encontrado a sede procurada. E, em condomínio com o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), aí permaneceu, no quarto andar, de 1970 a 1974.

Voltou então o Instituto a ter que se hospedar no IHGB, agora instalado na sede que construiria e inaugurararia em 5 de setembro de 1972. Neste local ficou até 1976, quando o Minis-

tro do Exército, General-de-exército Silvio Coelho Frota, permitiu-lhe instalar-se no 18º andar do PDC, novamente junto com o EMFA e com a concordância do seu Ministro-Chefe, General-de-exército Antônio Jorge Correia.

Extinta a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, por ter sido denunciado o acordo entre as duas nações no governo Geisel, as instalações que ela ocupava, no 12º andar do Palácio Duque de Caxias, foram transferidas com todo o mobiliário do órgão extinto para o Instituto. Oficializado esse ato pelo General-de-divisão Geraldo de Araújo F. Braga, Comandante da 1ª Região Militar (BI/1ª RM nº 51, de 09.08.83), julgava o Instituto, agora sim, ter enfim a sua sede própria. E tratou de providenciar, dentro das suas limitações, as adaptações e melhorias requeridas pelas instalações. Entretanto, em 1996, o Ministério do Exército decidiu trazer de volta para o Rio de Janeiro seu Departamento de Ensino e Pesquisa, sendo o 12º andar requisitado para a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial.

Ofereceram ao Instituto, então, mediante convênio, transferir-se para o andar superior da Casa de Deodoro, ressuscitando uma possibilidade aventada, pela primeira vez, 59 anos atrás. Enquanto as adaptações necessárias e reparações do imóvel se realizavam, o Instituto viu-se compelido pela terceira vez a funcionar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, até que as obras solicitadas fossem concluídas, durante dois anos, 1996 e 1997, nele passaram a ter lugar as atividades culturais, e a sua secretaria foi instalada em dependência cedida pela Biblioteca do Exercito, que se dispôs também a guardar o seu acervo de material.

No dia 24 de março de 1998, a abertura do ano cultural do Instituto foi feita juntamente com a inauguração da nova sede na Casa Histórica de Deodoro. Com ela, punha-se fim a uma saga que durou um ano e mais do que sessenta. ☺

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

Veterano da FEB – 23 jul 1913 – 26 jan 2007

A *Defesa Nacional* e o *Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* olham a cadeira vazia em nossa “Casa de Deodoro”. Ali deveria estar Carlos de Meira Mattos. Os alunos dos cursos de História Militar olham e não vêem mais o homem que lhes transmitia, com poucas palavras e muito vigor, as verdades de nossa gente, as verdades do Brasil. Não é a primeira nem será a última vez que emudeceremos, relembrando os velhos e sempre jovens companheiros. Se o fazemos, é porque o coração não fala, apenas sente. E isto basta. Se quiserem saber o que nós vai n’alma, olhem em nossos olhos. Eles lhes mostrarão a admiração, o respeito e a amizade com que retribuímos a camaradagem e o afeto que os que já não estão nos dedicaram. Hoje nosso pensar e nosso sentir recordam e reverenciam o General Meira Mattos.

CARLOS DE MEIRA MATTOS E A REVITALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

Hiram Câmara*

“A Geopolítica está revitalizada. Não há uma só nação que acredite em seu poder ou seu potencial e não há uma só grande corporação internacional que não valorize a Geopolítica.”
(Meira Mattos, em 23 de julho de 2006, completando 93 anos de idade.)

Em fins de janeiro deste ano, o respeitado geopolítico brasileiro Carlos de Meira Mattos deixou nosso convívio para expandir o imenso espaço humano que ocupou em vida e transcender-se à amplitude sem fronteiras de sua dimensão espiritual.

O estudo e o exercício da Estratégia, da Geopolítica e da História permitiram-lhe estabelecer sólidos alicerces culturais e, sobre eles,

edificar suas teses acadêmicas e embasar seu pensamento estratégico. Em nenhum momento, a reflexão e o estudo deixaram de valorizar-lhe a vocação e a carreira de um brilhante militar. Objetividade e clareza foram seus principais instrumentos de simplificação da Geopolítica, beneficiando um grande contingente de acadêmicos e militares, brasileiros e internacionais. Traços de personalidade também presentes em suas próprias especulações das realidades mundial, continental e brasileira. Na fase mais avançada, aplicava a metodologia geopolítica com forte apoio intuitivo. Dessa forma, partindo da Geopolítica como ciência, atingiu, nos momentos mais brilhantes de sua obra, o nível de criação da Geopolítica como arte. Sempre atualizado. Sua mais valiosa contribuição ainda está para se consagrar com o passar do tempo: nenhum outro indicou com tal clareza que a Geopolítica e a Estratégia são e seguirão crescentemente priorizadas na concepção e na prática política dos

* O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior, ex-ajudante-de-ordens do Gen Meira Mattos e analista do Centro Themas.

Estados e das corporações que tenham visão de um futuro de grandeza.

A convicção de que a Geopolítica é a base do pensamento estratégico, em todos os campos de atuação humana, é essencial para o estabelecimento de uma política nacional amadurecida, no espaço no qual o poder nacional deva ser aplicado, conduziu sua produção intelectual até quase meio século após a publicação de seu primeiro livro, adequando-se a cada espaço geopolítico e a cada época. Em julho de 2006, um docente de um centro de estudos, que preparava um módulo de Geopolítica para o curso de Altos Estudos de Estratégia e Geopolítica do FAAP-MBA, perguntou-lhe sobre a necessidade de uma campanha de revitalização da Geopolítica. O General Meira Mattos respondeu com sua voz clara e firme: “A Geopolítica está revitalizada. Não há uma só nação que não acredite em seu poder ou seu potencial e não há uma só grande corporação internacional que não valorize a Geopolítica. Só nas nações que perderam o senso de sua grandeza, a Geopolítica é afequenada.” E completou: “O que tem sido muito conveniente para as outras.”

A obra de Meira Mattos inicia na década de 1960, com *A Projeção Mundial do Brasil*. O sucesso do livro anima muitos intelectuais brasileiros, impactando já no título, deixando clara a influência explícita da tese de Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, lançada 30 anos antes. Nas décadas de 1970 e 1980, sucedem-se seus livros. São o resultado do amadurecimento de seus estudos. São quase didáticos, partindo de Ratzel e Kejllen, da teoria do desafio e resposta de Arnold Toynbee, passando pela interpretação filosófica e pela base científica da Geopolítica na Antigüidade Grega e na sociedade cristã da Idade Média. Aplica, quase sempre, o pensamento racional, e por vezes, o empírico, influenciado pela obra dos enciclopedistas do Iluminismo, entre os quais, destaca-se Montes-

quieu. A experiência nos Estados Unidos, na Junta Interamericana de Defesa (JID) e no Colégio Interamericano de Defesa (CID), o aproxima do mundo acadêmico norte-americano. Como resultado desta fase, seu didatismo, organização e método levam um bom número de acadêmicos e de militares a se interessar pela Geopolítica. Longe dos tratados cansativos, os iniciantes encontram conexões ágeis entre princípios, teorias e conceitos clássicos. Aos especialistas, abre as possibilidades de pensar na aplicação do poder nacional brasileiro em espaços geográficos do Brasil, sua permanente preocupação, e na sua projeção pacífica e interada (*Uma Geopolítica Pan-amazônica*, por exemplo) no continente americano, e em relação ao mundo bipolar – interações com a América do Sul, com a África e com a Ásia. Na obra de Meira Mattos, o pensamento geopolítico e o estratégico são diretos, simples. No campo da Estratégia, suas preocupações passam pelo Projeto da Administração Reagan, *Guerra nas Estrelas*, e levam-no a refletir sobre o ambiente globalizado e a chamada Nova Ordem Mundial. No final da década, contribuiu diretamente para a criação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG), escola à qual prestou relevantes atividades intelectuais. Também colaborou com a Escola de Comando e Estado-Maior (Eceme).

O General Meira Mattos estudou as variáveis de possibilidade e risco geradas pelo papel a ser desempenhado pelo Brasil, neste século, em relação ao poder dominante, às potências européias com expressivo peso econômico e aos países asiáticos reconhecidos como emergentes nessa “nova ordem”. Neste sentido, analisou as variáveis do pragmatismo econômico da China socialista e do complexo quadro indiano, que se destaca como extraordinário fornecedor de serviços globalizados. Na América do Norte, ainda Canadá e México e, na Oceania, a Austrá-

lia mereceram destaque em suas áreas geopolíticas, no que se referisse ao Brasil. Tudo, sem descartar a inserção econômica da Federação Russa, e que já lhe traz vantagens, em especial, financeiras. Todo este quadro, de interesse para o Brasil – quer do ponto de vista estatal quer do corporativo –, fortalece as razões do general ao afirmar a necessidade da re-inserção do pensamento geopolítico nas universidades. Em verdade, a Geopolítica já ocupou um lugar mais espaçoso e influente nos currículos e programas nas mais importantes escolas militares e nas direções das grandes empresas. Na atualidade, aquelas variáveis voltam a estimular a revitalização do estudo da Estratégia e da Geopolítica, com a contribuição marcante do incansável mestre. Em 2006, no Curso de Altos Estudos de Estratégia e Geopolítica, realizado na Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, SP, o General Meira Mattos cunhou um de seus últimos conceitos, tão original e definitivo quanto os de sempre: o de *fronteira vertical*, referindo-se à limitação espacial para impedir o uso indiscriminado de satélites espiões e de ataque sobre o espaço territorial de qualquer país, que já discutira em *Guerra nas Estrelas*. Em aula memorável, previu que o poder dominante, em alguns anos, em face do desenvolvimento tecnológico e de um amplo e crescente número de ameaças adversas, seria levado a se sentar para conversar sobre *Direito Aeroespacial*.

Essa visão de futuro é coerente com outro de seus vetores, quando vislumbrou que uma redistribuição do poder mundial só ocorrerá na medida em que seja reduzido o *gap* tecnológico entre países emergentes e o poder dominante. Porém, da leitura dos mais recentes livros e artigos, os mais dramáticos aspectos são de duas naturezas: o primeiro como ameaça maior à paz e ao desequilíbrio de forças, o terrorismo de fundo fanático religioso fundamentalista, envolven-

do, diretamente, área estratégica de enorme importância para a economia global, devido ao petróleo; e o segundo, a preocupação sobre as questões geográficas e ambientais. Este último tema esteve presente, pioneiramente, em um estudo da década de 1970, quando apontou para uma possível escassez de água potável no mundo. Meira Mattos nunca aceitou as campanhas internacionais que buscam “endemonizar” o Brasil no tema do aquecimento do Planeta. Retomou a tese da escassez de água, em 2006, em um de seus artigos na *Folha de São Paulo*, ascendendo a uma probabilidade crítica de conflito de alta intensidade, ao lado do petróleo.

O exemplo deste cidadão brasileiro, militar, paulista de São Carlos, soldado na Revolução Constitucionalista de 1932, nacionalista sem maniqueísmos xenófobos, que combateu o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, verdadeiramente voltado para o bem comum, opondo-se a qualquer totalitarismo global, tem alimentado, por quase meio século, pesquisadores nacionais e internacionais como estímulo e fonte. Mas serve, em especial, para todos os que se preocupam com a inserção do Brasil no patamar mais elevado do mundo em transformação. Mudança desejável, para a qual sempre contribuiu, desde que sem rompimentos traumáticos com o passado histórico, sem perda do bem maior – a liberdade – e sem retrocessos de desenvolvimento da pessoa humana. Para o General Meira Mattos, o formulador de um planejamento estratégico estatal ou de grandes corporações deveria ter o compromisso ético de acatar, como um bem natural, o respeito à lei e à ordem, à justiça, ao direito de ir-e-vir, à iniciativa privada, ao livre pensar, exercendo procedimentos éticos de lealdade à Nação brasileira, de probidade, honestidade de propósitos e responsabilidade social e individual em relação ao Estado, à Nação, à Sociedade e à Famí-

lia, instâncias para as quais distribuiu seu tempo, de forma equilibrada, objetiva e sincera, lição que deixou gravada nos princípios basilares do Estatuto do Centro de Estudos Themas, do qual foi o principal conselheiro.

Na última fase de sua missão na Terra, ainda o destino, ao qual tanto valorizou em livros como *Brasil – Geopolítica e Destino*, atribuiu-lhe a tarefa derradeira: estender além do núcleo de interessados e profissionais em Geopolítica, para milhares de leitores da *Folha de São Paulo*, o prazer da leitura de seus artigos caracteristicamente claros, concisos e precisos. Já cumpridos 93 anos de idade, teria vivido o suficiente para prover-se o direito a pequenas vaidades, como a de deixar retalhos de vida rascunhados, para serem lembrados por futuros biógrafos. O General Meira Mattos não teve tempo para isso. Vivendo o presente e o futuro até o último segundo, legou-nos a obra de seu espírito livre, aberto e avançado. Pouco antes de partir, tendo ouvido de sua filha Maria Carolina, a leitura do artigo já publicado, comentou algo que não escrevera em seu texto: “*Todo mundo está preocupado com a retirada política dos Estados Unidos do território iraquiano. A retirada militar será muito mais complexa.*”

A Geopolítica e a Estratégia ali estavam, de mãos dadas, velando pelo descanso deste guerreiro, que, sem jactar-se de tê-lo feito, revitalizou a Geopolítica Brasileira.

GENERAL MEIRA MATTOS

*Israel Blajberg**

A Capela do Cemitério São João Baptista era pequena para todos que vieram dar o último adeus. Espalhando-se pelo corredor, anti-

gos camaradas de FEB, ESG, IGHMB, AHIMTB. Alguns foram ministros, outros tantos governadores, empresários, outros ainda soldados, irmãos de armas, amigos, admiradores, alunos.

Todos expressando um sentimento único. Foi uma grande perda, não só para o Exército, mas para o Brasil.

Ao longo de seus quase 94 anos, a trajetória do cadete do Realengo, nascido em São Carlos em 1913, foi extensa e relevante, destacando-se a sua contribuição à Geopolítica, das mais significativas, coroando uma carreira profícua.

Nela se desempenhou com esmero das mais diversas lides castrenses, seja em ação na FEB, nas Forças de Paz em São Domingos, seja no ensino na Aman, na ESG, seja em funções de governo na Presidência da República e no EMFA, entre tantas missões sempre bem cumpridas.

Aos 70 anos, doutorou-se em Ciência Política pela Universidade Mackenzie, tendo Gilberto Freyre como examinador de sua tese.

Paladino das teses do Brasil Potência, Civilização nos Trópicos, Herança, Destino, Projeto Nacional, sua palavra ponderada e opinião esclarecida eram ouvidas com atenção nos diversos fóruns a que comparecia, quer pessoalmente quer na rica produção bibliográfica ou na mídia, na qual ainda há poucos dias publicou uma última contribuição, na *Folha de São Paulo*, sobre os destinos da Amazônia, com grande lucidez, preconizando a necessária postura nacional.

Pontualmente às 17 horas, cadetes da Aman conduziram o caixão envolto na Bandeira Nacional, seguidos em cortejo pelos presentes, formando extensa fila ao longo das aléias do São João Batista.

A tarde não foi tão quente como prenunciava. O Sol escondeu-se atrás das nuvens, como

* O autor é Tenente R2 de Artilharia – CPOR-RJ/1965, professor, historiador e sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

que desejando permitir também aos velhos soldados, ex-combatentes dos campos da Itália, acompanharem o general até o jazigo da família, próximo ao mausoléu da FEB.

No mausoléu, inaugurado em 13 de novembro de 1982, repousam para sempre o comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, e sua esposa, Adda Brandão, cujos restos mortais para lá foram trasladados ao cumprir-se o centenário de nascimento do marechal.

Como oficial de ligação do QG/I DIE, o então Capitão Meira Mattos iniciou uma amizade com o comandante da FEB que duraria muitas décadas. Aquele capitão do 6º RI se destacaria ainda em Monte Castelo, tendo sido agraciado com a Bronze Star, nesta que foi a maior epopéia das forças brasileiras no teatro de operações italiano.

Uma companhia do Batalhão de Guardas desincumbiu-se das honras fúnebres, ao longo do trajeto que levava ao mausoléu. As vozes de comando, entrecortadas pelas salvas regulamentares de mosquetão, trouxeram um pouco para perto dos presentes os sons da guerra, ao percorrerem a alameda ao longo da fileira de soldados.

Nesses breves momentos, aos veteranos veio a lembrança daquele dia cinzento em Monte Castelo, quando, superando forças mais experientes entrincheiradas nas alturas e arrostando o frio inclemente e chuvas torrenciais que impediam o avanço mecanizado e o apoio aéreo, nossos bravos pracinhas colheram brilhantes vitórias na dureza daqueles combates.

Se hoje temos a democracia sob este sol tropical, certamente o devemos também àqueles valentes soldados, dos quais derradeiros remanescentes agora levam para a última mora-

da um de seus grandes expoentes. Diante da sepultura, um amigo de longa data faz a última saudação.

A voz do General Octavio Costa ecoa na amplidão do campo santo, destacando o patriotismo lúcido e o carinho do companheiro que partiu. Em palavras carentes e emotivas, diante das dezenas de assistentes, afirma o exemplo do general, carreira digna de servir como paradigma às futuras gerações.

Dois soldados descobrem a Bandeira Nacional do caixão, dobram-na e entregam aos parentes. O corneteiro executa o toque de silêncio. É um toque pungente, que envolve a todos, especialmente familiares, cujas lágrimas refletem a dor daquele momento.

Destacando-se contra o céu azul, a estrutura do mausoléu associa-se à silhueta do Cristo no Corcovado, como se Ele, o contemplando do alto, eternamente enviasse sua benção aos heróis que nele repousam.

Ao final da cerimônia, o céu assumiu um tom metálico brilhante, graças aos reflexos do Sol por trás das nuvens brancas, como a querer também prestar uma última e significativa homenagem ao velho general.

Deus disse a Adão: *“Retornarás ao solo, pois é do solo que foste feito.”* (Bereshit 3:19). Dizem nossos sábios: a alma é eterna, apenas migra para outra dimensão, e assim eleva-se aos Jardins do Éden, atravessando o Portal do Paraíso. Os presentes vão-se dispersando, até que mais ninguém está por ali.

Apenas restou a sepultura, recoberta por inúmeras corbelhas. Mas para sempre perdurão as boas e valiosas lições que o irmão Carlos de Meira Mattos nos ensinou, antes de passar agora para o Olam ha Emet (Mundo da Verdade).



China e Índia num mundo cada vez mais plano¹

Carlos I. S. Azambuja*

“Quando, daqui a vinte anos, os historiadores se debruçarem sobre a história do mundo e chegarem ao capítulo ‘ano 2000 a março de 2004’, que fatos destacarão como os mais importantes? Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Iraque? Ou a convergência de tecnologia e determinados acontecimentos que permitiram à Índia, China e tantos outros países ingressarem na cadeia global de fornecimento de serviços e produtos, desflagrando uma explosão de riqueza nas classes médias dos dois maiores países do mundo, convertendo-os, assim, em grandes interessados no sucesso da globalização? Será que, em decorrência desse ‘achatamento’ do globo, que faz com que tenhamos de correr mais para continuarmos no mesmo lugar, o mundo ficou pequeno e rápido demais para os seres humanos e seus sistemas políticos se adaptarem de maneira estável?”

(in “Com a Globalização o Mundo Ficou Mais Plano”)

Ao que tudo indica, China e Índia se converterão em plataformas de produção e serviços assim como consideráveis mercados finais. A China é, atualmente, o segundo maior mercado de veículos, e, para 2010, o Governo planeja que todas as cidades com mais de 500 mil habitantes estejam unidas por uma rede de estradas semelhantes às dos EUA.

Com freqüência, Índia e China são tidas como rivais, pois estão lutando pela liderança da Ásia com suas formidáveis credenciais, populações de mais de um bilhão de pessoas, economias em rápido crescimento e amplos mercados para as empresas de bens de consumo. As perspectivas de negócios em cada país são colossais e não é fácil dizer qual dos dois oferecerá aos investidores as melhores vantagens, embora a China esteja hoje à frente da Índia,

pois, conquanto pareça incrível, tem uma economia mais aberta, melhor educação elementar e uma infra-estrutura superior. Possui melhores condições de comunicação, como a utilização de telefonia celular *per capita* e acesso à Internet. Também está mais integrada à economia global graças a um maciço investimento em estradas, portos e aeroportos, eletrificação e energia. Tudo isso facilita a exportação.

A propósito, vejam esta notícia de 7 de agosto de 2006, transmitida desde Pequim pela agência EFE. Ela parece confirmar o provérbio africano que, devidamente traduzido para o mandarim, o gerente da ASIMCO Technologies, fabricante de peças de automóveis, um chinês que estudara nos EUA, mandou afixar no chão da fábrica, em Pequim: “*Todos os dias de manhã, na África, o antílope desperta. Ele sabe que terá de correr mais rápido que o mais rápido dos leões, para não ser morto. Todos os dias, pela manhã, desperta o leão. Ele sabe que terá de correr*

¹ Transcrito de MidiaSemMáscara de setembro de 2006.

* O autor é coronel e historiador.

mais rápido que o antílope mais lento, para não morrer de fome. Não interessa que bicho você é, se leão ou antílope. Quando amanhece, é melhor começar a correr.

Eis a notícia da agência EFE: "A companhia regional chinesa Shenzhen Airlines contratou 40 pilotos brasileiros que haviam sido demitidos pela Varig, informou hoje o jornal *Beijing News*. O rápido desenvolvimento da indústria chinesa levou a uma escassez tanto de aeronaves como de pilotos no país. Por isso, Pequim permite, desde o ano passado, que as companhias aéreas contratem estrangeiros para pilotar seus aviões.

Os 40 brasileiros foram contratados ainda no Brasil, onde tiveram que passar por um exame físico, teórico e uma entrevista. Além disso, todos chegaram à China com a licença da Administração Chinesa de Aviação Civil já expedida, segundo a televisão estatal CCTV.

Os pilotos receberão cerca de US\$ 8.000 ao mês, um pouco mais do que recebiam em seu antigo trabalho, e o triplo do salário dos comandantes chineses, segundo o Vice-presidente da companhia, Zhang Pei.

Os analistas prevêem que a China duplicará sua frota de aviões de carga e passageiros nos próximos cinco anos. Ao final desse período, as empresas precisarão ter contratado mais cerca de 6.500 pilotos. As companhias aéreas chinesas empregam atualmente 11.000 pilotos, e algumas das grandes companhias do país, como Air China e Xangai Airlines, já começaram a recrutar comandantes estrangeiros.

Segundo o Vice-ministro da Administração de Aviação Civil, Gao Hongfeng, "as companhias aéreas do país aumentarão sua frota em 1.580 aeronaves até 2010. Hoje são usados 863 aviões". A Embraer, em 30 de agosto de 2006, assinou um contrato de venda de 100 aviões para a China, no valor de US\$ 2,7 bilhões, a

maior venda da estatal brasileira para o território chinês em 2006. São 50 aviões ERJ 145, de 50 lugares, cuja entrega terá início em setembro de 2007, e 50 Embraer 190, de 100 lugares, que serão entregues em dezembro de 2007. O Presidente da empresa HNA, Chen Feng, quarta maior empresa aérea chinesa, previu que a demanda chinesa para o setor aeronáutico deverá alcançar o volume de mais mil aviões (*Agência Brasil*, 30 de agosto de 2006).

Também a fabricante de automóveis Volkswagen, que vem causando polêmica no Brasil com a ameaça de fechamento de sua fábrica em São Bernardo do Campo e o número alto de demissões, planeja investir 400 milhões de euros na construção de uma nova fábrica na Índia, segundo publicou em 31 de agosto de 2006 a revista alemã *Spiegel*.

Não há maior força de achatamento e nivelamento por que passa o mundo que a idéia de que todo o conhecimento, ou pelo menos uma grande parte dele, está disponível para todos e qualquer um, a qualquer momento, em qualquer lugar, uma vez que buscar algo por conta própria é um ato tão pessoal que não há nada que confira maior autonomia ao ser humano. É a antítese de nos dizerem ou ensinarem alguma coisa. É uma questão de obtenção de poder por cada indivíduo, o poder de cada um fazer das informações desejadas aquilo que lhe parecer melhor. A utilização dos mecanismos de busca é a expressão máxima do poder do indivíduo que, usando um computador, olha para o mundo e encontra exatamente o que quer. Nesse sentido, não há duas pessoas iguais. Na história oficial do Google, encontrada em sua página inicial, é explicado que seu nome vem de um trocadilho com a palavra *googol*, o número representado pelo dígito 1 seguido de 100 zeros. A escolha dessa nomenclatura refere-se à missão

da empresa de organizar o imenso – aparentemente infinito – volume de informações disponível na *web* só para você.

Por sua vez, a Índia, durante as próximas décadas, terá em seu favor uma população mais jovem, enquanto a China verá diminuída a sua população com idade produtiva, e o país enfrentará problemas sociais e econômicos ocasionados por uma crescente dependência da população de terceira idade.

Um outro termo de comparação: enquanto a China supera a Índia em infra-estrutura física, a *infra-estrutura social* – leis, instituições e mercados financeiros – da Índia é muito superior. O labirinto do sistema legal da Índia é muito lento, porém garante o cumprimento mais efetivo dos contratos e maior proteção dos direitos de propriedade intelectual. Embora o sistema educativo chinês seja melhor nos níveis básicos, nas escolas da Índia os graduados são melhores no pensamento criativo e analítico, uma vantagem enorme se é levado em conta que promover a inovação a baixo custo é um problema primordial para ambos os países.

Finalmente, o sistema democrático da Índia, embora às vezes complicado e ineficaz, é muito menos vulnerável a uma crise de grande escala e apresenta riscos menores do que o obtuso e vertical regime chinês.

O Economist Intelligence Unit (EIU) prognostica que, entre os anos 2006 e 2030, o PIB real da Índia crescerá ligeiramente mais rápido do que o da China. Entretanto, a população da Índia crescerá mais rapidamente do que a da China. Todavia, em 2030, a Índia se atrasará ligeiramente em termos de PIB *per capita*. Para 2030, o PIB da Índia – medido por sua paridade de poder aquisitivo (PPA) – será ainda menos da metade do da China.

A reforma fiscal e o investimento governamental em infra-estrutura e educação são

particularmente importantes. O atual papel protagonista da China poderia ser interpretado como resultado de exitosas iniciativas políticas nessas áreas. A China tem também uma taxa de investimento doméstico muito mais alta, já que investe 40% do seu PIB, enquanto a Índia só investe 25%. Considerando que o PIB da China é três vezes maior, o seu investimento doméstico excede o PIB total da Índia. Essas disparidades explicam a superioridade das estatísticas comerciais da China.

A enorme discrepância em investimento estrangeiro direto (IED) em favor da China deve-se às diferentes políticas fiscais e reguladoras. Os excessivos regulamentos sufocam o investimento estrangeiro em muitos setores da economia da Índia. Os investidores estrangeiros se queixam de que muitas vezes o fundamento das decisões é arbitrário e têm de obter um grande número de permissões oficiais de inumeráveis agências. Não obstante, as reformas impulsionadas pelo Primeiro-ministro Manmohan Singh parecem estar ganhando massa crítica e existe um impulso para a realização de reformas adicionais à medida que cresce o poder político do setor privado.

A educação é outro motor do crescimento que depende da política interna. Paradoxalmente, a Índia combina universidades tecnológicas de qualidade mundial com percentagens de analfabetismo entre 25% e 60% no meio rural, segundo a Consultoria Asian Demographics.

Ao contrário, a China enfrenta severa escassez de engenheiros em informática, todavia seu gasto educacional por aluno é mais alto que o da Índia e terminou virtualmente com o analfabetismo.

Concluindo, embora a Índia e a China enfrentem riscos comuns, são também vulneráveis a diversos riscos em áreas diferentes. De

acordo com o EIU, alguns dos tipos mais extremos de riscos em cada país são comuns aos dois países: efetividades governamentais, comércio exterior e pagamentos, e mercado de trabalho. Porém, nos últimos tempos, a China tem ficado exposta a um maior risco de instabilidade política, enquanto os riscos mais importantes da Índia estão associados com a política fiscal. Isso capta com precisão as implicações das diferentes políticas entre os dois países.

Na China, malgrado o risco de instabilidade política, há pouca possibilidade de caos político, o que seria catastrófico, porque o país não possui mecanismos institucionais para transferência do poder. Na Índia, existe turbulência política, mas as instituições legais e o sistema político democrático correm menos riscos.

Índia e China, como se verifica, têm seus próprios riscos e recompensas. Embora o ritmo de mudanças de cada país dependa muito de sua política interna, ambos se converterão em uma plataforma de produção e serviços, assim como em um considerável mercado final.

Da mesma forma que os analistas se referem ao século XX como “o século norte-americano”, o século XXI poderá ser visto como a vez da Ásia – com sua expansão liderada pela Índia e pela China, graças à combinação de alto crescimento econômico, maiores capacidades militares e grandes populações, receita do rápi-

do crescimento do poder político e econômico desses dois países.

O livro *Relatório da CIA – Como será o Mundo em 2020*, editora Ediouro, especula que o PIB da China, por volta de 2020, será maior do que o de qualquer potência econômica ocidental, exceto o dos EUA. E o PIB da Índia terá superado – ou estará superando – o das economias européias.

A não ser por uma abrupta reversão no processo de globalização ou por um grande problema nesses países, a emergência dessas novas potências é uma certeza. Todavia, a forma como a China e a Índia exerçerão seu poder e a maneira como irão se relacionar com as demais potências no sistema internacional são uma incógnita. “No futuro – ainda segundo o *Relatório da CIA – Como será o Mundo em 2020* –, ‘alguns países hoje pertencentes ao chamado Primeiro Mundo poderão encarar o crescimento da China e da Índia como uma evidência de seu relativo declínio, apesar de as atuais potências mundiais tenderem a continuar como líderes globais nos próximos 15 anos.’”

Imaginem se China e Índia se tornarem sócios e não rivais?

N.A. – Fonte: *India y China, Rivaes o Sócios?* Autor: Economist Intelligence Unit/The Economist, jornal *La Jornada*, México, 15 de agosto de 2006. 

Dois colossos emergentes: Índia e China, frente a frente¹

Rafael Poch, em Pequim*

Unidos pela desigualdade e a poluição, os dois países são lugares muito desagradáveis para viver e de extremas dificuldades para 1 bilhão de pessoas. Sómente 77% da população chinesa têm acesso à água limpa, contra 86% na Índia.

Enquanto a economia cresce, a poluição e a desigualdade também aumentam. Um relatório do semanário *Economic and Political Weekly*, de Bombaim, baseado no Relatório sobre Desenvolvimento Humano da ONU, oferece uma comparação desconcertante entre os dois gigantes asiáticos, sem dúvida gigantes com pés de barro.

A publicidade de uma escola para ricos em Bombaim anuncia que ali são servidas às crianças "comida de diversas tradições: mexicana, indiana e chinesa, água mineral garantida e frutas e verduras de fazendas ecológicas".

O anúncio contrasta com a descrição que um observador dessa cidade faz do país: "O que tem mais crianças fora da escola e mais analfabetos no mundo." Outra cena, esta em Benares: um grupo de mendigos aguarda que um restaurante termine a jornada. Esperam as sobras do dia. É uma imagem que não se vê na China, mas esta, sendo muito mais próspera e moderna, também é mais desigual que a Índia. Desigual nas rendas de seus cidadãos e também entre suas regiões. O chamado coefi-

ciente Gini, que mede o nível de desigualdade de renda entre as pessoas, é muito mais alto na China (44,7) do que na Índia (32,5). A relação entre o consumo dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres é superior a 10 na China e não chega a 5 na Índia. Entre regiões, a renda *per capita* na região mais rica da China (Xangai) é 13 vezes maior que a da província mais pobre (Guizhou). Na Índia, Chandigarh supera Bihar em nove vezes.

Que a China lidere em desigualdade não significa que a situação seja melhor na Índia, onde mais de 400 milhões de camponeses pobres, com renda anual de 290 euros, ganham o mesmo que o famoso milhão de engenheiros de software indianos.

"Nossa taxa de crescimento é a inveja de muitos, temos 100 mil milionários em dólares e nosso índice de mortalidade infantil desacelerou, mas a Índia responde anualmente por 2,5 milhões de mortes infantis, e, nos últimos 10 anos, 112 mil agricultores se suicidaram, a maioria deles angustiada por dívidas", diz P. Sainath, especialista em assuntos agrícolas do

¹ Transcrito de *La Vanguardia*, 22/11/2006. Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

* O autor é jornalista.

jornal *The Hindu*. "Somos o quinto *ciberpaís* do mundo, porém mais de um quinto de nossa população não pode se permitir nenhum tipo de assistência médica", acrescenta. A Índia tem cinco vezes mais crianças de menos de 5 anos sofrendo desnutrição do que a China.

O sucesso da China cobra uma vultosa fatura energética e ecológica. A situação das águas – lagos, rios e abastecimento urbano – é pior na China, onde só 77% da população têm acesso a água limpa hoje, contra 86% na Índia.

Trezentos milhões de chineses não têm acesso adequado à água. Em poluição, as emissões de CO₂ *per capita* na China são mais que o dobro das da Índia. A China é o segundo maior emissor de CO₂ do mundo, depois dos EUA, e fica atrás da Índia em eficiência energética. Para produzir 4,4% do PIB mundial em 2004, a China consumiu 7,4% do petróleo global, 31% do carvão, 30% do ferro, 27% do aço, 25% do alumínio e 40% do cimento. Ambos fizeram uma

aposta errada no automóvel, que, nas congestionadas e enfumaçadas cidades, conseguiu um ritmo de circulação motorizada mais lento do que o das bicicletas nas horas de pico, claramente insustentável.

Desde 2003 se comprovou que os mesmos refrigerantes consumidos no Ocidente, entre eles a Coca-Cola, contêm na Índia pesticidas em proporções até 24 vezes acima da norma. Na China, os agricultores utilizam quantidades exorbitantes de pesticidas.

Quando as previsões dos grandes centros e bancos da globalização anunciam, ignorando as incertezas da economia global, que, nas próximas décadas, a China dominará a economia mundial, com a Índia um pouco atrás, deve-se perguntar também pela tendência oculta dessa corrida. Os dois países são hoje lugares muito desagradáveis para se viver e de extremas dificuldades para 1 bilhão de seres humanos. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Uma Democracia Sitiada

Eduardo Pizarro Leongómez

O autor, conhecido docente, apresenta um quadro das dificuldades do Governo colombiano para fazer frente a grupos guerrilheiros paramilitares.

Com base em dados dos arquivos governamentais colombianos e norte-americanos, submete o fenômeno da guerra naquele país a uma análise atual e envolvente.

Falsificações da História¹

*Heitor de Paola**

Talvez não exista acontecimento da história mais documentado do que a Segunda Guerra Mundial. Não obstante, as falsificações sobre este período tomaram foros de verdade.

Pode-se concordar com Vladimir Volkoff (*Pequena História da Desinformação – do Cavalo de Tróia à Internet*) que a desinformação como um todo – e a manipulação da História em particular – passou de “uma infância balbuciante para uma juventude esclarecida” com a invenção da imprensa por Gutenberg em 1434. O velho adágio “acredito porque eu vi” passou a ser “acredito porque eu li”. O monopólio real e clerical – os éditos do rei e as prédicas pastorais – foi intensamente desafiado pela proliferação de panfletos, brochuras, libelos, que vieram num crescendo até o século XVIII com a sistematização enciclopédica. Já é produto da falsificação da História que apenas os óbvios aspectos positivos deste desenvolvimento tenham sido ressaltados, deixando de lado o fato de que esse invento possibilitou também a disseminação de toda a sorte de mentiras, infâncias e falsas reconstruções.

Quando os *philosophes* iluministas se lançaram a compilar a *Encyclopédie*, ou *Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, seguiram a orientação de seu principal representante, Denis Diderot, que dizia que “a natureza de um bom dicionário deve ser a de mudar a forma

habitual de pensar”. Volkoff considera essa obra monumental com 28 volumes como o perfeito cavalo de Tróia da Revolução Francesa. Os escritores da enciclopédia viram-na “*como a destruição das superstições e o acesso ao conhecimento humano*”. O que não contaram para ninguém é que estavam criando novas superstições e dando acesso não à verdade dos fatos, mas a seus próprios preconceitos. Voltaire, um desinformador inescrupuloso, compreendeu bem que o alvo da obra era mudar a opinião pública contra a monarquia e a Igreja Católica. Não por expor simplesmente as efetivas mazelas das duas instituições, mas, com um total desprezo pela verdade – até mesmo criando vários pseudônimos –, criando mentiras e as transformando em verdades absolutas como produtos da “razão” e da “ciência”.

O primeiro grande falsificador – a obra de Voltaire não pode ser considerada uma sistemática violação da História – foi Karl Marx, cuja visão fraudulenta da História, o “*materiaísmo histórico*”, precisava ser provada de qualquer maneira sob pena de ruir toda a estrutura charlatanesca que começara a inventar. Reinterpretações históricas, como *O 18 Brumário*,

¹ Transcrito de *MídiaSêmMácula* de 5 de janeiro de 2007; trata-se dos segundo e terceiro artigos sobre o tema analisado pelo autor.

* O autor é escritor e comentarista político, Membro do *Board of Directors* da *Drug Watch International*. Possui trabalhos publicados no Brasil e exterior e é ex-militante da Ação Popular (AP).

de Luis Bonaparte, demonstram cabalmente suas intenções. Nessa obra, Marx não somente faz uma interpretação dos acontecimentos de 1848 na França à luz de suas idéias como, retroativamente, ironicamente, distorce o ocorrido nessa data em 1799, quando o tio de Luís, Napoleão, deu o golpe no Diretório e tornou-se Imperador. Data dessa obra a reinterpretação da falácia hegeliana de que a história se repete: “(Hegel demonstrou que) *todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa*” (Marx, 18 Brumário).

A “juventude esclarecida” chegou à plena maturidade com a instalação do primeiro governo comunista, em 1917, na Rússia. O grande arquiteto da desinformação sistemática foi Felix Edmundovitch Dzerzhinsky, criador da primeira polícia secreta soviética, Tcheka (das duas letras cirílicas × [tche] e È [ka]). A primeira fraude fotográfica importante de que tenho notícia foi a supressão da imagem de Trotsky ao lado da tribuna de onde Lenin discursava para as tropas na Praça Sverdlov em 1920, obra de seu sucessor, Lavrenty Pavlovich Beria, sob as ordens de Stalin.

Talvez não exista acontecimento da história mais documentado por artigos, livros, fotos e filmes do que a Segunda Guerra Mundial. Não obstante, as falsificações sobre esse período tomaram foros de verdade, e esta, impotente de se mostrar por si mesma, sucumbiu a montanhas de mentiras de várias origens, entre as quais as falsificações baseadas no “materialismo histórico”. O texto que apresentamos a seguir, de autoria do Professor Gustavo Corção e originalmente publicado em maio de 1970, em *Permanência*, visa a esclarecer fraudes baseadas naquele que se tornou, aberta ou sigilosamente, a grande verdade sobre esse período, a falácia de

nominada *Grande Guerra Patriótica*, como os soviéticos chamavam o *front* oriental da Segunda Guerra. Encomendada por Stalin e nomeada segundo a Guerra Patriótica de 1812 contra a invasão napoleônica, é uma exaltação a Stalin e à liderança do Partido Comunista, omitindo que a URSS teria sido presa fácil da *Wermacht* que rapidamente chegaria aos Urais não fora a maciça ajuda norte-americana em armas e dinheiro. Mas deixemos a palavra com Corção.

FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA

A História em todos os tempos tem mais nódoas do que brancuras, ou mais buracos do que queijo, como o suíço; mas pode-se dizer que a mais falsificada das histórias é justamente a dos anos em que o mundo dispõe do aparato instrumental de comunicações, com que tanto se empolgam hoje os religiosos.

Conhecemos melhor a história da Grécia de Péricles do que a história da última guerra mundial. Já dei vários exemplos. Trago hoje novos, e não serão certamente os últimos.

Para início de conversa, devo confessar que caí no “conto” de Presses Universitaires de France e comprei sua *Histoire Générale des Civilizations* publicada sob a direção do Sr. Maurice Crouzet que era na época, 1957, *Inspecteur général de l'instruction publique*; e é autor do último volume, que justamente versa sobre a História contemporânea. A coleção, composta de vários volumes, tem alguns razoavelmente bons, e até posso dizer que o volume do século XVI e XVII, de Roland Mousnier, é muito bom. Mas o volume escrito pelo próprio Maurice Crouzet é da mais deslavada e cínica inspiração comunista. Alguém talvez ache que essa inspiração é habilmente disfarçada. Nem isto acho eu; e provo.

Vamos aos pontos nevrálgicos. Como é que esse falsificador conta a história da guerra II?

Abrigado atrás de uma prestigiada metodologia que dá realce especial às causas materiais, o autor começa por tratar paralelamente e simultaneamente das duas guerras mundiais, para comparar e salientar as diferenças de concepções estratégicas e de armas. Na página 319, e com um tranquilo cinismo, o autor descreve a fraqueza da *Wehrmacht* e fala no *bluff* de Hitler, sem lhe ocorrer que a França foi esmagada por essa fraqueza e por esse *bluff*.

Mas o mais espantoso é o seguinte: o leitor vê de repente que está numa guerra sem saber onde e por que começou. Não há nenhuma menção ao pacto germano-soviético para a partilha da Polônia e para o assassinato de milhões de judeus. Todos os velhos se lembram das sinistras figuras de Molotov e Ribentropp selando esse pacto infernal; mas os moços estão proibidos de saber que houve esse pacto e que a guerra começou pela invasão da Polônia, assaltada quase simultaneamente pelos demônios do comunismo e pelos demônios do nazismo.

Sim senhores, o volume de quase 1.000 páginas da História contemporânea não explica como começou a Guerra II e oculta a maior monstruosidade do século. Mas não se detém aí o cinismo do Sr. Maurice Crouzet. Tendo de dizer alguma coisa sobre a Polônia, já que esse povo ainda existe e se acha acorrentado à Rússia soviética, o *Inspecteur de l'instruction publique* tem uma idéia genial: diz que foi a Polônia que quis agredir a Alemanha nazista e a Rússia comunista. É incrível mas aqui está o dolo, a falsificação na página 340: "Na Polônia, onde se forma desde 1939 um exército secreto dirigido ao mesmo tempo contra os alemães e contra os russos, as divisões são profundas entre comunistas e anticomunistas."

E da Rússia de 1920 a 1930 não diz uma palavra sobre a fome espantosa provocada pela

coletivização da propriedade agrícola; e muito menos sobre os socorros prestados por Pio XI e pela American Relief Association que salvou da morte milhões de russos.

No caso da Espanha, o autor francês usa a mesma prestidigitação: põe-nos diante do leante militar e *fascisant*, menciona o apoio dado pela Itália e pela Alemanha pela falange de Franco, mas não dá um pio sobre as razões que levaram os militares espanhóis a essa extremidade. E essas razões não são microscópicas. O que houve na Espanha, num dos mais belos países católicos do mundo, foi simplesmente o seguinte: os vermelhos incendiaram todas as igrejas; e não podendo infiltrar o esquerdismo nas ordens religiosas como fizeram na França, os comunistas chegaram a esta límpida conclusão: "*Los curas? Hay que matarlos.*" E mataram fartamente; violaram freiras, violaram mortas, expuseram cadáveres de carmelitas nuas e festejaram tal exibição de múmias de virgens oferecidas a Cristo. Tudo isto e muitíssimo mais. Pois bem, o volume VII da *Histoire Générale des Civilizations* não tem uma palavra para apresentar um fato que, durante alguns anos, cobriu de sangue um dos mais nobres e belos países do planeta.

Ah! esquecia-me. De todos os horrores praticados contra as mais indefesas criaturas, as Presses Universitaires de France só mencionam o bombardeio de Guernica e reservam uma bela estampa de página inteira para o quadro de Picasso.

Disse que não mencionaram a fome de Moscou e da Rússia inteira? Esqueci-me de acrescentar: em compensação reservaram uma página inteira para a fome da Índia.

Essa obra canalha e falsificadora está traduzida, e provavelmente muitos moços já firmaram suas convicções a respeito do que aconteceu no mundo nestes últimos anos. Daí o ele-

vado número de pessoas que me atribuem excessiva contundência e exagerada indignação.

Falou-se muito do Dia da Vitória. Que vitória? Ah! sim, vitória das “democracias” sobre Hitler. Rio-me ou choro? Naquele tempo acompanhei com paixão todos os lances da guerra e tive horror à brutalidade nazista com toda a força de minha mocidade. Chorei quando vi num filme documentário alemão, UFA, a cena do estupro ritual da Polônia. Diante de uma porteira, os carros-de-combate invasores estacionavam, e eu vi um oficial graduado avançar e violar a porteira com o passo de ganso. Rangi os dentes de ódio. E daí por diante era raro o dia sem lágrimas e ranger de dentes.

Mas agora, tantos anos depois, vejo que caí no mesmo erro geral em que o mundo inteiro caía. E qual era esse erro? Era simplesmente o de só ver um lado da guerra. No mesmo filme que anunciaava o marúrio da Polônia, não me veio à mente a idéia do outro lado. O monstro URSS esteve constantemente eclipsado pelas caretas de Hitler, pela encenação wagneriana do nazismo. O mundo inteiro só pensava, só falava numa guerra, a guerra convencional de Hitler, a guerra superficial que em 1941 já estava ganha pela Inglaterra; e todos deixavam de ver a verdadeira guerra: a guerra revolucionária, e o verdadeiro inimigo: o “ideal” socialista.

A União Soviética, depois do bombardeio de Helsinque, saiu completamente do noticiário e mergulhou na escuridão. E o tolo mundo inteiro, e eu dentro dele, pensava que o que importava era vencer Hitler. É curioso, é estranho e, sobretudo, é humilhante pensar que as façanhas fulgurantes de um louco tenham despiestado totalmente o mundo dito democrático. Em 1940, cai a França, e os alemães entram em Paris. Pois bem, durante um ano e meio, quando ainda funcionava o pacto germano-soviético,

os patriotas franceses da *Resistance* só viam o inimigo alemão e por uma inexplicável derrisão já começavam a ver nos comunistas o aliado. Subitamente, em junho de 41, Hitler ataca a URSS, num lance de loucura e desespero. E então a URSS sai da obscuridade e vem para a boca da cena como vítima e como aliada!!!

Passaram todos a ver na URSS uma vítima e uma aliada. E aí está a supremíssima estupidez em que todos caímos, e que hoje tem uma dolorosa evidência. O mundo ocidental dopado, mal armado de critérios, enganou-se de inimigo. Churchill, o sagaz, o genial Churchill deixou confissão pública de sua total obnubilação. Ele só pensava em Hitler, Churchill, um inglês de pura raça, inteligentíssimo, ficou hipnotizado pelas caretas de um sinistro Carlitos. E, no dia da invasão da URSS, disse estas palavras aos seus pares para justificar o imediato apoio dado aos soviéticos: “Se Hitler invadir o inferno, eu faço um pacto com satã.” E fez um pacto com o comunismo.

Precipitaram-se todos a ajudar a URSS, quando já se tinham boas razões para crer na vitória anglo-americana. Em 1942, os ingleses, primeiros inventores do radar, revidam os raides aéreos. Em ataques noturnos que se repetirão até o fim da guerra, destroem a Alemanha Ocidental. Tudo indicava que, quanto mais longe afundavam na Rússia as tropas de Hitler, mais próxima estava a vitória, sem necessidade de enviar US\$ 11 bilhões para o cúmplice da tragédia mundial, ou melhor, para o principal inimigo. Os alemães entraram Rússia adentro e chegariam ao estreito de Bhering, se não fosse a estúpida idéia de ajudar os soviéticos. E até hoje estariam perdidos na Sibéria os farrapos da bandeira nazista.

O país que invadia facilmente a Rússia era mais um país em fuga do que um exército vencedor. Foi um regime agonizante que penetrou

até Stalingrado, e o mundo inteiro, para glorificar o Inimigo Número Um, inventou o apelido: Vitória de Stalingrado.

Na continuação dos disparates, temos em Yalta uma capitulação infinitamente mais grave do que a de Munique. O inimigo vencido recebe as honras de vencedor e ganha muito mais do que pretendia ganhar antes da guerra. A guerra começou, porque os franceses e ingleses acharam que, depois de várias humilhações, deviam honrar a palavra e não permitir a invasão da Polônia; termina a guerra com a entrega total da Polônia!!!

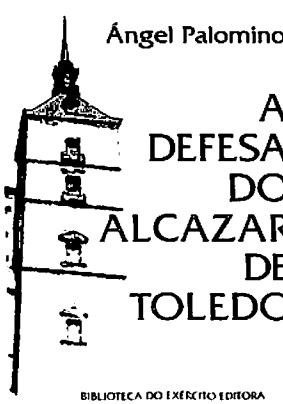
Mais tarde os anglo-americanos têm a idéia de armar o tribunal de Nuremberg para punir os crimes de guerra. A primeira sessão é presidida por um general soviético que trata logo de

extraviar o processo do massacre de Katina. Nesse meio tempo, os franceses também querem proceder à *épuration*, também querem castigar seus traidores. E o que fazem? Procuram os comunistas e inventam o amálgama democrata-cristão para fuzilarem sem processo 105 mil franceses.

Perguntei: Que vitória? A resposta é clara: vitória da guerra revolucionária, subterrânea, que vem minando a civilização desde a Reforma e da Revolução Francesa, e que esteve eclipsada por um efêmero anormal. Agora o inimigo espalhou-se e já se infiltrou no último lugar que esperava alcançar: a Igreja Católica.

Não me cango de pasmar diante de tamanho disparate. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Defesa do Alcazar de Toledo

Ángel Palomino

Precioso comentário histórico sobre a epopéia da Fortaleza de Alcazar, durante a Guerra Civil Espanhola, em 1936, com base em um diário da época que relata o cotidiano dos 67 dias de resistência aos ataques dos republicanos e ao sítio sofrido pela tropa sob seu comando.

Com a indiferença de um Deus¹

Janer Cristaldo*

*Se você nada conhece de Josiph Vissarionovitch Djugatchivili,
nada entendeu da história recente. Este senhor matou mais que
Hitler e só não conseguiu matar mais que Mao.*

Há mais de 20 anos não leio ficções. Já fui devoto do gênero e traduzi uma boa dezena delas ao brasileiro. Acabei cansando. O autor faz das tripas coração para criar um universo imaginário. Como este universo é de mentirinha, ele não está limitado pelas contingências da realidade. No entanto, a realidade acaba superando de longe todas as ficções.

Qual ficcionista conseguiria criar personagens como Hitler, Mao, Stalin, Pol Pot? Nenhum. Na hora de matar, embora possa matar e permanecer impune, o autor de ficções é tímido. Verdade que o hagiógrafo conseguiu criar um que matou todos menos um. Mas não é todos os dias que se escreve uma ficção como a Bíblia. “Quem mata um é assassino, quem mata milhões é conquistador, quem mata todos é Deus” – escreveu o biólogo Jean Rostand.

No século passado, assistimos a conquistadores que mataram com a *nonchalance* de um Deus.

Costumamos empurrar a barbárie para épocas remotas da História. No entanto, o século em que mais se massacrou em todos os tempos foi o passado, este no qual todos nascemos. Outra característica do século XX é que esses grandes assassinos foram cultuados como

heróis, modelos de virtude e mesmo como deuses. Quando surgiram as notícias da morte de Stalin, não poucos comunistas não acreditaram. Um deus não pode morrer.

Se você nada conhece de Josiph Vissarionovitch Djugatchivili, nada entendeu da história recente. Este senhor, conhecido também por Koba ou Stalin, “o de aço”, matou mais que Hitler e só não conseguiu matar mais que Mao. Ostenta em seu currículo a modesta cifra de 20 milhões de cadáveres.

Houve época em que não era fácil encontrar uma biografia de Stalin no Brasil. A primeira biografia importante, a de Boris Souvarine, escrita originalmente em francês e editada em Paris em 1939, jamais chegou até nós. Consta ter existido uma tradução em russo, editada em único exemplar, para uso exclusivo de Stalin. Ignora-se o destino do tradutor.

Outra importante biografia, a de Adam B. Ulam, em dois volumes e editada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1973, tampouco chegou até nós. Tive acesso a elas porque vivia em Paris. Este ano, tivemos nas livrarias brasileiras pelo menos três biografias do ditador georgiano, a do britânico Simon Sebag Montefiore e a dos irmãos russos Roy e Zhores Medvedev e a de Isaac Deutscher.

Estão surgindo no Brasil biografias das mais completas desses grandes assassinos. Ain-

¹ Transcrito de MidiaSemMascara.

* O autor é jornalista e escritor.

da há pouco, li uma outra de Stalin, assinada por Simon Sebag Montefiore, intitulada *Stalin, a Corte do Czar Vermelho*, 860 páginas. Editada originalmente em 2003, esta biografia é trabalho invejável de um jovem pesquisador (o autor nasceu em 1965), que narra o dia-a-dia, cada frase, cada gesto de Stalin. Montefiore parece ser um observador onisciente e onipresente.

O livro é lido com o sabor de um romance. Com um detalhe: os horrores nele narrados – com fria objetividade – nada têm de fictícios. É leitura que recomendo vivamente, particularmente aos jovens, em especial àqueles que nunca ouviram falar de Stalin. Se você quiser entender o século passado, leia o livro de Montefiore. Voltarei ao assunto.

Mal larguei Stalin. Foi lançado *Mao, a História Desconhecida*, 960 páginas, de Jung Chang e Jon Halliday. Estas duas obras, ambas lançadas pela Companhia das Letras, preenchem uma lacuna enorme no estudo dos tiranos do século passado. Decididamente, nenhuma mente seria capaz de conceber ficcionalmente a trajetória destes monstros que foram cultuados como deuses.

Em *Mao, a História Desconhecida*, vemos Stalin amplamente superado por seu discípulo chinês, Mao Tsé-tung. O nome duplo Tsé-tung significa “brilhar sobre o Leste”. De início vemos uma diferença básica entre ambos. Se Stalin passou a matar uma vez instalado no poder, matar foi o método empregado por Mao para chegar ao poder. Nessa biografia, é interessante ver Mao lutando contra Chang Kai-chek, Stalin apoiando Mao e Chang Kai-chek ao mesmo tempo, os Estados Unidos apoiando Mao e Chang Kai-chek, permitindo a progressão da Longa Marcha, marcha tão exitosa que começou com 80 mil homens e acabou com 10 mil.

O Livro Negro do Comunismo debita a Mao 65 milhões de cadáveres em tempos de paz.

Jung Chang fala em 70 milhões. Sessenta e cinco ou 70, não se tem notícia na História de homem que, sozinho, tenha matado tanto. Entre 58 e 61, no Grande Salto para a Frente, 28 milhões de chineses morreram de fome. Segundo a autora, foi a maior epidemia de fome do século XX – e de toda história registrada da humanidade. A China produzia carne e grãos, mas Mao exportava estes produtos para a União Soviética, em troca de armas e tecnologia nuclear.

Segundo o homem que brilhava sobre o Leste, as pessoas “não estavam sem comida o ano todo – apenas seis ou quatro meses”.

Para Mao, morrer fazia parte da vida. É preciso que as pessoas partam para dar lugar às que chegam. Claro que jamais lhe ocorreu perguntar se alguma pessoa aceita partir antes do devido tempo. “Vamos considerar quantas pessoas morreriam se irrompesse uma guerra”, diz Mao. “Há 2,7 bilhões de pessoas no mundo. Um terço poderia se perder; ou um pouco mais, poderia ser a metade. Eu digo que, levando em conta a situação extrema, metade morre, metade fica viva, mas o imperialismo seria arrasado e o mundo inteiro se tornaria socialista.”

A partir de 1953, foi imposto o confisco em todo o país, a fim de extrair mais alimentos para financiar o Programa de Superpotência. A estratégia era simples: deixar para a população apenas o suficiente para que permanecesse viva e tomar todo o resto.

Segundo Chang, Mao via vantagens práticas nas mortes em massa. “As mortes trazem benefícios”, disse em 1958. “Elas podem fertilizar o solo.” Os camponeses receberam ordens para plantar sobre os túmulos. Usar luto foi proibido e até mesmo derramar lágrimas, pois, segundo Mao, a morte deveria ser celebrada.

O homem que brilha sobre o Leste não se contentou em matar e torturar. Procurou

também humilhar a inteligência. Em 1966, durante o Grande Expurgo, fez arrastar e maltratar professores e funcionários da universidade de Pequim diante da multidão. "Seus rostos foram pintados de preto e puseram chapéus de burros em suas cabeças. Forçaram-nos a ajoelharem-se, alguns foram espancados e as mulheres foram sexualmente molestadas. Episódios semelhantes se repetiram em toda a China, provocando uma cascata de suicídios."

Os guardas vermelhos invadiram casas onde queimaram livros, cortaram pinturas, pisotearam discos e instrumentos musicais – conta-nos Yung Chang –, destruindo tudo em geral que tivesse a ver com cultura. Confiscaram objetos valiosos e espancaram seus donos. Ataques sangrentos a residências varreram a China, fato que o *Diário do Povo* saudou como "simplesmente esplêndido". Muitos dos que sofreram os ataques foram torturados até a morte em seus lares. Alguns foram levados para câmaras de tortura improvisadas em antigos cinemas, teatros e estádios. Guardas vermelhos vagando pelas ruas, fogueiras de destruição e gritos das vítimas: esses eram os sons e as cenas das noites do verão de 1966.

Que um tirano mate, isto nada tem de original. Faz parte de sua estratégia para manter-se no poder. O que mais me causa espécie em Mao foi um episódio de seu regime que bem demonstra a insanidade de homens que se atribuem poderes absolutos. Sigo ainda o relato de Yung Chang. "Um dia, Mao teve a bri-

lhante idéia de que uma boa maneira de manter os alimentos seguros era se livrar dos pardais, pois eles comiam grãos. Então designou esses passarinhos como uma das Quatro Pragas que deveriam ser eliminadas, junto com ratos, mosquitos e moscas, e mobilizou toda a população para sacudir paus e vassouras e fazer uma algazarra gigantesca, a fim de assustar os pardais e impedi-los de pousar, de tal modo que eles cairiam de fadiga, seriam capturados e mortos pelas multidões."

Vi certa vez um documentário sobre esta insanía. Milhares de chineses perseguiam pardais por ruas, árvores e telhados, buzinando, batendo latas e tambores. Que Mao matasse, até que se entende. O mais difícil de entender é ver um líder levando milhões de chineses a matar pássaros... no grito. O problema é que estes pássaros, além de comer grãos, eliminavam muitas pragas, "e não é preciso dizer que muitas outras aves morreram na farra da matança. Pragas que eram mantidas sob controle pelos pardais e outros pássaros floresceram, com resultados catastróficos. Os argumentos dos cientistas de que o equilíbrio ecológico seria afetado foram ignorados".

Resultado da Grande Matança de Pardais: o Governo chinês acabou pedindo, em nome do internacionalismo socialista, que os russos enviassem 200 mil pardais do leste da União Soviética assim que possível. E durante anos houve quem cultuasse no mundo todo, como salvador da humanidade, este senhor ridículo.



De volta aos mitos revolucionários do Terceiro Mundo

*Jarbas Passarinho**

Quando o Muro de Berlim foi derrubado, em 1989, cheguei a duvidar de que não passasse além da derrota das vanguardas comunistas da Guerra Fria, embora a China, depois de Mao, já houvesse introduzido reformas econômicas criando o “socialismo de mercado”, um oximoro, uma conjunção de palavras antagônicas, uma espécie de Marx e Hayek de mãos dadas, realizando transformações econômicas no quadro de um regime político totalitário. Tática que Gorbachev justifica, em suas *Ante-Memórias*, não ter podido adotar porque todas as funções essenciais de gestão econômica estavam nas mãos de uma centena de ministérios. Restringiu-se às reformas políticas. Mal-sucedido, quase deposto em agosto de 1991, lastima-se: “Não há reformadores políticos felizes.” Renega convicções marxistas, ao reconhecer que “a antinomia socialismo/capitalismo, tão forte depois da segunda metade do século XIX”, lhe parecia, agora, “caduca”.

A União Soviética foi oficialmente morta em dezembro de 1991, após 74 anos de regime totalitário iniciado com Lenin. Surgiu a globalização: democracia como regime político e economia de mercado, não necessariamente o capitalismo liberal do *laissez-faire* de Adam Smith, mas o neocapitalismo democrático e o social-liberalismo de Guilherme Merquior.

Restava, como remanescente estrito do comunismo, a pobre Coréia do Norte, às voltas com

a fome endêmica de seu povo, priorizando a fabricação da bomba atômica. Países, no Leste Europeu, abandonavam o comunismo e democratizavam-se. As esquerdas logo se arregimentaram para combater a globalização, fazendo de seu alvo o neoliberalismo, doutrina econômica posta em prática por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

Anos depois, saudosistas do comunismo reuniram-se em São Paulo, iniciativa do Partido Comunista Cubano, presentes a guerrilha colombiana Farc e diversas facções especialmente leninistas, decididas a fazer “dar certo aqui o que deu errado no Leste Europeu”. Em suma, o comunismo sem os erros da URSS. Do Fórum de São Paulo, obra de Cuba, ponta-de-lança exportadora da revolução para os trópicos sul-americanos, participou Lula, ainda candidato a presidente da República.

Achava eu natural a esquerda inspirar-se em Fênix e renascer das próprias cinzas. Foi então que me veio às mãos o artigo de Jean-François Revel, sob o título *“Is Communism Reversible?”* Pode uma democracia emergir de um totalitarismo? Toda revolução socialista tem por objeto a abolição das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais substituídas por novas. Admitir o contrário é ceder a qualquer das duas tentações de que fala Revel. Uma, é julgar o novo somente pelo velho e deduzir que as reformas que marcaram a história do socialismo

* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, foi governador, três vezes ministro e senador.

afetaram a natureza do sistema. É o caso do Fórum de São Paulo. Outra, muito pior, é ver como novo o que não passa de reprise ou de variação do velho. É o caso do “socialismo do século XXI”, de Chávez.

Ouso ponderar que as nações do Leste Europeu, hoje todas democratas, são exemplo da reversibilidade, mesmo quando em eleições livres voltam a ter como dirigentes antigos líderes comunistas. Isso, porém, não é caso dos nacionalistas de vocação totalitária, que praticam o neopresidencialismo na moldura de uma democracia pluralista, em que os três poderes, de que fala Montesquieu, lhe são subservientes, como se dá hoje na Venezuela.

Abundantes, na história, os movimentos guerrilheiros de militares descontentes com seus governos, só em 1962, pela primeira vez, o Partido Comunista, de Douglas Bravo, e o MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), de Moses Moleiro, desencadearam a guerrilha de natureza foquista na América do Sul.

O mito marxista-leninista perdurou com Douglas Bravo, Perkoff e outros, até prevalecer a coexistência pacífica já em 1966, quando Douglas, em entrevista no México, disse poder ser estranho para muitos povos da América Latina que oficiais do Exército fizessem parte da guerrilha, quando aos militares tradicionalmente cabia a repressão.

Essa foi a peculiaridade da buscada revolução venezuelana. Passados muitos anos, o

Exército venezuelano repôs no poder o Coronel Chávez, deposto num golpe de Estado, e o manteve, aparentemente, de forma incondicional, quando ele se dispôe a ser, na prática, o que o Fórum de São Paulo recomendou e ficou na retórica, à exceção dos comunistas das Farc, que há mais de 40 anos resistem às Forças Armadas regulares da Colômbia.

Chávez, com as características típicas do caudilho, lança o brado dramático: socialismo ou morte! Morrendo estão, sim, as liberdades fundamentais, a da imprensa livre e a de não ter medo. No poder há nove anos, reelege-se por mais seis, graças ao assistencialismo, à distribuição aos pobres de parte da renda do petróleo que exporta e que força o preço do barril na Opep. Faz da Assembléia Nacional, toda ela de seus adeptos, câmara de chancela, típica do totalitarismo.

Entristece ver a foto dos deputados aprovando por unanimidade a concessão de poderes especiais ao caudilho, que passa a governar por decreto. Os deputados só passam a conhecer as leis chavistas pela imprensa oficial. Ele vai calar a única TV que lhe faz oposição. Apoda-lhe de inimiga do povo, o velho labéu do stalinismo. Aprendi, com Getúlio e seu DIP, que fascismo não é só impedir de criticar, mas obrigar a elogiar. Rendo-me a Revel, que achei pessimista: o mito marxista (embora primário) volta, sim, pela mão de um caudilho arrogante, nos trópicos. ☺

Soldado profissional ou voluntário?

Orlando Pessanha Encarnação Filho*

RESUMO

Este trabalho analisa a conveniência de se adotar o soldado profissional ou permanecer com o atual sistema de recrutamento obrigatório no âmbito das Forças Armadas. Levanta as vantagens e desvantagens de cada sistema. São, ainda, sugeridas algumas medidas que visam aumentar o nível qualitativo do soldado profissional e, assim, contribuir para a manutenção dos padrões de qualidade exigidos pelas Forças Armadas. Conclui que não é necessário mudar o atual modelo de Serviço Militar, mas sim aperfeiçoá-lo.

PALAVRAS-CHAVE

Recrutamento militar, Forças Armadas.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é altamente polêmico. De um lado, encontram-se os que defendem a necessidade de um soldado profissional para as Forças Singulares. De outro, estão os defensores da idéia de que a manutenção e a renovação de uma reserva compatível com as necessidades de mobilização do Brasil são uma solução segura para as Forças Armadas.

“As armas são um fator importante na guerra, mas não o fator decisivo; são as pessoas e não as coisas que são decisivas.”

“O soldado profissional inglês, bem instruído e equipado, mostrou-se, como ocorreu desde o início da guerra, muito eficiente em combate. Os soldados argentinos, na sua maioria reservistas recém-mobilizados, mostraram-se amedrontados com a violência dos bombardeios e com a sua inferioridade no que se refere particularmente ao armamento.”

As duas referências – a primeira delas atribuída a Mao Tsé-tung, e a segunda, retirada

do Relatório sobre a Guerra das Malvinas elaborado pelo Estado-Maior do Exército do Brasil – bem demonstram a preponderância do homem sobre os equipamentos em qualquer tipo de guerra, irregular, no pensamento do líder chinês, ou convencional, como ensinou o conflito das Malvinas.

O tema central é exatamente este, analisar as possíveis consequências para o serviço militar do Brasil caso venha a ser adotado a profissionalização das Forças Armadas. O assunto é dos mais polêmicos e controvértidos, existindo correntes favoráveis e contrárias à profissionalização, ambas plenas de razões.

Incidindo diretamente no fundamento, recursos humanos, o serviço militar no Brasil, por suas características de universalidade e obrigatoriedade, permite um aproveitamento ótimo do homem nacional, por meio de um sistema de recrutamento caracterizado pela racionalidade na seleção e pela temporalidade e sucessividade da prestação do serviço.

* O autor é Capitão do Quadro Complementar de Oficiais – QCO.

Não resta dúvida de que, sob o enfoque estritamente militar, o ideal seria as Forças Armadas totalmente profissionais, com o melhor e mais moderno material bélico, permanentemente adestradas e perfeitamente organizadas.

O serviço militar, uma vez adotado o profissionalismo em todos os níveis hierárquicos, terá que ser à base do voluntariado, e, para que isso aconteça, é necessário se oferecer alguns atrativos, pois do contrário não haverá interessados em número suficiente para suprir a demanda das Forças Armadas.

O Exército, com efetivo bem maior que as demais forças, tem que formar toda a sua reserva. Já a Marinha de Guerra e a Força Aérea têm, nos segmentos civis correlatos, excelentes auxiliares nesta tarefa. Até mesmo por isso, podem ocorrer nelas uma tendência ao profissionalismo em todos os níveis.

Em caso de mobilização, as Forças Armadas não dispõem de material suficiente para armar, equipar e alojar o pessoal mobilizado.

Mesmo que as Forças Armadas adotassem o sistema de recrutamento de conscritos voluntários, e com uma estrutura totalmente profissional, continuariam com a necessidade de formação de reservas, tanto de oficiais como de praças.

A importância do tema em questão pode ser corretamente avaliada pela extensa bibliografia existente em todo o mundo e pelas mutações que ocorrem, particularmente nas nações mais desenvolvidas. Estas, mais rapidamente, procuram se adequar aos avanços da ciência e da arte da guerra. Convém lembrar que o recrutamento obrigatório pressupõe um período de serviço curto, como condicionante básica e democrática. Entende-se, também, que, num país democrático como o Brasil, o soldado profissional só poderá existir pelo voluntariado.

O autor valeu-se de diversas fontes de consulta, além do concurso da crítica de vários ofi-

ciais com vasto conhecimento sobre o assunto. Assim, ao final deste artigo, mediante criteriosa análise dos fatores que, no momento, condicionam o atual estágio de desenvolvimento do País, da forma mais imparcial e pragmática possível, serão apresentadas sugestões e conclusões.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL

O problema da profissionalização do soldado retrata, de certa forma, a história do serviço militar. Por causa disso, e para que haja uma melhor visão da questão, torna-se oportuno abordar as transformações ocorridas no Brasil.

Descoberto o Brasil, Portugal logo tratou de providenciar a defesa da terra. Para isso iniciou a colonização, utilizando o sistema de Capitanias Hereditárias.

Nesse sistema, os colonos eram os responsáveis pela defesa. Estes contavam com o concurso obrigatório dos mestiços, índios, escravos, agregados de todos os níveis sociais, cor ou credo, a fim de garantir o domínio português sobre as terras descobertas.

Em 1548, Tomé de Souza trouxe o Regulamento de El-Rei, documento que complementava a Provisão Régia de 1547, sendo, então, instituída a obrigatoriedade do serviço militar e sistematizada a organização das Forças Terrestres e o recrutamento no Brasil Colônia.

Tal organização perdurou por largo período e essas forças lutaram contra corsários franceses, ingleses e holandeses. Ao combaterem estes últimos, começaram a tomar consciência do sentimento de nacionalidade em virtude de inexistir auxílio da metrópole por causa da união das coroas portuguesa e espanhola. A batalha de Guararapes, para muitos historiadores, marca o surgimento do Exército Brasileiro. As leis referentes ao recrutamento foram revis-

tas, para atender aos constantes aumentos dos efetivos militares.

Em 1824, foi promulgada a Constituição do Império, que, reformulada pelo Ato Adicional, que vigorou até a República, consagrou a Marinha e o Exército como instituições nacionais permanentes. Dizia ela:

“Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência e a integração do Império, e defendê-lo contra os inimigos externos e internos.” (Art. 145)

De 1824 até a República, com a legislação sobre o serviço militar atendendo a critérios meramente políticos, criou-se um grande número de isenções. Os brasileiros, em face do serviço militar, dividiram-se em duas classes: os que deviam servir à Força por injunções legais ou sociais, e os que, por fortuna ou posição social, conseguiam eximir-se dessa obrigação.

Durante o Segundo Império, não houve preocupação com o preparo dos contingentes do Exército e da Marinha, diminuindo os seus efetivos e meios. Foi uma fase muito difícil para o Brasil a que antecedeu a Guerra do Paraguai. Com o voluntariado, não havia efetivo suficiente na ativa, nem condições de dispor de reservas instruídas para a convocação de emergência. Os efeitos de política tão desastrosa não tardaram a aparecer, e somente o chamamento eloquente ao patriotismo permitiu a criação dos corpos de Voluntários da Pátria.

As dificuldades sentidas por ocasião dessa guerra e as inovações ocorridas na Europa após a Guerra Franco-Prussiana de 1870 patentearam a necessidade de um serviço militar obrigatório. Em decorrência, aprovou-se, em 1874, a Lei 2.556, a partir da qual foi adotado o sorteio para o serviço militar.

A primeira Constituição Republicana, de 1891, aboliu o recrutamento forçado e determinou que as forças terrestre e naval seriam

compostas por voluntários e, na falta destes, completadas pelo sorteio. Mais tarde, a Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908, deu nova orientação ao serviço militar, ao instituir a sua obrigatoriedade, abolir o soldado profissional e permitir a convocação de homens pelo sorteio. O sorteio militar ocorreu pela primeira vez em dezembro de 1916. A convocação anual resultou na valorização do homem, pela instrução e formação de uma mentalidade condizente com a disciplina e a obediência à lei.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial e, principalmente, a campanha empreendida pelo grande poeta Olavo Bilac, no sentido de esclarecer a opinião pública sobre o serviço militar obrigatório, despertaram o civismo e o entusiasmo; civis e militares se uniram e contribuíram para a compreensão da importância do serviço militar para a defesa da pátria. Dessa época em diante, as fileiras passaram a ter representantes de todas as camadas sociais. A lei, desde então, sofreu poucas alterações profundas. O sistema de serviço militar foi sendo cada vez mais aperfeiçoado até chegar aos dias de hoje.

O serviço militar é diferenciado nos diversos sistemas militares contemporâneos. Em alguns países, o grau de profissionalização é muito acentuado e os efetivos de paz, preenchidos com o voluntariado. Em outros, o serviço militar é obrigatório e universal, por determinado tempo, que normalmente vai de um a dois anos, dessa forma, há constante renovação de conscritos e realimentação das reservas.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil determina a obrigatoriedade do serviço militar a todos os brasileiros. Admite o serviço alternativo, desde que voltado para a segurança nacional. Os eclesiásticos e as mulheres ficam isentos em tempo de paz, sujeitos, no entanto, aos encargos que a lei lhes atribuir. O Serviço Militar Inicial tem duração de 12 meses,

podendo ser reduzido para 10 ou ampliado para 18, de acordo com a conveniência de cada Força Singular.

Como se vê, o tempo de Serviço Militar Inicial é curto e não permite a preparação das Forças Singulares em níveis elevados de capacitação profissional. Essa limitação do tempo, se por um lado representa uma salutar renovação de esforços e uma sólida vinculação das Forças Armadas à Nação, pois uma grande quantidade de jovens tem a oportunidade de passar pela caserna, por outro, significa uma redução temporária de efetivos, nos licenciamentos, o que desfalca as organizações militares e as impede de manter a operacionalidade.

NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em todo o Exército ocorre a convocação obrigatória. A única exceção é o voluntariado para a Brigada de Infantaria Pára-quedista (reserva estratégica).

A continuação no serviço ativo após o período inicial se dá por opção individual e obedece ao prescrito nas Instruções Gerais para Prorrogação de Tempo de Serviço Militar (IG 10-06), baixadas pelo Comandante do Exército em portaria específica, na qual se observa:

“1. CONCEITUAÇÃO BÁSICA

a.

b.

c. *O efetivo de praças das Organizações Militares (OM) é constituído por praças do Efectivo Variável (EV) e por praças do Núcleo-Base (NB).*

O EV é constituído unicamente pelas praças que estão prestando o Serviço Militar Inicial.

O NB de cada OM é formado por praças temporárias e por praças de carreira.”

As praças pertencentes ao EV são obrigatoriamente licenciadas ao término do Serviço Militar Inicial. As praças temporárias do NB

podem prorrogar o seu tempo de serviço militar, desde que sejam satisfeitas as condições exigidas e haja interesse do Exército.

Todavia, o que se observa na prática é o licenciamento quase que maciço do efetivo incorporado no início do ano. Assim, não há o preenchimento da totalidade das vagas destinadas ao núcleo-base. Essa situação é preocupante, pois a Força Terrestre permanece, por um razoável período, sem condições ideais de cumprir suas missões.

No Exército, o acesso à carreira dá-se por concurso, tanto para a escolas de sargentos como para as de oficiais.

Finalmente, deve-se ressaltar que cabe ao Exército Brasileiro, pelo seu efetivo e pelo número de organizações militares (650) em todo o território nacional, formar o maior contingente de reservistas anualmente.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Cenário internacional

A partir do segundo semestre de 1989, o mundo assistiu a dois eventos que surpreenderam até mesmo historiadores, economistas, filósofos e estudiosos da política internacional, pela forma e rapidez como ocorreram. Um deles foi o início da fragmentação do Império Soviético e o outro, a queda do Muro de Berlim.

O que se observou em seguida em todo o globo foi o aparecimento de um clima propício ao diálogo entre os países. O nível de relacionamento entre os Estados Unidos da América e a Rússia (Ex-URSS), cada vez mais amistoso e cooperativo, foi fundamental para a criação desse ambiente. Tudo parecia indicar que a humanidade estava livre de um conflito nuclear.

Essa situação de paz foi, inesperadamente, abalada pela invasão do Kuwait pelo Iraque.

Tal fato gerou perplexidade na comunidade internacional. Por isso, mobilizou-se o aparato militar das grandes potências, que, sob o comando dos Estados Unidos e o aval da Organização das Nações Unidas, atuaram para solucionar a questão.

Os exemplos acima revelam a dificuldade de prognosticar os acontecimentos e evidenciam a necessidade de cada nação estar preparada para defender seus interesses. Neste ambiente, quem dispõe de Forças Armadas psicologicamente preparadas, adestradas profissionalmente e com equipamentos modernos está em condições de manter a sua soberania. É preciso, portanto, contar com Forças Armadas prontas para reagir às agressões.

Cenário sul-americano

A América do Sul, na atualidade, apresenta uma situação de calma. Recentemente, realizaram-se eleições gerais na maioria dos países, os quais deixaram para trás regimes ditatoriais, dando seus primeiros passos no processo democrático.

As dificuldades enfrentadas pelos governantes são enormes, sobretudo pelo elevado peso das dívidas externas e pelos desniveis sociais existentes. A busca de soluções para problemas comuns levou a uma cooperação maior entre os países sul-americanos. A criação do Mercosul (Mercado Comum Sul-Americano) foi uma consequência desse clima.

É necessário, porém, não permitir que esse ambiente cordial faça esquecer que as nações têm interesses diversos e por eles negociam e lutam. As condições subumanas em que vive a maior parte da população continental, aliadas à histórica debilidade das instituições políticas sul-americanas, constituem-se em ingredientes favoráveis a possíveis e bruscas mudanças de situação, como ocorreu entre Peru e Equador.

Cenário brasileiro

As autoridades brasileiras preocupam-se com vários problemas graves nos tempos atuais, como a manutenção da inflação em níveis baixos e, simultaneamente, a retomada do crescimento para que possa ser realizada a justa distribuição da renda. Também o narcotráfico internacional, pela dimensão que alcançou, preocupa bastante o Governo. O País serve de passagem de tóxicos destinados a outros centros mundiais de consumo. Todavia, não é só por esse aspecto que a situação é grave. É preciso que se atente bem para insistentes oferecimentos de potências que acenam com ajuda para combater esse mal, mas que na verdade têm objetivos ocultos e, futuramente, poderão atentar contra a soberania brasileira.

Outro fato em evidência é a “orquestração” que a mídia internacional, já há algum tempo, vem realizando em torno da Amazônia. Encobrindo suas verdadeiras intenções, os países mais desenvolvidos procuram sensibilizar os formadores internacionais de opinião sobre a “questão ecológica”, as “nações indígenas” e outros temas que despertam as mais apaixonadas manifestações. Na realidade, essa pretensa preocupação com o meio ambiente e com os índios não tem outra finalidade senão mascarar a cobiça de nações do Primeiro Mundo, interessadas em nossas riquezas minerais.

Vê-se, assim, que o Brasil tem desafios sérios pela frente. Nesse cenário nada atraente, insere-se um complicador que o Governo federal tem que levar em conta. É o fato de a Constituição em vigor ter direcionado parte dos recursos que antes pertenciam ao orçamento da União para os estados e municípios. Assim, quem depende de verba federal, como é o caso das Forças Armadas, sofre reflexos dessa medida.

Não se pode deixar de alertar para os riscos a que o País ficará submetido, à medida

que a Nação não propicia ao organismo militar, pelo menos, um nível de equilíbrio com aquelas nações cujas aspirações, mais cedo ou mais tarde, poderão conflitar com as do Brasil. É necessário, pois, que o País conte com Forças Armadas prontas para qualquer eventualidade.

ASPECTOS RELEVANTES

Os tópicos abordados a seguir devem ser observados com particular atenção na oportunidade de se optar entre o serviço militar obrigatório ou voluntariado.

Ações complementares

A Doutrina Militar Brasileira preconiza o envolvimento das Forças Armadas nos setores de educação, saúde, transporte e telecomunicações, no âmbito interno. Determinadas tarefas como vacinações, recenseamentos, construção de estradas e trabalhos comunitários de toda ordem constituem-se em excelente oportunidade para o jovem recruta, em idade de reconhecida vontade de participar, sentir-se útil à comunidade.

As ações sociais, além de contribuírem para formar uma imagem favorável das Forças Armadas junto à população, servem também para que os comandos fiquem informados de tudo o que se passa na área sob sua responsabilidade. Essas informações trazem melhores resultados quando obtidas por pessoal experimentado.

Portanto, tanto os soldados profissionais como aqueles que cumprem seu dever cívico por um ano podem ser, e comumente o são, empregados em ações, as mais diversas, em benefício de comunidades necessitadas, contribuindo com o Governo na promoção do desenvolvimento nacional.

Formação de reservas

Ao examinar a questão do soldado profissional, um dos pontos que mais geram controvérsia é o papel da reserva. As indagações que logo surgem são do tipo: como fica o problema de reservas com a adoção do voluntariado? Será que o Brasil pode correr o risco de não contar com grandes efetivos mobilizáveis em caso de necessidade?

Aqueles que defendem a inexistência de reservas argumentam que as guerras modernas se caracterizam pelo emprego de alta tecnologia, pela grande capacidade destrutiva e pela curta duração. Desse modo, perde importância o potencial de mobilização.

Por outro lado, há os que lembram que os conflitos de baixa densidade (também atuais) constituem-se em campanhas de desgaste. São de longa duração e exigem efetivos por largo tempo.

No Brasil, o Serviço Militar Inicial visa, basicamente, a dois objetivos: o preenchimento dos claros existentes nas organizações militares da ativa e a formação da reserva.

A opção que vem sendo adotada pelo Brasil vai ao encontro das possibilidades econômicas da Nação, ou seja, formar o maior contingente de reservistas com o máximo de economia possível. É notório o fato de que o Brasil é um dos países do mundo que menos recursos despendem com suas Forças Armadas (aproximadamente 0,3% do PIB).

O Exército é quem forma mais reservistas, não só pela destinação e consequente dimensão, mas, também, por não contar com outros órgãos como a Marinha Mercante e a Aviação Civil que, como já foi visto, auxiliam na formação de reservistas da Marinha de Guerra e da Força Aérea Brasileira. Finalmente, é conveniente lembrar que, mesmo que as Forças Armadas fossem todas constituídas de soldados profissionais, haveria a necessidade de formação de reservas para um eventual re-completamento de efetivos em caso de conflito.

Recursos humanos

Em qualquer organização, os recursos humanos constituem o seu bem mais precioso. Dessa constatação, infere-se o cuidado que se deve ter na escolha dos seus futuros integrantes e, mais tarde, enquanto permanecerem no trabalho, a preocupação em adotar medidas para que todos permaneçam motivados.

O recrutamento é peça fundamental em todo processo seletivo, pois condiciona a amo-

para prestar o Serviço Militar Inicial é cada vez maior, em virtude do aumento da população e das reduções freqüentes no efetivo a incorporar.

É desejável, no entanto, que haja sempre a busca do aperfeiçoamento nesse campo em virtude das mutações que ocorrem na vida moderna.

O quadro abaixo, fornecido pelo Ministério da Defesa, ilustra bem a complexa tarefa realizada todo ano com a finalidade de selecionar aqueles que vão prestar o Serviço Militar Inicial:

	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TIRO DE GUERRA	TOTAL
Alistados	10.752	1.278.505	28.295	—	1.317.552
Apresentados	10.048	654.421	28.648	—	693.117
Aptos	6.232	397.953	18.202	—	422.387
Incorporados	2.210	67.767	6.850	27.605	76.827

Quadro nº 1 – Serviço Militar (Alistamento/Seleção 2005 da Classe 1987)

tra da qual sairão os candidatos. Recrutamento sem controle ou extremamente restrito ou, ainda, viciado por interesses pessoais, é recrutamento malfeito, seleção falha, produtividade baixa e administração ineficiente. Se bem orientado, significa a possibilidade de boa seleção, prognóstico de alta produtividade e administração eficiente.

Na atividade militar de guerra, a falta de eficiência se traduz em vidas perdidas, em unidades inoperantes e finalmente em derrota. Por causa disso, desde a Primeira Guerra Mundial, os psicólogos foram chamados a cooperar com as Forças Armadas e, ainda hoje, seu trabalho é de extrema valia. Sabe-se que muitas organizações civis se beneficiam da experiência haurida no meio militar, local de excelentes condições para experimentação psicológica.

A experiência adquirida ao longo dos anos no recrutamento contribui para uma seleção criteriosa e bem feita para o atendimento das necessidades das Forças Singulares. O universo de recrutamento de jovens que se apresentam

Analizando o quadro, verifica-se que aproximadamente 11% dos alistados que se apresentam são incorporados. Devido ao grande número, a tarefa de selecionar os melhores para cada Força Singular fica bem facilitada. E, quanto melhores forem as condições socioeconômicas do País, mais qualificados serão os chamados para servir à Pátria.

No caso de se adotar o voluntariado, as indagações que se podem fazer são: como variarão os números e percentuais dos demonstrativos futuros e qual será a qualidade dos indivíduos que farão parte das Forças Armadas?

Incentivos ao profissionalismo

Independente de qual seja o tipo de recrutamento adotado, as Forças Armadas necessitam manter seus efetivos completos. A evasão que anualmente ocorre nos quadros das Forças Armadas (particularmente no Exército) merece ser estudada com atenção. Como fazer para fixar na instituição o homem que desempenha funções que exigem, por vezes, longo

tempo de treinamento para poder ser considerado em condições ideais de emprego?

A Comissão Presidencial para estudo da Força de Voluntários do Exército dos Estados Unidos realizou uma pesquisa em 1976, a qual indicou as motivações para o alistamento, ordenando-as, segundo as prioridades, da seguinte forma: pagamento (vencimentos); promoção; laços de amizade; instrução; vantagens quando da passagem para a inatividade; serviço comunitário, alegria por servir na tropa, defender o país e orgulho de sua participação.

Após a adoção do serviço militar voluntário, os incentivos econômicos passaram a ser muito mais importantes para aqueles que se alistaram do que eram anteriormente. Como podemos observar, os fatores econômicos se sobrepõem ao idealismo do cidadão.

No Brasil, observa-se que, no momento de aquecimento da economia, diminui sensivelmente o número dos que permanecem nos quartéis. Os primeiros a sair, como é notório, são aqueles mais especializados, deixando uma lacuna difícil de ser preenchida, em curto prazo, na organização onde serviam. O mercado de trabalho, ao oferecer possibilidade de maiores ganhos, torna-se um atrativo para os que desejam melhorar de vida.

Voluntariado

O Serviço Militar Inicial no Brasil é, por lei, obrigatório. Um dos princípios norteadores da legislação sobre o assunto é a universalidade, ou seja, todos os brasileiros são igualmente obrigados a prestar o serviço militar. Por esse princípio, se objetiva fazer com que todos os segmentos da sociedade sejam representados nas Forças Armadas e, assim, sejam também responsáveis pela segurança nacional. A decisão de se adotar

o voluntariado no Brasil deve ser estudada com bastante cautela pelas implicações que dela poderão advir. Por meio de três exemplos, procurar-se-á apresentar como é delicado esse assunto.

Em relatório emitido em 1976, a Comissão do Potencial Humano das Forças Armadas dos EUA afirmou:

"A manutenção das Forças Armadas de Voluntários, durante o tempo de paz, dependerá da situação econômica e de outros fatores correlatos, alguns dos quais – como a atitude popular com relação às Forças Armadas – não podem ser vaticinados com segurança."¹

O fator econômico tem uma importância muito grande na situação em estudo. Se a afirmação do parágrafo anterior é fundamental para um país que gasta com a defesa, anualmente, mais do que duas vezes o valor da dívida externa brasileira, com maior razão o será para o Brasil e sua combalida economia.

Outro exemplo ocorrido no Exército dos Estados Unidos: na adoção do sistema de voluntariado, houve decréscimo tanto no nível intelectual dos incorporados como no nível econômico. Fato bastante significativo foi também o aumento do número de norte-americanos negros na Força, que alcançou um percentual de 36% em 1983, o que vem mostrar que uma Força Armada constituída de voluntariado pode não representar corretamente todos os segmentos da sociedade.

A adoção, pura e simples, do sistema de voluntariado poderá acarretar, fatalmente, a inexistência de voluntários em número suficiente para o preenchimento das necessidades das Forças Armadas.

A situação acima descrita chega a ser preocupante, pois o que se observa hoje, por ocasião da seleção, é uma grande quantidade de jovens tentando, até mesmo por meios escusos, fugir da prestação do Serviço Militar Inicial. Para

¹ King – 1977

- (8) Possibilidade de não preencher todos os claros.
- (9) Não representa uniformemente as classes sociais.
- (10) Exige estímulos incompatíveis com a atual situação econômica do país.
- (11) Pouco contribui para robustecer o patriotismo e civismo dos jovens em geral, pelo seu caráter excludente.

CONCLUSÃO

As Forças Armadas têm suas bases legais na Constituição e em outras legislações, que estabelecem sua organização, destinação e funcionamento. Exercem função estratégica na Nação a que servem. Por isso, se o Brasil aspira a um futuro de grandeza, precisa delas fortes, capazes de respaldar a ação política de uma grande potência. E isso não se improvisa e nem admite perda de tempo. Exige pensar grande, demanda coragem e tenacidade. Seja nos períodos de adversidade e de enfrentamento de graves problemas, seja naqueles caracterizados pela paz e pela tranquilidade, é mister integrem essas Forças homens vocacionados e motivados, conscientes do seu importante papel.

Pelo que pudemos expor de maneira resumida neste trabalho, não cremos que nossas Forças Armadas estejam, presentemente, aptas,

nas melhores condições, a cumprir sua missão constitucional, principalmente no que concerne à agressão externa, tendo em vista a inadequabilidade de seu material bélico e do grau de profissionalização de seus homens.

O Brasil, no seu atual estágio de crescimento, adota a política do máximo desenvolvimento com um mínimo de segurança. Esta política, apesar de seus naturais benefícios, nos colocou numa situação bélica desvantajosa perante as demais nações. Baseados no estudo desenvolvido ao longo deste artigo, apresentamos algumas sugestões que não reivindicamos serem originais nem inéditas, mas que acreditamos venham satisfazer as nossas necessidades, acarretando um mínimo de inconvenientes.

Concluímos que não é necessário mudar o tipo de serviço militar no País. Ele continuará obrigatório, pois é o que melhor se adapta à atual política nacional. No entanto, não se pode esquecer o valor do soldado profissional, particularmente em um conflito inopinado e restrito a uma determinada área.

Portanto, em cada organização militar, teríamos um sistema misto em proporções variáveis, baseado em uma saudável e salomônica composição humana de elementos profissionais e conscritos, logicamente que a definição desses percentuais seria de acordo com as necessidades e probabilidades futuras de emprego.



Referências bibliográficas

1. BRASIL. Leis etc. Decreto nº 92. 577, de 24 de abril de 1986. Aprova o regulamento para o Corpo de Pessoal graduado da Aeronáutica e dá outras providências. Diário 6. 6. Oficial, Brasília, nº 77, de 25 de abril de 1986.
2. BRASIL. Leis etc. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares.
3. BRASIL. Leis etc. Portaria Ministerial Nº 56-Res, de 17 de agosto de 1983, do Ministério do Exército. Instruções Gerais para a Prorrogação de Tempo do Serviço Militar (IG 10-06).
4. BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Lei do Serviço Militar e seu Regulamento. Brasília: EMFA, 1986.
5. BRASIL. Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Brasília. Rio de Janeiro: EME, 1972. 3v.
6. BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Ensino da Marinha. Concurso de Admissão às Escolas de Aprendizes de Marinheiro: instruções ao candidato.

7. CANÉPPELE, João Carlos. Soldado profissional ou conscrito voluntário. Rio de Janeiro: ECEME. Monografia, 1989.
8. FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas para quê?* São Paulo: Edição GRD, 1988.
9. LEVY, Antonio Marcos de A. Maciel. *O soldado profissional para as Forças Singulares – uma necessidade imperiosa*. Rio de Janeiro. ESG. Monografia, 1990.
10. TEIXEIRA, Valentim Ângelo. *A profissionalização das Forças Armadas e possíveis consequências para o Serviço Militar*. Rio de Janeiro. ESG. Monografia, 1983
11. JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro. GRD Editora, 1967.
12. NETO, Saint-Clair Peixoto Paes Leme. *A profissionalização no Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro. ECEME. Monografia, 1987.
13. MACHADO, Luiz Otávio de Moura. *Serviço Militar*. Rio de Janeiro. ESG. Monografia, 1984.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Arte de Governar

Margaret Thatcher

A autora estuda e conclui sobre a obtenção de diferentes caminhos para desenvolver a arte de bem governar. Ela analisa os fatos políticos mundiais desde a chamada Guerra Fria, passando pelo continente eurasiano e seus diferentes conflitos sociais e religiosos e concluindo sobre a participação socioeconômica da Grã-Bretanha no mundo europeu.

*Manuel Cambeses Júnior**

VISÃO SECESSIONISTA ATRAVÉS DOS TEMPOS

Ao longo da História, a Humanidade tem evidenciado, sistematicamente, uma endêmica tendência em erigir muralhas. As mais antigas de que se tem registro são as de Jericó, remontam a cerca de 6 mil anos e estão descritas no livro de Josué (Velho Testamento).

Não existe cidade européia medieval sem a existência de robustas e visíveis muralhas que o tempo, por vezes, encarregou-se de erodí-las. Para impedir que os bárbaros germânicos chegassem ao Império Romano, foram construídos vários muros fortificados. O mais conhecido é o Muro de Adriano, de 117km de extensão, que separava a bárbara Caledônia (atual Escócia) do resto da principal ilha britânica. Já o chamado “*Limes Germanicus*”, na atual Alemanha, era constituído por 280km de muros, muitos apenas de terra.

Os romanos levantaram muros no norte da Inglaterra, o Muro de Adriano, e derrubaram grossas paredes na destruição de Jerusalém, no ano 70, segundo relato de Flávio Josefo, encarregado de escrever a crônica da guerra ao lado de Tito.

Faz mais de 20 séculos, os chineses construíram a Grande Muralha, a maior obra de fortificação da História humana, com seu total

de 2.600km, para impedir a entrada dos mongóis e manchus. Todavia, hoje ela tornou-se objeto da irresistível curiosidade de turistas que visitam o país.

A muralha tem sido uma constante na História. Na Península Ibérica, ficaram vestígios muito bem preservados. Em Ávila e em Lugo, na Espanha, elas se conservam quase intactas. Em Leon, Toledo, Barcelona, Tarragona e tantas outras cidades, os restos das muralhas fazem parte do itinerário turístico dos visitantes.

Na Antigüidade, a muralha era imprescindível para um castelo de certa importância. Elas existem praticamente em todas as capitais europeias. Entre o Marrocos e a Mauritânia foram construídas em forma de alambrado. De um modo geral, serviam para impedir a entrada de inimigos ou para controlar os movimentos daqueles que tentavam escapar à noite. Os israelenses levantaram um portentoso muro separando o país da Cisjordânia, para se protegerem dos ataques palestinos.

Constata-se que as muralhas apresentam variadas formas estéticas e arquitetônicas. Existem as de pedra bem trabalhada e as de argamassa, como a que foi construída em Berlim, após a Segunda Guerra Mundial.

Os franceses tentaram se proteger dos alemães, no período entre as guerras mundiais,

* A Defesa Nacional reuniu aqui, em seqüência, três artigos distintos mas correlatos do mesmo autor, pela atualidade e oportunidade.

* O autor é Coronel-aviador da reserva da Força Aérea; membro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

com um complexo defensivo conhecido como Linha Maginot. Mas essa muralha – um conjunto de fortificações de concreto – não cobria toda a fronteira. Em 1940, os alemães invadiram a França flanqueando a linha através da floresta das Ardenas, na Bélgica.

A última grande muralha está sendo levantada entre os estados do Sul dos EUA e o México. Ela terá mais de mil quilômetros de extensão e objetiva evitar a entrada massiva de cidadãos mexicanos em território estadunidense. O paradoxo dessa edificação está em que os EUA, a superpotência mundial, decidam construir uma imensa muralha para deter o passo de pessoas que buscam um horizonte vital mais digno ao norte do Rio Grande.

Os movimentos migratórios são inevitáveis neste tempo em que caíram fronteiras econômicas, culturais e sociais. É surpreendente que, enquanto os Estados Unidos, o México e o Canadá estejam dentro de uma mesma área econômica, o Nafta, as pessoas não possam se mover com total liberdade.

O mesmo vem ocorrendo no cenário europeu. É imprescindível que haja coerência nesse antípatico tipo de ação secessionista porque nem todos podem viver e trabalhar em uma mesma parte do mundo. Entretanto, podemos vaticinar que, da mesma forma como se erigiu esta vasta e portentosa fronteira de concreto, ela será igualmente destruída, para assombro dos visitantes dos séculos futuros, que não compreenderão como, em plena era globalizada, se levantavam essas imensas e inexpugnáveis muralhas.

Desde a criação da muralha de Jericó até a edificação do Muro de Berlim, todas indefectivelmente caíram, e as que conseguiram se salvar, escapando da erosão pelo tempo, sómente servem para alimentar a curiosidade dos historiadores e arqueólogos. Definitivamente,

podemos inferir que é totalmente impossível colocar-se, de forma exitosa, barreiras entre os homens.

O ISLÃ RADICAL E O MUNDO OCIDENTAL

Inicio este artigo fazendo uma distinção muito clara e diáfana. Certamente, não é a mesma coisa falar de árabes e de islamitas. O Islã é fundamentalmente árabe, porém nem todos os árabes são seguidores da Sharia, ou seja, a lei baseada nos textos sagrados. Existem árabes católicos, como os libaneses, e também árabes ateus e socialistas, como os que impuseram a revolução no Egito.

Da mesma maneira, encontramos islamitas na África e Ásia que não são etnicamente árabes. Entre os grupos muçulmanos, inclusive, constatamos diferenças muito pronunciadas. Há os verdadeiramente fiéis, seguidores das práticas do Corão, o livro sagrado do Islã, os que apregoam a espiritualidade e a paz e, ainda, o grupo mais radical, os extremistas, dementes que invocam o nome de Deus para perpetrar e justificar atos terroristas.

Dentre os grupos mais radicais, os que tomaram para si a Jihad, ou Guerra Santa, são os que desataram uma carnificina mundial. Cabe destacar que a palavra Jihad, em realidade, refere-se ao esforço de propagação do Islã no mundo, através do medo. As diversas interpretações desse pretenso dever de todo muçulmano são as armas que fomentam a guerra contra os “infiéis”.

Enquanto outras religiões fazem proselitismo pelos meios de convencimento pacíficos, certos grupos islamitas, especificamente os extremistas, se dedicam à tarefa de empreendê-la contra todo ímpio que cruze em sua frente, tornando-o alvo passível de ser eliminado se

não for convertido à sua fé. A recente agressão, desproporcional e grosseira, desse mundo fanático contra Bento XVI, portanto, não é de se estranhar. O papa, em discurso profrido na universidade alemã de Rogensburg, nada disse que já não soubéssemos. Abordou, em seu pronunciamento, que nenhuma fé poderia ser verdadeira se invocasse a morte, o terror, a irracionalidade violenta e a guerra como princípios.

Para isso, citou um diálogo entre o Rei bizantino Manuel II e um erudito persa sobre cristianismo e Islã, ocorrido durante o cerco a Constantinopla, entre 1394 e 1402, em que o imperador assevera: "Mostre-me, apenas, o que Maomé trouxe de novo, e então você vai achar coisas apenas más e inumanas, como sua ordem para espalhar, pela espada, a fé que ele pregava."

É bem verdade que a Igreja Católica carrega o estigma de haver propiciado as Cruzadas, atos de guerra e de conquista que causaram muito dano ao Oriente Médio. Porém, a Igreja, na atualidade, é muito diferente da de 700 anos atrás. Hoje, entendemos a fé de forma muito distinta da que entendiam os homens de oito séculos passados. Ou seja, houve uma grande evolução nesse sentido.

Ao contrário, na contramão da História, os radicais muçulmanos simplesmente não evoluíram. Na concepção deles, o mundo é uma grande pedra estática. Exemplos desta afirmativa é a forma com que estes extremistas tratam as mulheres. Simplesmente elas não são vistas como pessoas e sim como propriedades.

Para esses radicais, a modernidade é vista como algo demoníaco, e o papa, evidentemente, passa a ser um dos objetivos maiores dessa fúria tresloucada.

Todo o escândalo armado em torno da malfadada caricatura de Maomé, publicada no diário dinamarquês *Jyllands-Postenna*, ou a

sentença de morte lançada contra o escritor Salman Rushdie, autor de *Versos Satânicos*, é um exemplo inconteste de seitas intoxicadas pela intolerância.

A Humanidade tem testemunhado, amiúde, as ofensas, a neurótica maneira de ver o mundo, o desprezo aos que não pensam como eles, o afã de sangue e ódio descarregado contra pessoas inocentes.

Algo que nos preocupa, sobremaneira, é observarmos que seitas extremistas começam a se infiltrar, sorrateiramente, e de modo insidioso, no mundo ocidental. E o que isso pressagia? Lamentavelmente, a cultura da morte, até que o mundo ocidental tome consciência da gravidade do problema e, inexoravelmente, atinja o limite extremo da suportabilidade humana.

Faz-se mister que nós, ocidentais, comecemos a nos defender, com veemência, contra essas doutrinas solertes e espúrias, eivadas de ódio incontido, antes que seja tarde demais.

EUA: PAÍS SATÉLITE?

Há algumas décadas, Dean Rusk, Secretário de Estado de John Kennedy e de Lyndon Johnson, pronunciou as contundentes palavras: "*Israel tem demonstrado, com relativa freqüência, que não é um país satélite dos Estados Unidos. É igualmente importante demonstrar que os EUA não são um satélite de Israel*" (citado por Paul Findley, *The date to Speak Out*, Wesport, 1985).

Mais impactante ainda foi a frase pronunciada em 1973 por William Fulbright, um dos patriarcas do Senado estadunidense: "*A grande maioria do Senado dos Estados Unidos, em torno de 85%, se encontra à completa disposição de Israel*" (citado por Paul Findley).

Não obstante, apesar da imensa influência do Governo israelense na definição das

políticas e estratégias para o Oriente Médio, o âmbito dessa influência se localizava essencialmente no Congresso norte-americano.

Sobre o tema, assinalava Steven Emerson: “*Reconhecendo a falta de respaldo popular à causa árabe, as sucessivas administrações presidenciais norte-americanas (...) adotaram uma política dual: cederam ao Congresso o âmbito das relações Estados Unidos-Israel, porém assumiram para si a responsabilidade de proteger os interesses das nações árabes moderadas*” (*The american House of Saud*, Nova York, 1985).

A forte influência de Israel sobre o Congresso norte-americano se exercia por intermédio do atuante *lobby* judeu nesse país. De acordo com Robert Trice: “*O Governo de Israel, tendo entrado em conflito aberto com as administrações de Johnson, Ford e Carter, recorreu, tradicionalmente, aos esforços a seu favor nas organizações judaico-americanas*” (*Domestic Interest Groups and Behavioral Analysis, Ethnicity and US Foreign Policy*, Nova York, 1981).

Por sua parte, Paul Findley, anteriormente citado, assim se referia: “*Na prática, o lobby israelense atua como uma extensão informal do Governo de Israel.*” O Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense, mais conhecido pela sigla em inglês Aipac, constituía o epicentro desse *lobby*.

Sob sua coordenação se encontravam centenas de jornalistas judeus, estrategicamente posicionados nos principais meios de comunicação, além de dezenas de comitês de ação política, ou seja, aquela curiosa figura da política estadunidense encarregada de financiar

campanhas eleitorais. Operando sob o curioso mecanismo da prodigalidade e do garrote, a Aipac oferecia a primeira opção aos legisladores que apoiassem Israel e execrava, implacavelmente, aqueles que não se ajustassem a este tipo de ação.

Destarte, senadores de primeira linha, como William Fulbright, Adlai Stevenson III, Charles Percy, William Hathaway ou Robert Jepson, perderam seus mandatos graças à ação e influência da Aipac.

A relação simbiótica entre o Estado de Israel, a Aipac e o Congresso norte-americano não sofreu mutações com o passar dos anos. A imprensa e o dinheiro seguem apoiando os legisladores amigos e destruindo os inimigos. O que mudou, em verdade, foi a correlação Casa Branca-Congresso com respeito a Israel.

A partir do segundo mandato de George Bush, o Poder Executivo se colocou também nas mãos de Israel. As causas dessa postura encontramos no interior do Partido Republicano. A Direita Cristã, o setor de maior poder entre os republicanos, forjou uma aliança estratégica com Israel.

Por sua vez, os neoconservadores, força mais influente na política externa estadunidense durante o primeiro período Bush, respaldam incondicionalmente Israel (quiçá porque a maioria deles são de origem judia).

Se Dean Rusk estivesse vivo, certamente comprovaria que a premissa “*Estados Unidos, satélite de Israel*” já não admite dúvidas. A invasão do Iraque gerou fortes suspeitas a esse respeito, e, recentemente, o Líbano as confirmou.



O Brasil e o eixo do Pacífico

*Mario Gibson Barboza**

O alinhamento automático com o Governo norte-americano prevaleceu em certa fase da política externa brasileira, simbolizado pela infeliz frase que se transformou no ferrete de uma administração: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil." Agora esse alinhamento vem sendo substituído por um antinorte-americанизmo de viés nitidamente ideológico que contamina nossa atuação internacional, amarrando-nos cada vez mais a posições que não representam necessariamente o interesse nacional. Muitas vezes nos levam a atitudes e solidariedades desnecessárias, para não dizer prejudiciais.

Ambas as posições – o alinhamento automático e a hostilidade ideológica – têm explcação dentro de um contexto histórico. Nenhuma das duas, porém, consulta nossos interesses, pois a atividade diplomática é exercida por uma carreira de Estado, cujos profissionais respeitam o Governo de turno, mas não servem a este e sim à Nação que, ao contrário do Governo, é permanente. Em vários artigos de jornal e palestras, tive a oportunidade de lembrar que o nome tutelar da nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco, um monarquista convicto e confesso, foi o maior chanceler da República, a qual, por sua vez, nunca lhe cobrou adesão política.

O que explica o antigo "alinhamento" de nossa política externa é o momento histórico que vivíamos. Estávamos recém-saídos de um

colossal conflito mundial, no qual nos "alinhamos" (para usar a expressão hoje condenada) com a grande – embora não única – potência responsável pelo esmagamento da mais cruel e perigosa tentativa de submissão da humanidade, a verdadeira besta apocalíptica que por pouco não nos mergulhou em trevas irreparáveis: o nazifascismo capitaneado pela sinistra figura de Adolf Hitler.

Não é demais supor que, sem a intervenção dos Estados Unidos, naquele terrível momento em que a Inglaterra ficou sozinha, contando apenas com a bravura idônea de Churchill, a Alemanha nazista teria vencido a guerra.

Assim, no imediato pós-guerra, passamos entusiasticamente a viver uma época em que o bom era o que vinha do nosso grande e heróico vizinho do Norte: a moda, o cinema de Hollywood, a Coca-Cola, o jazz – tudo isso absorvido avidamente por nossa juventude. O ideal era imitar os EUA. Instalou-se, entre nós, um comportamento de "idade da inocência", sem que se descortinasse o surgimento de um inevitável imperialismo vocacionado para o domínio do mundo. Vocacionado, repito, pois a exacerbão capitalista, instalada num país de natureza messiânica como os EUA, com suas bases fundamentalmente calvinistas, dono das armas mais sofisticadas, do dinheiro, das tecnologias mais avançadas, dos laboratórios que o levaram à conquista do espaço, ao desembarque

* O autor é embaixador e foi ministro de Relações Exteriores.

na Lua – um país assim dificilmente resistiria à tentação de dominar o mundo “globalizado”.

Os brasileiros adeptos do “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” não eram vendilhões da Pátria, mas, embora equivocadamente, patriotas ao seu modo. Não os julguemos com os dados e as informações de hoje, não cometamos o grave erro do anacronismo histórico. Era um tempo em que o Brasil tinha 40 milhões de habitantes (hoje somos quase 200 milhões), em que importávamos tudo, em que não fabricávamos nem exportávamos, como hoje, automóveis e aviões. Sobretudo não cedamos à tentação de superreagir e tomarmos o caminho oposto, que é a “satanização” de tudo que procede do colosso do Norte. Tentação esta compreensível, quando vivemos um infeliz período da história dos EUA, no qual a nação enfrenta com perplexidade a agressão de um terrorismo generalizado e imprevisível, tendo a guiá-la a incompetência de um chefe do Estado que não faz honra ao seu passado.

O alinhamento automático de ontem é tão anacrônico quanto o antinorte-americанизmo que se percebe hoje em nossa política externa. Ambas as posições são tão anacrônicas quanto dividir o mundo atual em direita e esquerda. Tão anacrônico quanto lutar, academicamente, contra ou a favor do comércio Sul-Sul para substituir o tradicional comércio Norte-Sul. O que surge no horizonte, com força e dinamismo, em contraposição ao eixo Norte-Sul, é o “eixo Leste-Oeste”.

Observávamos que durante séculos a História, para nós deste lado do mundo, desenrolou-se ao redor do Oceano Atlântico. O Pacífico era um teatro à parte e não constituía para nós um fator histórico de causação.

Disse uma vez Euclides da Cunha que “o Pacífico, ao contrário dos outros mares, é um

grande isolador de povos”. Não sei se concordo com essa afirmação do genial pensador. Mas este não é o espaço apropriado para uma discussão a respeito.

O que impressiona hoje e nos fornece elementos irrecusáveis para o planejamento de nossa política externa é o surgimento da China, além de fatos como a recentíssima celebração de um acordo, que entrará em vigor ainda este ano, para a criação de uma zona de livre comércio entre a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em inglês). O grupo é formado por Brunei, Camboja, Cingapura, Tailândia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã. Trata-se de um acordo que abrange uma economia calculada em US\$ 884 bilhões (R\$ 1,85 trilhão) e que abrirá aos países do Sudeste da Ásia as portas do mercado chinês nos setores bancário, turístico, imobiliário e sanitário, bem como a tecnologia de informação e transporte.

Estamos diante de um significativo passo para a implantação de um imperialismo chinês? Não creio. Não acredito num “imperialismo chinês”. Posso estar enganado, mas vejo a China como uma inevitável superpotência do futuro, mas sem o “ânimo” imperialista. Não por bons sentimentos ou generosidade, e sim porque o Império do Meio, a China, eu vejo simbolizado pela Grande Muralha. Isto é, uma nação que aspira a ser a superpotência do futuro e que, em vez de pretender conquistar terras e países, prefere recolher-se a um isolamento auto-suficiente, profundamente consciente de sua superioridade.

De qualquer modo, a China deve constituir, sem dúvida, uma prioridade da política externa brasileira dirigida ao Oriente. E isto para não mencionar o Japão e a Austrália, entre outros.

Ao tratar do planejamento da nossa política externa, sinto-me obrigado a dizer que não

entendo como é admissível reformar uma instituição como o Itamaraty por meio de uma medida provisória. E reformar mal. Muito mal mesmo. Não posso deixar de denunciar a expedição de uma MP que constitui, segundo penso, uma flagrante usurpação do poder legislativo do Congresso, com o agravante de entrar em vigor na data de sua expedição, criando-se situações irreparáveis se o Congresso não aprová-la, pois aumenta muitíssimo o número de diplomatas que já foram e continuam a ser admitidos e/ou promovidos, em consequência do grande aumento dos quadros.

Além disso, é impossível exagerar a gravidade das denúncias contra a administração do Itamaraty feitas pelo Embaixador Roberto Abdenur, em entrevista à revista *Veja*. Subscrevo essas denúncias, até mesmo porque já há algum tempo venho apontando os mesmos fatos em artigos de jornal e palestras. Agora essas denúncias adquirem especial relevo, ao serem feitas por um diplomata que até pouco tempo chefia-

va nossa embaixada em Washington. Destaco os pontos principais que, a meu ver, assim como na opinião de muitos dos meus colegas que ocuparam ou ainda ocupam posições de chefia do Itamaraty, merecem nossa repreação:

– Politização dos diplomatas para que possam obter promoção ou os melhores postos no exterior. Por “politização” entenda-se entusiástica adesão política ao petismo e ao atual Governo.

– Absurda e desnecessária criação de novos 400 cargos de diplomatas, quando éramos pouco mais de 900.

– Leitura obrigatória de textos históricos e/ou diplomáticos e subsequente e vexatória “toma de lição”, visando à formação de uma ideologia unificada.

Fatos como esses descharacterizam e acabam por destruir a indispensável isenção do diplomata em relação aos processos políticos internos, os quais, por sua natureza, estão em permanente evolução e sujeitos a transformações. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



BRASIL-FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

O Estado hegemonic, herança do patrimonialismo português¹

Francisco Ferraz*

A supremacia estatal, tão peculiar à sociedade brasileira, descende diretamente do modelo patrimonialista introduzido por nossos colonizadores

O Brasil surge para o mundo do século XVI como uma conquista do patrimonialismo português, analogamente ao que ocorre com a América espanhola, produto do patrimonialismo espanhol, marcadamente militarizado em função da natureza guerreira daquela nação e da existência de civilizações avançadas no novo território. Já os EUA surgem no início do século XVII como um projeto da sociedade organizada e, secundariamente, do Estado. O modelo de colonização norte-americano é baseado na livre iniciativa de grupos sociais independentes e até mesmo em oposição ao Estado. Portanto, já nos séculos XVI e XVII, duas civilizações se distinguem nitidamente no continente americano. A ibérica como um projeto e obra do Estado centralizado, implantado na potência colonizadora, e a inglesa como uma obra da sociedade, ainda que com alguns enclaves reais.

Herança inata

As “marcas de nascença” das duas civilizações vão se perenizar. Elas originaram arranjos institucionais diferenciados e, sobretudo, estatuíram a diferente relação, peculiar a cada

uma delas, entre Estado e sociedade, ambos fatores decisivos a presidir a ulterior evolução social. O arranjo institucional inicial predetermina, em grande medida, a evolução posterior da sociedade. Ao estruturá-la, dispondo sobre as relações entre os grupos sociais, fixando os limites de liberdade e iniciativa dos seus membros, determinando as hierarquias e compondo a sua peculiar tessitura normativa, alguns caminhos são abertos e rumos são incentivados, enquanto outros são bloqueados.

É por essa razão que o arranjo institucional inicial – paradigma no qual a sociedade é constituída – predetermina, em grande medida, a evolução posterior. É por isso que ele tende a se perenizar e é por essa mesma razão que as diferenças entre as duas formas de colonização perduram e se aprofundam ao longo da história. Tal fenômeno reproduz-se em todos os setores da vida social no Novo Mundo. Embora descoberto e colonizado um século mais tarde que o Brasil, as colônias inglesas na América conquistam a independência política no século XVIII, enquanto que as ibéricas somente a alcançam no século seguinte; iniciam a atividade industrial já no século XVIII, en-

¹ Transcrito de Política para Políticos – www.politicaparapoliticos.com.br

*O autor é Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e editor responsável do site Política para Políticos.

quanto o Brasil somente no fim do século XIX; possuem instituições de ensino superior já no século XVII, enquanto que o Brasil apenas no final do século XIX.

Essa sumária comparação, feita a título de exemplo, tem por objetivo apenas destacar que, no mesmo continente e na mesma época histórica, duas civilizações tomam rumos diversos e diferenciados, na conformação de sua estrutura social. A ibérica, como obra do patrimonialismo, dará origem ao que chamamos de “paradigma do Estado hegemônico” e a inglesa como obra da sociedade, suas associações e grupos, que tem na compulsão pela independência do Estado sua marca distintiva. O Brasil enquadra-se no modelo de colonização ibérica, cuja matriz estrutural é Estado patrimonialista português.

Patrimonialismo e feudalismo

A vida política da Europa medieval pode ser descrita, como sugeriu Max Weber, pelos conceitos de *patrimonialismo* e *feudalismo*. No *patrimonialismo*, os poderes locais – da nobreza – e associativos estão subordinados ao poder do monarca e de sua burocracia. O rei detém o poder absoluto, confundindo-se a administração dos bens e propriedades monárquicas com a administração do reino. Nesse sistema, o rei constitui uma estrutura burocrática civil e militar subordinada e mantida por ele, mediante a qual penetra a sociedade, fazendo sentir o seu poder em todos os quadrantes do reino. Auxiliado por seus “funcionários”, baixa e arrecada tributos, dita as leis e normas que vão regular as atividades econômicas e sociais, exerce a censura sobre a manifestação do pensamento, concentra o poder de nomear, sem qualquer órgão ou instituição que limite o seu poder, salvo a Igreja, em matérias espirituais. No

plano econômico, a marca distintiva do patrimonialismo é a subordinação da lógica econômica a objetivos e interesses não-econômicos, sejam eles políticos ou de lazer e ostentação. O excedente econômico não se destina ao reinvestimento para obter maior produção e lucro, mas sim a gastos não-econômicos, como a construção de palácios, monumentos, catedrais, gastos militares, gastos com a corte, com a burocracia e com o financiamento dos caprichos do monarca.

O *feudalismo* é um sistema baseado em obrigações recíprocas e complementares. O rei é um dos nobres do reino – e não necessariamente o mais rico e poderoso. A unidade social básica que cimenta a sociedade é de *natureza contratual*, o vínculo criado pelo laço de vassalagem que se reproduz por todos os níveis sociais, incluindo o monarca. Há, pois, o reconhecimento da legitimidade da existência de poderes locais e associativos independentes do rei, com seus direitos, privilégios e imunidades, diante uns dos outros e em face de um monarca que não dispunha de poderes suficientes para subordiná-los. No plano econômico, o *feudalismo* implicava respeito ao espaço próprio da atividade econômica – liberada para funcionar de acordo com sua própria lógica – e a limitação ao poder do Estado para intervir nesta esfera, restrito pelo que a tradição legítima, pelas imunidades, direitos, privilégios e pelo que foi pactuado com os representantes da sociedade.

Corolários econômicos do modelo *patrimonialista* são a negação da liberdade econômica; a profunda, generalizada e constante intervenção do Estado por meio de instrumentos regulamentares minuciosos, pela captação de créditos raramente honrados e por um voraz fiscalismo, que suga os recursos resultantes da produção para financiar despesas não-eco-

nómicas. Corolários políticos do modelo são a centralização da administração, a tentacular burocracia real, o absolutismo e a negação dos direitos de cidadania.

Não é coincidência que o Brasil e a América espanhola foram produto do patrimonialismo ibérico, enquanto os EUA resultaram de uma ação da sociedade inglesa – e não do Estado inglês – na qual o patrimonialismo nunca prosperou (salvo as frustradas tentativas de implantar o absolutismo, que procederam sempre no reforço e afirmação do Parlamento e na redução dos poderes reais). Nessa breve e

sumária comparação já se pode identificar com segurança a matriz patrimonial da sociedade brasileira, descontar a profundidade de seu enraizamento na estrutura social, bem como sua excepcional capacidade de permanência. De 1500 aos nossos dias, a história do Brasil foi predominantemente a história do Estado brasileiro, pontuada por interlúdios breves, precários e instáveis de manifestação e afirmação da sociedade civil. Entre nós, a precedência do Estado sobre a sociedade não foi apenas cronológica. Ela significou hegemonia e expressou-se na tutela do Estado sobre as forças sociais. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Revolução dos Bichos

George Orwell

Sagaz e bem humorada visão do populismo pela narrativa da estória dos animais de uma fazenda que, revoltados com os maus-tratos dos humanos, sublevam-se contra o proprietário e o expulsam. A casta dos porcos toma posse da terra, estabelecendo nova ordem social, que logo se deteriora, a partir do acúmulo das mordomias, trapaças e propinas desta mesma casta.

Um fragmento da escravidão¹

Boris Fausto*

Mais de um século após a extinção do escravismo, o Brasil ainda vê pessoas subjugadas em condições semelhantes.

Nenhuma instituição se encravou mais profundamente na vida brasileira, com efeitos perniciosos, do que a escravidão. Ela perdurou, como se sabe, por quase 400 anos, mudando apenas de objeto, ao passar, preferencialmente, do índio ao negro.

Pesquisas recentes, de historiadores como João Fragoso e Manolo Florentino, quantificaram a importância do comércio de escravos, em mãos de brasileiros desde meados do século XVIII, revendo assim a interpretação da história colonial, muito concentrada na acumulação de riqueza por parte dos grandes senhores do açúcar. Convém lembrar que a propriedade de escravos foi um desejo comum de toda a sociedade brasileira, rica ou pobre, havendo gente de limitadas posses que era proprietária de um ou dois escravos, de cujos serviços jamais imaginaria prescindir.

Aqui, trato de um expressivo fragmento ideológico dessa história, focando um parecer examinado pela Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, de abril de 1859, publicado em um livro da Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, em 2005, intitulado *O Conselho de Estado e a Política Externa – Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1858-1862)*. Como só his-

toriadores têm a obrigação de saber o que foi o Conselho de Estado, e todas as demais pessoas não necessariamente, convém lembrar que se tratava de um órgão consultivo previsto na Constituição brasileira de 1824, composto de, no máximo, 10 membros vitalícios, de religião católica, com idade não inferior a 40 anos, nomeados pelo imperador.

O Conselho era ouvido “em todos os negócios graves e medidas gerais da administração”, incluindo-se entre elas quase todas em que o imperador se dispunha a utilizar seu Poder Moderador, também previsto no texto constitucional.

Órgão centralizador

Tido, com razão, como um órgão típico da centralização conservadora do Império, o Conselho de Estado foi suprimido pela Regência em 1834, quando a onda oligárquico-liberal descentralizadora ganhou força no País. Com a maioria de D. Pedro II, no âmbito do chamado “regresso”, o Conselho de Estado voltou a funcionar a partir de 1841, exercendo suas funções até o fim do Império.

O parecer que desejo ressaltar versa sobre a questão da cidadania dos escravos libertos, nascidos fora do Brasil, suscitada pela legação imperial brasileira em Montevidéu. Seu autor era uma figura destacada do Império, José Antônio Pimenta Bueno, consultor do Ministério dos

¹ Transcrito de *A Folha de S. Paulo*.

* O autor é historiador.

Negócios Estrangeiros, mais tarde visconde e marquês de São Vicente.

O entendimento de Pimenta Bueno, segundo o qual os libertos, nas condições apontadas, eram cidadãos brasileiros, foi submetido ao exame do Conselho de Estado e contraditado pelo parecer deste. O relator da matéria foi Eusébio de Queiroz, responsável pela iniciativa da lei que extinguira o tráfico de escravos para o Brasil, em 1850.

Ao lado de outros argumentos jurídicos, o pronunciamento do Conselho, acolhido pelo imperador, lembrou os precedentes e assinalou o fato de que muitos libertos nessas condições haviam sido deportados para fora do Império, na Bahia e no Rio de Janeiro.

Vê-se, pois, que, na dúvida sobre a nacionalidade do liberto, o governo imperial preferia considerá-lo indesejável, expulsando-o do país. O dado mais significativo do texto de Pimenta Bueno é a forma inteiramente natural com que trata da condição jurídica do escravo, a respeito da qual elabora uma construção lógica arrepiante aos nossos olhos e, ao mesmo tempo, incontrastável. Vale a pena reproduzir um trecho.

Sem pátria

“O art. 6º, parágrafo 1º da Constituição não reconheceu como cidadãos brasileiros os escravos, enquanto escravos, embora nascidos no Brasil, e, certamente, não podia nem devia reconhecê-los como tais, porque os escravos são antes uma propriedade, embora de natureza especial, do que pessoas no gozo de seus direitos e, assim, não podem ser membros da sociedade civil e, menos, da sociedade política; o declará-los cidadãos valeria o mesmo que libertá-los.

Ora, daí deduziremos uma primeira consequência e é que, qualquer que seja o lugar do nascimento, o escravo enquanto escravo não tem pátria nem nacionalidade; sua naturalidade é indiferente em relação à sociedade civil ou política, pois que ele não é membro dela.”

Esse texto impressiona o olhar de hoje não porque não saibamos que o escravo era considerado coisa, um semovente cuja obrigação consistia em seguir seu dono, embora conseguisse, por muitas formas, na vida real, abrir brechas nessa condição e, bem ou mal, afirmar-se como pessoa.

As afirmações do parecer se destacam pelo seu caráter prescritivo e pela formulação lógica em que declara, com todas as letras, mais do que a marginalidade, a inexistência como gente, de um setor da sociedade, que, na época, representava algo em torno de 17% da população.

A uma distância de mais de um século da extinção do sistema escravista, é doloroso saber que até hoje existem no País pessoas subjugadas em condições semelhantes às do escravo, sejam elas negras, caboclas, mulatas ou brancas.

Atitude humilde

E é o caso de nos perguntarmos também, com certa humildade, que práticas comuns ao nosso tempo não serão vistas como absolutamente inadmissíveis daqui a 100 anos: A desigualdade social? A destruição dos bens naturais? As condições de vida nas grandes cidades? A poluição ambiental? A persistente discriminação racial? Ou será hipótese assustadora que tudo será pior e os nossos pôsteros terão saudades dos tempos em que nós existimos? ☺

Olhar crítico sobre o Brasil

Como exercer o quarto poder do jornalismo na democracia

*Arnaldo Jabor**

Domingo passado, participei de um seminário organizado pelo *Jornal da Globo* sobre nossa vida de jornalistas, esse quarto poder tão importante num país onde a crise cresce como um maremoto. No domingo, tentei abrir a alma e dizer o que penso da função crítica dos jornais e da mídia eletrônica. Falei para jovens jornalistas e perguntei a eles:

Sabemos que empresas querem lucro, profissionais querem viver, comer, aparecer, sim, mas, afinal, o que nos move? Que grão de esperança ou romantismo treme em nossos textos? Amor à pátria, esperança de harmonia, combate ao crime e à mentira? O quê?

A imprensa democrática cumpre um papel imenso, nesse vazio reflexivo em que nos meteram há quatro séculos. Temos uma população mergulhada na ignorância e no acritismo. A grande maioria é fácil de enganar. Vejam as multidões de vítimas de evangélicos corruptos e os milhões de votos do neocabresto moderno: os "bolsistas da família".

Nunca me esqueci da formulação de Brecht, o "efeito de estranhamento", ou seja, "ver por trás do familiar o que existe de estranho, desumano". Que fatos sinistros há embaixo dos fatos que nos parecem normais? Que doença se disfarça de saúde? Isso sempre me moveu, desde o Cinema Novo até hoje. Disse a eles, portanto, que a imprensa deve ser "crítica" em primeiro lugar. E "crítica" não quer dizer "ata-

que" ou "denúncia" apenas, mas avaliação, busca de entendimento, que pode ir da mais amarela bile de ódio até propostas de positividade. Disse também a eles: tentemos a difícil tarefa de pensar sem ideologia. Isso. Entender os fatos sem um preconceito. O pensamento ideológico distorce a realidade para fazê-la caber num *a priori*, numa certeza anterior ao fato. Difícilímo isso, pois somos todos seres "ideológicos". Se alguma forma de ideologia quer ter (para além de esquerda ou direita, essa velha dualidade), é procurar a presença do que é humanizante ou civilizatório, o que pode aumentar a qualidade da vida pessoal e do interesse público. Como dizia Marco Aurélio (não o Garcia, nem o de Mello, claro), o imperador: "O que é bom para a abelha tem de ser bom para a colméia." Disse a eles que a denúncia pura no Brasil é muito fácil, porque há um excesso inacreditável de absurdos no dia-a-dia. Vívemos em um momento histórico em que tudo parece desabar, o que pode nos levar ao que os psiquiatras chamam de "delírio de ruína". Disse-lhes do meu medo de que a denúncia mecânica, o trágico espetacular, o horror como rotina possam ser até mais lucrativos para quem denuncia do que para quem o sofre.

Acho que o catastrofismo beneficia o atraso e os reacionários, aqueles que vivem do erro nacional, dos buracos das instituições, da fraqueza de nossa formação. Falei que somos todos parte do "grande erro" e que devemos nos incluir no que criticamos. Há certos articulistas

* O autor é jornalista.

que se salvam do abismo, que falam como se não fizessem parte do país.

Vivemos um momento perigosíssimo, com as velhas doenças brasileiras se agravando em ritmo veloz, diante da impotência dos poderes públicos. Os fatos estão cada vez mais além das interpretações, os crimes ocorrem numa velocidade de jatos e as formas de combatê-los se arrastam. Os criminosos da violência ou da corrupção já perceberam essa lentidão impotente e estão curtindo a anomia progressiva com o descaro de se saberem impunes. Essa espatosa crise institucional pode ameaçar a democracia, tão mal-entendida no país, como falou Sergio Buarque. Há o perigo de contaminação pela estupidez populista dos países liderados pelo fascista Chávez, já que nada se resolve. Também falei que ficar na dualidade antiga e burra de esquerda x direita não esgota a análise dos fatos. O que nos paralisa não é a malignidade de grupos, mas velhos vícios endógenos, velhos vícios ibéricos que nos incluem e que nos impedem de progredir.

Lembrei-lhes que nossas doenças são a corrupção endêmica, o burocratismo paralisante, o clientelismo cordial, o personalismo ridículo, o salvacionismo messiânico, o arcaísmo das leis, a ausência de noção de "república". O jornalismo tem de ser uma espécie de psicanálise de nossos vícios e não a mera procura de culpados.

Também disse que, no seio do romantismo revolucionário da década de 1960, havia uma "finalidade" a se atingir, uma utopia que substituía o presente e o "possível" pelo imaginário. Esse pensamento mágico destrói a administração da vida real em nome de um futuro que não chega nunca. Hoje, temos de aceiro que não chega nunca. Hoje, temos de aceiro

tar a impossibilidade de uma harmonia final. Nunca teremos um país perfeito, resolvido. Nunca chegaremos "lá".

Um dos "bons" (*sic*) legados da ditadura é que ela mostrou que o Brasil era muito mais complexo do que se pensava. O fracasso da esquerda em 64 e, depois, o suicídio da guerra urbana de 69 em diante mostraram o absurdo do voluntarismo burro da velha esquerda. Houve um real espasmo de democracia nos anos seguintes a 85, mesmo com as tragédias que começaram com a morte de Tancredo até a hiperinflação da década de 1980 até 94. Agora, estamos em uma fase em que o perigo é o eterno pêndulo entre liberalismo e Estado centralizador. Temos uma atávica fixação no Estado salvador.

A complexidade lenta da democracia está a nos trazer saudades do simplismo velho de guerra. Na primeira fase da era-Lula, o petismo "corrupto-bolchevista" tentou tomar o Estado, mas, espantosamente, fomos salvos pelo Jefferson, com sua legitimidade de corrupto confessado.

Agora, corremos o perigo do deslumbramento messiânico do Lula, achando que é um santo milagreiro.

O perigo atual é o regressismo à burrice de quatro séculos. Aos poucos, o rabo do lagarto do atraso se recompõe. Com um leve sabor de sacrilégio, disse-lhes que só um "choque de capitalismo" poderá destruir o estamento patrimonialista que nos anestesia. Não adianta anunciar catástrofes. É preciso ensinar a população a se defender do Estado vampírico, do "Leviatã anêmico", como bem definiu Eduardo Gianetti da Fonseca. O resto – disse-lhes – é papo morto. ☺

Obstáculos à integração e ao desenvolvimento da Amazônia brasileira¹

BR-163: como bloquear um projeto vital sem se sentir culpado

Um velho ditado brasileiro diz que o caminho que leva ao inferno está pavimentado com boas intenções. A novela da conclusão da pavimentação da rodovia BR-163, que ora se assemelha a uma comédia pastelão, ora assume um caráter de tragédia, representa um exemplo didático de como a ideologia ambientalista-indigenista, mesmo quando envolvida nas melhores intenções, pode produzir efeitos perniciosos para as populações, ao obstaculizar empreendimentos necessários ao progresso delas.

No final de março de 2004, um grupo de ONGs e órgãos públicos de pesquisa (entre eles a Embrapa e o Museu Paraense Emílio Goeldi) elaboraram a chamada Carta de Santarém, na qual apresentavam elementos para o futuro Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável da Região de Influência da BR-163. A maior parte das sugestões foi acatada pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) instituído para consolidar a iniciativa, mais conhecida como Plano BR-163 Sustentável. Apresentada para consultas públicas a partir de julho do mesmo ano, a versão inicial do plano implica, simplesmente, um vasto programa de desenvolvimento regional sob a ótica da proteção ambiental.

A região de influência definida para a rodovia abrange 71 municípios do Pará e do Mato Grosso, área habitada por aproximadamente 2

milhões de pessoas, com uma extensão total de 1,23 milhão de km² (123 milhões de hectares), correspondentes a 24,6% da Amazônia Legal e 14,47% do território nacional.

O texto apresentado admite que “o estado precário das rodovias na região tem sido, ao longo dos anos, um grande obstáculo para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua população. Por essa razão, a pavimentação dessa rodovia tem sido longamente reclamada pelos segmentos sociais e empresariais que dela necessitam para o escoamento dos seus produtos e para o atendimento às suas demandas básicas. Essa reivindicação de mais de três décadas é agora uma das prioridades do Governo federal para a Amazônia”.

Porém, adverte: “Para que os benefícios sociais e econômicos alcancem toda a população do seu entorno, a pavimentação da rodovia Cuiabá–Santarém demanda um conjunto de políticas integradas para o desenvolvimento regional, voltadas para a prevenção e mitigação de potenciais impactos sociais e ambientais negativos. Esses impactos incluem tendências de aumento de migrações desordenadas, grilagem e ocupação irregular de terras públicas, concentração fundiária, desmatamento e exploração não-sustentável dos recursos naturais, aumento da criminalidade e agravamento das condições de saúde pública. Tudo isso agravado pela presença ainda insuficiente do poder público na região.”

E aponta: “Em suma, a elaboração e a implementação do Plano BR-163 Sustentável envol-

¹ Extrato de texto de ALERTA CIENTÍFICO e AMBIENTAL. Ano 13 | nº 15 | 10 a 16 de abril de 2006.

vem os seguintes desafios: 1) implementação, em tempo hábil, de ações de prevenção e controle de problemas socioambientais relacionados à pavimentação da estrada; 2) garantia de mecanismos participativos de construção do desenvolvimento, possibilitando o diálogo entre diversos setores da sociedade, contando com a mediação do Estado; 3) fortalecimento da organização e participação de setores sociais tradicionalmente excluídos das decisões sobre políticas públicas; 4) efetivação de parcerias intergovernamentais (União, estados e municípios); 5) viabilização, em bases sustentáveis, de oportunidades socioeconômicas entre os diversos grupos da sociedade (produtores familiares, comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhas e outras populações tradicionais, madeireiros, pecuaristas, garimpeiros etc.); e 6) fortalecimento das instituições públicas.”

É escusado comentar que se a pavimentação completa da rodovia tiver de esperar todos esses requisitos sejam cumpridos, será preciso que todas as instâncias da administração pública estejam sintonizadas com os mesmos objetivos de progresso, o que raramente tem ocorrido na história brasileira. Assim, o Governo federal e os ambientalistas dentro e fora dele podem lavar as mãos e afirmar que fizeram a sua parte para assegurar as metas de “desenvolvimento sustentado”. Quanto à população que seria diretamente beneficiada pelo projeto, possivelmente ela terá de esperar pela emergência de um governo nacional efetivamente comprometido com o bem comum, que coloque os verdadeiros interesses nacionais acima de ideologias irracionais.

A campanha contra a BR-163

Uma das pontas de lança da estratégia do aparato ambientalista-indigenista internacional

e seus apoiadores encastelados no Governo brasileiro, para manter o desenvolvimento amazônico dentro dos critérios definidos pela cartilha “verde”, é a determinação de impedir a todo custo o asfaltamento das escassas rodovias que cortam a região. Entre elas, tem sido particularmente visada a conclusão do asfaltamento da Cuiabá–Santarém (BR-163), para a qual falta um trecho de cerca de 850km, quase todo no Estado do Pará. Por isso, é bastante esclarecedora uma revisão da cronologia da campanha contra a rodovia.

Maio de 1999 – Uma caravana de caminhões encabeçada pelo empresário Blairo Maggi percorre toda a extensão da rodovia, para chamar a atenção sobre a sua importância socioeconômica. Na ocasião, Maggi afirmou que o asfaltamento beneficiaria cerca de vinte milhões de hectares de terras produtivas, permitindo uma produção de sessenta milhões de toneladas de grãos e beneficiando muitos municípios muito pobres atravessados pela rodovia.

Março de 2000 – O Instituto Sócio-ambiental (ISA) e o Woods Hole Research Center dos EUA, com o patrocínio da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (Usaid), divulgam o relatório Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia, o qual condena as rodovias amazônicas, em especial a BR-163.

Julho de 2000 – A ONG Conservation International lança o relatório Transformando o arco do desmatamento no arco do desenvolvimento sustentável, sugerindo a criação de um virtual “cordão sanitário” de reservas ambientais, indígenas e de assentados, para conter o avanço da “fronteira agrícola” na Amazônia.

Agosto de 2002 – Um editorial do jornal *The New York Times* critica duramente as autoridades brasileiras por sua suposta “conivência”

com a proliferação das queimadas na Amazônia, além de condenar o asfaltamento da BR-163.

Agosto de 2003 – O governo de Mato Grosso assina um protocolo de intenções para a formação de um consórcio privado para a pavimentação da BR-163. Na ocasião, o agora Governador Blairo Maggi definiu o projeto como o caminho do desenvolvimento do país e prometeu elevar a produção de grãos do Estado de 17 milhões para 45 milhões de toneladas, em 10 anos.

– O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) deflagra uma campanha internacional para definir critérios “ambientalmente sustentáveis” para a produção agropecuária em países do Terceiro Mundo.

– A ONG Friends of the Earth (Amigos da Terra) lança o portal antidesenvolvimentista Sinal Vermelho, listando as “obras malditas” na Amazônia.

Setembro de 2003 – *O New York Times* publica um artigo do correspondente no Brasil, Larry Rohter, intitulado “Plantadores de soja cortam fundo na Amazônia”, responsabilizando os produtores de soja pelo “descomunal” desmatamento verificado na região em anos recentes e exigindo, sub-repticiamente, o cancelamento da pavimentação da BR-163. O Governador Blairo Maggi é criticado por “defender a soja como um motor para o crescimento e desenvolvimento da Amazônia”.

Outubro de 2003 – O WWF divulga o relatório “*The Impacts of Soybean Cultivation on Brazilian Ecosystems*” (Os impactos do cultivo de soja nos ecossistemas brasileiros), afirmando que a produção de soja no Brasil implica altos custos associados a desmatamentos de florestas tropicais, poluição atmosférica e negligência com trabalhadores, comunidades locais e direitos indígenas.

– Um grupo de quinhentas ONGs brasileiras e estrangeiras envia uma carta aberta ao

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exigindo drásticas mudanças na condução da política “socioambiental” do Governo, que estaria tomando sucessivas decisões contrárias aos anseios da “sociedade civil organizada”, como a inclusão no Plano Plurianual (PPA) de inúmeras obras de infra-estrutura na Amazônia, entre elas a BR-163. De forma pouco velada, os signatários afirmam que, em caso de negativa, poderiam contribuir decisivamente para o desgaste da imagem do Governo “junto à opinião pública dentro e fora do país”.

Novembro de 2003 (18-20) – Seminário “BR-163 Sustentável – Desafios e Sustentabilidade Socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém”, em Sinop (MT), com a presença dos ministros Ciro Gomes (Integração Regional) e Marina Silva (Meio Ambiente), do Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e um grande número de representantes das ONGs que integram a campanha contra a rodovia. Na ocasião, é apresentado o mapa da “área de abrangência” da BR-163, uma área de 1.231.793km² (14% do território nacional).

– Em Amsterdã, Holanda, sua sede internacional, o Greenpeace divulga o relatório “Estado de conflito – uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei no Estado do Pará, na Amazônia”.

Janeiro de 2004 – Em Amsterdã, o WWF e uma pléiade de ONGs holandesas e multinacionais promovem o seminário “Produção Sustentável de Soja: Perspectivas para o Futuro, um Sentimento de Urgência”. Um dos resultados do evento foi a criação da Articulação Soja-Brasil, coordenada pela Fundação Cebrac (Brasília) e patrocinada pelas ONGs holandesas Fundação Doen, Cordaid e Solidaridad.

Fevereiro de 2004 – O Governo federal cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a preparação do Plano de Desenvolvi-

mento Sustentável para a Área de Influência da BR-163.

Março de 2004 – O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) assina um convênio com o Instituto Militar de Engenharia (IME) para a elaboração de um estudo de viabilidade técnico-econômica da BR-163.

Maio de 2004 – Um consórcio privado, integrado, entre outras, pelas empresas Andrade Gutierrez e Cargill, com o endosso do Governo de Mato Grosso, apresenta uma proposta para concluir a pavimentação da BR-163.

Fevereiro de 2005 – Primeira reunião do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163.

Abri de 2005 – O Instituto Militar de Engenharia (IME) apresenta o estudo de viabilidade técnico-econômica da BR-163, o qual conclui que “o empreendimento é viável sob o ponto de vista público”. Com R\$ 821 milhões para a implementação do trecho faltante, com custos ambientais de R\$ 94 milhões.

Maio de 2005 – O jornal britânico *The Independent* (20/05/2005) publica uma virulenta reportagem de primeira página com o título: “O estupro da floresta... e o homem por trás disso” – evidentemente, o Governador Blairo Maggi.

– O *New York Times* publica um editorial intitulado “Amazônia em risco”, argumenta que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva “precisa convencer a si mesmo e à oligarquia agrícola de seu país de que a floresta tropical não é uma *commodity* para ser explorada para o benefício privado”.

Fevereiro de 2006 – Em uma reunião no Palácio do Planalto, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para anunciar a um grupo de representantes de ONGs ambientalistas o decreto de criação de 16 milhões de hectares de áreas protegidas no Pará, a Minis-

tra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff anuncia o abandono dos cálculos e modelos propostos pelo IME para a pavimentação da BR-163.

ONGs querem “blindar”

Manaus-Porto Velho

Sem muito alarde, foi assinado, em 2 de janeiro último, um decreto determinando a “limitação administrativa provisória” no entorno da rodovia BR-319 (Manaus–Porto Velho), abrangendo uma área de 15,4 milhões de hectares, na qual ficam proibidos cortes rasos de floresta e outras formas de vegetação nativa, mas também atividades e empreendimentos de qualquer natureza que possam causar degradação ambiental no perímetro estabelecido pelo decreto. O decreto, além das restrições de ocupação e exploração, estabelece um prazo de sete meses a partir de sua publicação – quando a vigência da limitação provisória termina – para que a destinação da área especificada seja concluída. Trata-se de uma medida para agradar o ambientalismo. A recuperação da BR-319, que está intransitável há mais de uma década, foi paralisada pela Justiça Federal do Amazonas no início do ano passado, por falta de licenciamento ambiental, mas a liminar que impedia as obras caiu em novembro. Contudo, os “verdes” querem mais garantias do Governo. Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra (Friends of the Earth), tem dúvidas sobre a própria lei que fundamenta a medida (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC), na qual está dito, por exemplo, que a limitação provisória só se aplica aos casos que ainda não estão em andamento: “E os que já estão lá? Então até que ponto a limitação provisória breca o possível desmatamento na região? Isso pode gerar, por exemplo, uma corrida para se demonstrar que alguém já estava

lá, e isso é uma indústria, de pessoas que forjam a ocupação, grileiros. Além disso, uma medida no papel não significa que o Estado está de fato presente no local tomando providências concretas", questiona Smeraldi.

As ONGs querem mesmo é utilizar o "padrão" da BR-163 (Cuiabá–Santarém), que, de tão restritivo, praticamente inviabiliza qualquer empreendimento viário na Amazônia. Nesse es-

quema, há uma perversa inversão de valores, na qual quem determina a ocupação territorial são parâmetros ambientalistas e não o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas da região de influência da rodovia. Ou seja, o que sobra são precários corredores de passagem atravessando enormes vazios demográficos – não por acaso, a condição regional favorecida pelos "defensores da natureza". ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Rebelião das Massas

José Ortega y Gasset

Clássico da literatura sociológica e política, marcou época e provocou críticas, comentários e reflexões, chegando assim aos dias de hoje.

É um diagnóstico das mazelas da sociedade industrial.

A Defesa Nacional na agenda legislativa brasileira: um balanço crítico*

*Luís Alexandre Fuccille***

Até recentemente, a ausência de um Ministério da Defesa sob controle civil,¹ a falta quase absoluta de participação do Congresso e dos partidos na análise rotineira das questões de defesa, para não nos estendermos na lista e nos fixarmos em alguns pontos nodais, denotavam que quase não existiam, no nível do aparelho de Estado e mesmo da própria sociedade política, civis especializados em assuntos militares que não os funcionários diretos dos ministérios dirigidos por militares. O sucesso militar na manutenção de suas prerrogativas nessa área então apontava e retroalimentava, de maneira imediata, para a competência “superior” dos militares ante ao total desconhecimento dos civis em questões de defesa, estratégia e técnicas, que comporiam o mundo das armas. Isso tornava difícil a criação de um modelo eficaz de controle civil, quanto mais democrático.

Em países de novas democracias, como o caso brasileiro, esperava-se que a transição de um regime autoritário para um regime democrático resultasse em um novo perfil do Parlamento, em que este saísse das sombras do período anterior e assumisse a proeminência re-

querida sobre as mais diversas matérias, como pressupõe o novo adjetivo democrático. No entanto, a questão é muito mais complexa do que à primeira vista possa parecer, e, ao analisarmos a relação entre o Legislativo e as questões de defesa, esta assume contornos menos claros e mais preocupantes.

Introdução

Desde a clássica formulação da separação de poderes empreendida por Montesquieu ainda no século XVIII, tornou-se comum o entendimento dessa separação a partir de dois princípios simples: um visando à questão da especialização de tarefas, e o outro contemplando o primado da independência.² Contemporaneamente, esse sistema tem aparecido na literatura sob o princípio geral de um sistema de freios e contrapesos (*check and balance*), a fim de evitar que um dos poderes se sobrepuje sobre os demais.

No quadro brasileiro pós-autoritário, a nova Constituição de 1988 conferiu ao Parlamento nacional amplos instrumentos para o exercício da atividade legislativa, em grande

* Sou profundamente grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo suporte financeiro à realização desta pesquisa.

** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ O Ministério da Defesa no Brasil foi criado em 10 de junho de 1999. Para detalhes, conferir a Tese de Doutorado “Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil”, de minha autoria, em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378085> (consultado em 12/04/06).

² Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

medida procurando retomar suas prerrogativas usurpadas no período de exceção (1964-1985) e paralelamente elaborada sob o signo da instauração de regime parlamentarista (que, devido a uma manobra presidencial de última hora, acabou não vingando).³

Desse modo, o “Congresso brasileiro tem uma gama bastante ampla de mecanismos formais para o exercício de sua função de fiscalização, prevista na Constituição (...) Além disso, o Congresso brasileiro desenvolveu uma impressionante estrutura organizacional e de informações para apoiar suas funções legislativa e de fiscalização (...) Os melhoramentos na estrutura organizacional incluem maior número e maior especialização do pessoal contratado para apoio técnico nas assessorias de ambas as Casas do Legislativo. Além disso, o apoio organizacional hoje prestado no Congresso é predominantemente ligado ao trabalho das comissões, ao contrário da ênfase anterior na assistência individual aos congressistas”.⁴

Precisamente sobre a análise das comissões, mais especificamente sobre a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, recairá nossa análise, haja vista que a mesma Comissão no Senado tende a atuar quase que exclusivamente no campo das relações internacionais, sancionando a nomeação de embaixadores, apreci-

ando matérias referentes a comércio exterior, assuntos ligados a organismos multilaterais etc.⁵

Muitas vezes, o Legislativo brasileiro tem sido criticado por uma postura de morosidade e de fraqueza ante os interesses do Executivo. Contudo, é preciso cuidado com essa visão. Sem entrar no mérito da produção legislativa, só para ilustrar, no período 1982-1992, as duas Casas votaram nada menos do que uma média anual de quatro mil projetos.⁶ Quanto à subserviência ao Executivo, essa imagem decorre mais das características do sistema político brasileiro e da fraca postura proativa dos congressistas do que qualquer limitação de ordem técnico-político-jurídica. Com a parcial exceção das medidas provisórias vindas do Executivo – instrumento legislativo de duração restrita –, o Congresso permanece como o *locus* decisivo no processo legislativo ordinário.⁷

É importante ressaltarmos que nessa interação mais ampla do Aparelho Militar com o sistema político, o Legislativo, de importância fundamental em qualquer democracia no tocante às questões que envolvem a defesa nacional, tem-se caracterizado no Brasil por uma atuação pouco destacada, apenas dizendo sim ou não às demandas orçamentárias oriundas das Forças Armadas, em vez de se perguntar *por que e para que*, como lhe competiria. Isso seria fundamental não só para o aprimoramento das relações

³ Anna Cândida da Cunha Ferraz. *Conflito entre poderes: o poder congressual de sustar atos normativos do poder executivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 22-3.

⁴ Argelina Cheibub Figueiredo. “Instituições e Política no Controle do Executivo”. *Dados* (Revista de Ciências Sociais): 44 (4), 689-727, 2001, p. 708.

⁵ Cf. Artigo 103 do Regimento Interno do Senado Federal. Brasília: 1989 (<http://www.senado.gov.br/legis/navega/ponte.cfm?Ender=http://www.senado.gov.br/bdtextual/regSF/httoc.htm>; consultado em 17/04/05).

⁶ Marcelo V. Paiva. “Assessoramento do poder legislativo - experiência pessoal e profissional, avaliação da situação brasileira”. In: Alzira Alves de Abreu e José Luciano de Mattos Dias (Orgs.). *O futuro do Congresso brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.

⁷ Para uma recente abordagem do funcionamento do sistema brasileiro, ver os trabalhos de Scott P. Mainwaring, *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Mercado Aberto e Editora FGV, 2001; Fabiano Santos. “Escolhas Institucionais e Transição por Transição: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em Perspectiva Comparada”. *Dados* (Revista de Ciências Sociais): 43 (4), 637-669, 2000; Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi, *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; Edson de Oliveira Nunes. *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

civil-militares em nosso país, como também para o amadurecimento do seu sistema democrático, que vale, efetivamente, o que valerem as instituições políticas em que se baseia. A ausência do Parlamento na definição de planos plurianuais de investimento para o conjunto do aparelho militar, na fixação dos efetivos das tropas, no acompanhamento da execução da Política de Defesa, na promoção de oficiais-generais, no sancionamento das participações em ações desenvolvidas no campo interno, entre outras questões, apenas reforça a crônica autonomia militar de que gozam as Forças no Brasil, remetendo a problemas futuros no plano político, na medida em que aponta para uma hipertrofia do Executivo em detrimento das funções legislativas.⁸

Nos últimos anos, no Brasil, temos assistido à consolidação de um padrão no qual, vale citar novamente, a despeito das faculdades que detém, o “Congresso deixou de ser o *locus* decisório e de debates, dando lugar a negociações entre líderes governistas e ministros e técnicos da alta burocracia governamental. Com isso, perdeu capacidade deliberativa, estreitando o espaço de debate público, reduzindo a visibilidade das decisões políticas e o acesso dos cidadãos a informações sobre políticas públicas. Em consequência, verifica-se uma diminuição na capacidade do Congresso, enquanto contrapeso institucional e mecanismo de controle das ações do Estado, com efeitos sobre a pró-

pria possibilidade de controle vertical por parte dos cidadãos”.⁹

Isso, contudo, é fruto mais da inépcia do Congresso em fazer valer suas prerrogativas do que de um problema da organização de nosso sistema político. É fato que o sistema eleitoral brasileiro estimula a adoção pelos parlamentares de posturas independentes e individuais, desvinculadas de orientação partidária, e, na outra via, o Executivo atua no sentido de fazer valer sua agenda legislativa oferecendo vantagens e benefícios a seus aliados.¹⁰ Não obstante, o aviltamento das atividades legislativas no Brasil, tão fundamentais para a existência de um regime democrático vigoroso, decorre antes de mais nada do cálculo político levado a cabo pelos parlamentares que acaba prevalecendo.

A articulação das relações e vinculações entre sistema político – particularmente o Legislativo –, Forças Armadas e sociedade é central para mensurarmos o grau de democratização das instituições. O fracasso ou a perda de iniciativa civil nas esferas referentes à temática militar resulta na perda efetiva de controle sobre esse fundamental instrumento de força do Estado que são as Forças Armadas.

O Legislativo brasileiro

A Constituição de 1988 manteve o Poder Legislativo organizado em torno do Congresso

* Uma análise detalhada dessas questões pode ser encontrada em Eliézer Rizzo de Oliveira (Coord.), *Forças Armadas e Democracia: o Papel do Poder Legislativo*. Cf. Relatórios Parciais (3 v.) e Relatório Final. Campinas: fevereiro de 1998 e julho de 1999, respectivamente. Em contraste, a experiência norte-americana nos oferece um interessante painel de como as questões atinentes ao aparelho militar foram enfrentadas, não sem dificuldades, por seu Legislativo. Veja, a esse respeito, Sharon K. Weiner. *The Changing of the Guard: The Role of Congress in Defense Organization and Reorganization in the Cold War*. Harvard University. Boston: mimeo, junho 1997; James R. Locher, III. *Defense Reorganization: A View from the Senate*. Harvard University. Boston: mimeo, maio 1988; e Archie D. Barret. *Defense Reorganization: A View from the House*. Harvard University. Boston: mimeo, maio 1988.

⁸ Cf. Argelina Cheibub Figueiredo, Fernando Limongi e Ana Luiza Valente. *Op.cit.*, 1999, p. 51-2

⁹ Uma sucinta descrição do funcionamento das relações Legislativo-Executivo nos últimos anos no Brasil, particularmente cobrindo o período Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pode ser conferida em Helena Chagas, “Relações Executivo-Legislativo”. In: Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Esse sistema bicameral composto de 513 deputados oriundos de 27 entes federados (estados e Distrito Federal) e 81 senadores (três por estado/Distrito Federal, independentemente de sua população), em linhas gerais, confere à Câmara a primazia como instância deliberativa e atribui ao Senado a função de revisor dos projetos aprovados pela Câmara Baixa.

A análise que aqui nos interessa das atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – uma dentre as 18 comissões permanentes atualmente existentes nessa Casa – dá-se a partir da designação destas como “co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar”. Adicionalmente, a importância das comissões decorre de que, “antes da deliberação em Plenário, (...) [é necessário haver] manifestação das comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de requerimento”.¹¹

Assim, como especialistas já assinalaram, “a organização dos trabalhos legislativos em um sistema de comissões é aplicação imediata do princípio da divisão e especialização do trabalho à atividade legislativa. A Casa aufere ganhos ao organizar seus trabalhos dessa maneira. Em primeiro lugar, o trabalho é dividido e se pode apreciar um número bem maior de projetos, uma vez que cada parlamentar tem assento em uma e apenas uma comissão, o que permite que eles funcionem paralelamente, em vários ‘miniplenários’. Além disso, ao diminuir o número de participantes, espera-se obter uma comunicação mais densa, aberta, menos formalizada e em grupos menores. Espera-se, ainda, a maior especialização dos membros, que passam a se dedicar exclusivamente a uma área”.¹²

A composição numérica e partidária das comissões, definida no início dos trabalhos das 1^a e 3^a sessões legislativas de cada Legislatura, ocorre com a indicação de membros titulares e suplentes para os respectivos postos. Não há nenhum impedimento regimental quanto ao tempo de permanência de um parlamentar em uma dada Comissão, o que em tese tende a representar um ganho qualitativo no interior desta, como apontado acima.

No processo legislativo nacional, apesar do indelével peso das comissões em todo o processo de tramitação das propostas, a palavra final, como não poderia deixar de ser, cabe ao plenário que, em última instância, mantém sua prerrogativa decisória sobre toda e qualquer questão interposta pelos parlamentares.

Apesar de imperar, no interior da Casa de Leis, o princípio régio da proporcionalidade – o que formalmente garantiria aos maiores partidos (via de regra, do *establishment*) a presidência das comissões –, diversos acordos são feitos no interior do Congresso, a fim de se assegurar a participação de pequenos e médios partidos à testa de algumas comissões, notadamente as consideradas menos importantes e que conferem menor projeção ao exercício da atividade parlamentar. Nessa direção, apenas para exemplificar, a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional a que nos dedicaremos a seguir, antes do início da nova Legislatura de 2003, foi ocupada pelo Deputado federal Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cuja representação

¹¹ Cf. Artigos 22 (I) e 132 (IV; § 1º) do Regime Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: 1989 (<http://www.camara.gov.br/Internet/Regimento/default.asp>; consultado em 14/04/05).

¹² Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi. “Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal”. *Cadernos de Pesquisa Cebrap*, 5, 1-89, 1996, p. 37.

era de sete deputados, ou seja, pouco mais de 1% da composição total da Câmara dos Deputados.

O importante avanço da institucionalização do sistema político brasileiro e seu braço Legislativo não pode eclipsar que tal realidade não encontra paralelo ante as expectativas da sociedade. Em recorrentes pesquisas de opinião, a imagem dos políticos e particularmente do Congresso Nacional tem aparecido como a de menor credibilidade quando comparada àquela apresentada por instituições como a Igreja, a Polícia, as ONGs e até mesmo as Forças Armadas, maculadas pela questão do abuso aos direitos humanos em um passado não longínquo.¹³ Esse baixo grau de legitimidade, em boa medida reflexo das frustrações do período pós-autoritário em resolver as imensas demandas sociais que ainda marcam o cenário brasileiro, ainda está à espera de equacionamento melhor que gere sinergia mais forte entre a sociedade civil e sua sociedade política.¹⁴

Como não poderia deixar de ser, esses problemas existentes no Legislativo brasileiro acabam por redundar na falta de institucionalização para uma agenda democrática nas amplas áreas de segurança e defesa.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

A atual Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados é resultado da fusão de duas comissões anteriormente separadas, no caso, a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Defesa Nacional. A dificuldade em se preencher os

cargos desta última – lembrando que cada parlamentar só pode ter assento como titular em uma única Comissão – fez com que os parlamentares abrissem, num primeiro momento, uma exceção, permitindo que os deputados membros da Comissão de Defesa Nacional pudessem fazer parte de uma segunda Comissão. Mais à frente, dando-se conta do equívoco que tal posicionamento acarretava e procurando valorizar institucionalmente o tema defesa nacional na Casa, os legisladores optaram por resgatar a norma de um deputado/uma Comissão e por fundir a Comissão de Defesa Nacional com a de Relações Exteriores, haja vista que, em tese, ambas tratavam de assuntos afins.

A letargia que atinge a sociedade brasileira com respeito à temática de defesa, decorrente de mais de um século sem guerras com seus vizinhos e da percepção de ausência de contendores a seu poder militar no cenário sul-americano, associada ao monopólio estabelecido pelas Forças Armadas durante o período autoritário nessa área, acabou por “contaminar” o Congresso e a assunção que este deveria ter sobre o trato das questões de defesa em nosso país.

Tem sido relativamente comum entre os estudiosos da temática militar no Brasil o correto apontamento de que “atualmente tanto a Câmara quanto o Senado ainda não criaram as condições propícias para a apresentação de políticas consistentes para a defesa. Os motivos são variados e dizem respeito à ausência de um debate articulado, de escassos estudos legislativos relativos ao tema, pelo reduzido *status* de pertencer às comissões de defesa, mas

¹³ Cf. o levantamento sobre a credibilidade das principais instituições brasileiras em <http://www.ibope.com.br/opp/inst/02zed/opp/index.htm> (consultado em 23/09/04).

¹⁴ Ver, sobre esse ponto, os instigantes trabalhos de Olavo Brasil de Lima Jr. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, e de Jairo Marconi Nicolau. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1996.

evidencia que também a sociedade como um todo descura da questão".¹⁵

Entre o rol de competências da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional estão:

"a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais;

b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro;

c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa;

d) direito internacional público, ordem jurídica internacional; nacionalidade; cidadania e naturalização; regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;

e) autorização para o presidente ou vice-presidente da República se ausentar do território nacional;

f) política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação; segurança pública e seus órgãos institucionais;

g) Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar, serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior;

h) assuntos atinentes à faixa de fronteiras e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional;

i) direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial;

j) litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

l) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes;

m) outros assuntos pertinentes ao seu campo temático".¹⁶

Como é possível depreender da passagem anterior, a Comissão tem um leque bastante amplo de atribuições. Contudo, na parte específica referente à defesa nacional, a assessoria da Comissão se ressente de quadros civis próprios, com os militares ocupando importantes postos no circuito.¹⁷ Ora, fica difícil falarmos em controle civil democrático dos militares, quando não se usa ou não há *expertise civil* nesse campo. Tal característica não chega a ser uma particularidade do sistema brasileiro.

O déficit congressional em fiscalizar políticas e orçamentos de defesa (no caso brasileiro, apenas autoritativo), em participar da promoção de oficiais e outras decisões-chave, em atuar no acompanhamento das Forças Armadas em graves casos de comoção interna etc. tem sido um traço singular dos Legislativos latino-americanos.¹⁸ Todavia, valer-se das competentes assessorias parlamentares militares como

¹⁵ Samuel Alves Soares. *Forças Armadas e sistema político na democracia*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 145.

¹⁶ Cf. Artigo 32 (XI) do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: 1989 (<http://www.camara.gov.br/Internet/Regimento/default.asp>; consultado em 11/04/05).

¹⁷ A eficaz atuação dos militares via assessoria parlamentar – com pessoal próprio (assessores e corpo de apoio), tarefas específicas e autonomia funcional – no novo quadro de revalorização da atividade legislativa no período pós-autoritário foi analisada por Arthur Trindade Maranhão Costa, em "O Lobby Militar: um novo padrão de interações entre políticos e militares". *Premissas*, 19-20, 73-98, 1999.

¹⁸ Ver Carlos Basombrio Iglesias. "Militares y democracia en la América Latina de los '90 (una revisión de los condicionantes legales e institucionales para la subordinación)". In: Rut Diamint (Ed.). *Control civil y fuerzas armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella/Nuevo Hacer – Grupo Editor Latinoamericano, 1999, p. 128 e ss.

tem ocorrido no caso brasileiro apenas agrava os problemas acima elencados.

Posto isso, nossa perspectiva não se coaduna com o otimismo exacerbado de alguns analistas como Wendy Hunter, que enxerga uma constante erosão do poder militar (chegando a afirmar que os militares brasileiros são “tigres de papel”) e vê na nova dinâmica democrática um quadro no qual os gastos com defesa têm diminuído sensivelmente a partir da vontade definida pelo Legislativo.¹⁹

Feita essa ressalva, por paradoxal que possa parecer, as próprias Forças Armadas se ressentem de uma presença mais orgânica do Legislativo. Em documento elaborado pelo Gabinete do Ministro do Exército pouco antes da virada para o século XXI, lemos: “O Congresso Nacional deve ser peça fundamental na formulação da Política de Defesa e na elaboração de estratégias nacionais. Não pode perceber as questões de defesa com indiferença, posto que são vitais para a Nação. A despeito da importância que representa para o País, poucos são os parlamentos que se empenham em tratar do assunto.”

Em decorrência, ainda segundo o mesmo relatório, temos a seguinte situação: “Quando não são discutidos os negócios militares e de defesa com a profundidade e extensão desejáveis e quando não são examinadas as razões e as consequências políticas e estratégicas das medidas relacionadas ao seu preparo e emprego, dificulta-se a implantação e a consolidação de uma eficaz Política de Defesa Nacional (...). A falta de uma Política de Defesa Nacional eficiente

caz pode levar cada uma das três Forças a definir as próprias estratégias, a partir de diretrizes políticas que inferem segundo seus particulares entendimentos da realidade nacional e da inserção do País no mundo.”

Como se isso não bastasse, esse mesmo rico texto, com uma clareza poucas vezes vista em documentos militares oficiais, vaticina: “Os planejamentos espontâneos de cada Força poderão não combinar ou não estar integrados. Poderão, mesmo, produzir incompatibilidades. Em tempo de paz, tal desencontro poderá causar dificuldades e, numa emergência, levar a uma catástrofe.”²⁰

Numa iniciativa inédita da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, seu presidente promoveu no ano de 2002 – com a participação de acadêmicos, ministros, militares e personalidades do mundo civil – a importante experiência de realização de um Seminário intitulado “Política de Defesa para o Século XXI”. Ainda é cedo para poder afirmar, mas tal atitude pode se configurar como a saída do limbo a que os temas de defesa historicamente têm sido relegados no Brasil. Em suas palavras de encerramento, o Deputado-presidente da Comissão, Aldo Rebelo, se penitenciava reiterando que “no dia-a-dia a Comissão tem muito mais solicitações da área de política externa, uma vez que votamos permanentemente acordos e tratados referentes à cooperação comercial, científica, tecnológica e cultural. Já na área de política de defesa, temos agenda menos intensa”,²¹ reforçando a importância ímpar da realização de tal empresa. Uma breve análise dos dados referen-

¹⁹ Cf., entre outros, Wendy Hunter. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997, p. 104-5, e, na mesma linha, Scott Tollefson. “Civil-Military Relations in Brazil: The Myth of Tutelary Democracy”. 1 ASA International Congress. Washington: mimeo, setembro 1995 (<http://lanic.utexas.edu/project/lasa95/tollefson.html>; consultado em 17/02/04).

²⁰ Ver *O Poder Legislativo e a Política de Defesa Nacional* (Assessoria Parlamentar). Brasília: Ministério do Exército (Gabinete do Ministro), s/d, p. 6-7.

²¹ Aldo Rebelo, “Encerramento”. In: Aldo Rebelo e Luis Fernandes (Orgs.). Seminário “Política de Defesa para o Século XXI”. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2003, 283.

tes ao período compreendido entre a promulgação da Constituição em 1988 até o ano de 1997 indica que, dos 203 projetos de Lei analisados no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, apenas 14 diziam respeito a temas de defesa nacional propriamente ditos. Desses, sete tiveram origem na Câmara, seis no Executivo e um no Senado.²² Nesse contexto é que foi anunciada a todo o país a importante e inédita proposta de uma Política de Defesa Nacional (PDN) em fins de 1996, contudo maculada por uma acanhada participação da sociedade e do Congresso em todo seu processo de formulação.²³

A recente criação do Ministério da Defesa em 1999 é sintomática a respeito da afirmação supracitada, uma vez que o mesmo foi criado através de Medida Provisória vinda do Executivo e com uma tímida participação do Congresso Nacional. No entanto, será que essa nova estrutura institucional, destinada a abrigar e ordenar os ramos diversos das Forças Armadas no plano governamental e de fundamental importância na sociedade contemporânea, nada trouxe de novo no relacionamento entre as questões de Defesa e o Legislativo no Brasil? Vejamos.

Ministério da Defesa e Legislativo

Ao analisarmos as atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no

ano de 1999, constatamos que nada menos do que 138 projetos de Lei foram apresentados em seu interior. Entretanto, como entre as atribuições daquela está tratar da “segurança pública e seus órgãos institucionais” (alínea f) e o Brasil tem passado por uma grave crise neste setor sem precedentes em toda sua história, isso tem se refletido num impulso legiferante por parte dos parlamentares nessa área. Para o tema que aqui nos preocupa, interessa reter que dos 138 projetos de Lei apresentados durante 1999, apenas um dizia respeito à área de defesa *stricto sensu*, justamente vindo do Executivo e que pretendia adequar “as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, com vistas à criação do Ministério da Defesa. Com relação às audiências públicas, das 11 realizadas, apenas uma, com “exposição dos motivos que justificariam a criação do Ministério da Defesa” e presença do ministro da Aeronáutica, tratava de assuntos militares.²⁴

Para o ano de 2000, com a extinção do Ministério Extraordinário da Defesa (que coexistiu durante seis meses com os ministros militares), a instauração efetiva do Ministério da Defesa e a transformação dos antigos ministérios militares em Comandos Militares, houve uma leve alteração do quadro.²⁵ Na ocasião, passaram pela Casa Legislativa 112 projetos de Lei, dos quais dois (tratando de questões menores ligadas à Marinha de Guerra) abordavam pon-

²² Samuel Alves Soares. *Op.cit.*, 2000, p. 149 e ss.

²³ Uma versão eletrônica da PDN de 1996 pode ser acessada em <http://www.presidencia.gov.br/publi/04/colecao/DEFES.htm> (consultado em 16/08/05). Em 2005, este documento foi atualizado, e seu novo formato pode ser conferido em <http://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home> (consultado em 16/08/05).

²⁴ Cf. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Relatório Anual 1999. Brasília: 51ª Legislatura/1ª Sessão Legislativa, 2000.

²⁵ Ocupado precariamente a partir de 1º de janeiro de 1999 pelo ex-Senador Élcio Álvares – na figura de ministro extraordinário para os Assuntos da Defesa –, o Ministério da Defesa foi instituído oficialmente em 10 de junho do mesmo ano através dos seguintes diplomas legais: Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de junho de 1999; e Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999. Posteriormente, essa legislação foi complementada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999 e pela Portaria nº 2.144/MD, de 29 de outubro de 1999.

tos da defesa nacional. Das 10 audiências públicas, quatro se enquadravam no amplo campo de defesa.²⁶

A partir de 2001, as atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional continuaram num ritmo intenso, mas, ao contrário do que sugere o senso comum, o Ministério da Defesa parece estar conseguindo imprimir um novo rumo nas relações entre os temas de defesa e o Legislativo. Assim, dos 106 projetos de Lei apresentados, seis versavam diretamente sobre temas de defesa *stricto sensu*. O número de audiências públicas atingiu a impressionante marca de 25 em todo ano, sendo sete delas dedicadas à discussão de matérias afeitas às Forças Armadas.²⁷ Não podemos nos furtar de assinalar que os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos parecem ter acalentado um novo vigor a essa temática no Brasil. Senão vejamos.

Em 2002, período em que se encerra nossa análise e o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) – no bojo do qual se deu a criação do Ministério da Defesa –, a própria ocorrência do já referido seminário “Política de Defesa para o Século

XXI”, com a participação do ministro da Defesa e dos três comandantes militares, além de destacadas personalidades do mundo civil e militar,²⁸ mostra o que parece ser um momento de inflexão nessa alvorada de século. Ao lado disso, numa experiência inédita, dos quatro candidatos presidenciais convidados pelo Parlamento a apresentarem suas diretrizes para os campos das relações exteriores e da defesa nacional, dois deles – Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS) – compareceram à comissão. O número de projetos de Lei e de audiências públicas foi recorde em toda a existência da comissão.²⁹

Com base no exposto, e como conclusão provisória, é possível sugerir que o sistema político brasileiro – em particular, o Legislativo que estamos aqui analisando – esteja caminhando rumo a uma valorização dos temas ligados à defesa nacional. A criação do Ministério da Defesa,³⁰ concomitantemente à ocorrência dos atentados terroristas na maior potência militar mundial, parece ter lançado luzes sobre essa temática historicamente abandonada em um segundo plano no Brasil. Se trata-se de um novo padrão, definitivo ou reflexo de um momento

²⁶ Cf. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Relatório Anual 2000. Brasília: 51^a Legislatura/2^a Sessão Legislativa, 2001.

²⁷ Cf. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Relatório Anual 2001. Brasília: 51^a Legislatura/3^a Sessão Legislativa, 2002.

²⁸ O evento se desenvolveu em torno dos seguintes tópicos: “Idéias para uma concepção estratégica: a defesa nacional e o projeto nacional” (Mesa 1); “Ordem mundial, relações externas e poder militar” (Mesa 2); “Estrutura militar e imperativos de segurança nacional” (Mesa 3); “O papel das Forças Armadas na sociedade brasileira” (Mesa 4); “A centralidade da questão nacional e a defesa nacional” (Mesa 5); “Educação, formação, cultura militar e sociedade” (Mesa 6) e “A segurança das fronteiras e o contexto sul-americano: controle interno e boa vizinhança” (Mesa 7). Ver Aldo Rebelo e Luis Fernandes (Orgs.). *Op.cit.*, 2003.

²⁹ Cf. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Relatório Anual 2002. Brasília: 51^a Legislatura/4^a Sessão Legislativa, 2003.

³⁰ Nas palavras do ex-Ministro da Defesa, Geraldo Quintão (2000-2002), “a função do Ministério da Defesa não foi só uma mudança administrativa. Foi justamente a inserção no contexto político da nação de um órgão de representação dos militares perante a sociedade. E mais ainda: uma provocação para que as questões de defesa saíssem do campo estritamente militar e passassem a também ser de interesse dos civis, em seus vários segmentos, no Parlamento, mundo acadêmico, jornalístico etc”. Entrevista do autor com Geraldo Magela da Cruz Quintão. Brasília: 17 de julho de 2003.

histórico *sui generis* (marcado pela deterioração da regulamentação jurídica entre os Estados e o fortalecimento das relações de força), só a História poderá nos responder.

Considerações finais

Para além do parco interesse que as questões referentes à defesa nacional despertam no Congresso brasileiro, existe um problema de fundo dado por um sistema mais geral de interação Executivo-Legislativo, fruto da escolha dos constituintes e que se reflete até os dias atuais, que faz com que o Executivo possua extensos poderes legislativos – não obstante as limitações impostas pela existência das medidas provisórias e a palavra final caber ao Parlamento – e confere aos líderes partidários amplas prerrogativas, que acabam por esvaziar o debate contumaz que deveria permear as questões legislativas.

Associado a este ponto, muitas vezes a lógica estreita e imediatista dos parlamentares não lhes permite vislumbrar a real importância da participação na discussão de matérias de defesa, uma vez que as mesmas não resultam em ganhos políticos imediatos. Como não existe na sociedade civil um adequado conhecimento e, ainda mais grave, uma conscientização sobre a importância de se valorizar os temas relacionados à defesa nacional e às Forças Armadas, o Parlamento – instância primeira do poder de Estado, dado seu caráter plural e representativo – encontra dificuldades em valorizar institucionalmente o tema. Um país como

o Brasil, possuidor de mais de 15 mil quilômetros de fronteiras secas, cerca de 8 mil quilômetros de litoral e um imenso espaço aéreo, além de fazer divisa com mais 10 nações, não pode prescindir de Forças Armadas na tarefa de proteção e defesa de seu território, em paralelo ao lançamento de um amplo debate sobre o que se deseja e espera no campo da defesa nacional.

Nessa direção, o avanço no fortalecimento da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que parece estar ocorrendo nos últimos anos, pode vir a ser um importante catalisador desse debate no interior da sociedade e de seu sistema político, traduzindo-se em importantes ganhos de capacidade de gestão, controle e legislação para a consolidação de um controle civil democrático (ainda pendente) sobre os militares.

A democracia só pode funcionar se os que têm as armas obedecem aos que não as têm. A recente instituição do Ministério da Defesa, ao mesmo tempo que ensejou tensões e conflitos entre os atores envolvidos, abriu uma importante vereda para a efetivação da assunção civil sobre os assuntos militares.³¹ É certo que há ainda um longo e difícil caminho a ser percorrido pelo Ministério da Defesa. Contudo, tal perspectiva, juntamente ao início da superação da leniência do Legislativo em matérias ligadas à defesa nacional, poderá representar um novo e fundamental passo não só para o aprimoramento das relações civis-militares no Brasil, como também redundar na instauração de uma nova cultura estratégica em nosso país.

¹ No primeiro semestre de 2003, em depoimento à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o recém-empossado ministro da Defesa destacou: “Considero o diálogo com o Congresso Nacional indispensável para a formulação das nossas políticas em matérias de defesa e segurança. Vir a esse foro para esclarecer questões de interesse nacional e trocar idéias com V. Exas. constitui para mim não apenas uma obrigação, que cumpro com prazer, mas também um imperativo da democracia.” Audiência Pública para “esclarecimento acerca dos planos e diretrizes do Governo para a defesa nacional”, com exposição do Ministro da Defesa José Viegas Filho, em 14 de maio de 2003, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, p. 1.

Referências bibliográficas

- BARRET, Archie D. *Defense Reorganization: A View from the House*. Harvard University. Boston: mimeo, maio 1988.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: 1989.
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Relatório Anual 1999. Brasília: 51^a Legislatura/1^a Sessão Legislativa, 2000.
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Relatório Anual 2000. Brasília: 51^a Legislatura/2^a Sessão Legislativa, 2001.
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Relatório Anual 2001. Brasília: 51^a Legislatura/3^a Sessão Legislativa, 2002.
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Relatório Anual 2002. Brasília: 51^a Legislatura/4^a Sessão Legislativa, 2003.
- CHAGAS, Helena. "Relações Executivo-Legislativo". In: LAMOUNIER, Bolívar & FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Conflito entre poderes: o poder congressional de sustar atos normativos do poder executivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Instituições e Política no Controle do Executivo". *Dados (Revista de Ciências Sociais)*: 44 (4), 689-727, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. "Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal". *Cadernos de Pesquisa Cebrap*: 5, 1-89, 1996.
- ... "Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional". Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI Fernando & VALENTE, Ana Luzia. "Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC". *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*: 11 (2), 49-62, 1999.
- FUCCILLO, Luís Alexandre. "A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente". *Securify and Defense Studies Review*. Washington/DC: 3 (1), 1-27, Spring 2003.
- HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997.
- IGLESIAS, Carlos Basombrio. "Militares y democracia en Ia América Latina de los '90 (una revisión de los condicionantes legales e institucionales para la subordinación)". In: DIAMINT, Rut (Ed.). *Control civil y fuerzas armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella/Nuevo Hacer - Grupo Editor Latinoamericano, 1999.
- LIMA Jr., Olavo Brasil de. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LOCHER, III, James R. *Defense Reorganization: A View from the Senate*. Harvard University. Boston: mimeo, maio 1988.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Editora FGV, 2001.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *O Poder Legislativo e a Política de Defesa Nacional* (Assessoria Parlamentar). Brasília: Gabinete do Ministro, s/d.
- MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- NICOIAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de (Coord.). *Forças Armadas e Democracia: o Papel do Poder Legislativo* (Relatórios Parciais [3 vols.] e Relatório Final). Campinas: fevereiro de 1998 e julho de 1999.
- PAIVA, Marcelo V. "Assessoramento do poder legislativo – experiência pessoal e profissional, avaliação da situação brasileira". In: ABREU, Alzira Alves de & DIAS, José Luciano de Mattos (Orgs.). *O Futuro do Congresso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.
- Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência da República, 1996.
- Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência da República, 2005.
- REBELO, Aldo. "Encerramento". In: REBELO, Aldo & FERNANDES, Luís (Orgs.). Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2003.
- REBELO, Aldo & FERNANDES, Luís (Orgs.). Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2003.
- SANTOS, Fabiano. "Escolhas Institucionais e Transição por Transação: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em Perspectiva Comparada". *Dados (Revista de Ciências Sociais)*: 43 (4), 637-669, 2000.
- SENADO FEDERAL. Regimento Interno do Senado Federal. Brasília: 1989.
- SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas e sistema político na democracia*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- TOLLEFSON, Scott. "Civil-Military Relations in Brazil: The Myth of Titular Democracy". LASA International Congress. Washington: mimeo, setembro 1995.
- VIEGAS FILHO, José. "Esclarecimento acerca dos planos e diretrizes do Governo para a defesa nacional". Brasília: mimeo (Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional), maio de 2003.
- WEINER, Sharon K. *The Changing of the Guard: The Role of Congress in Defense Organization and Reorganization in the Cold War*. Harvard University. Boston: mimeo, junho 1997.

História: Movimento de 31 de março de 1964

Recordando um estadista

*Jarbas Passarinho**

Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Eramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene. A energia elétrica era racionada. Os analfabetos adultos beiravam os 20 milhões. No ensino primário, a taxa de escolarização chegava a 51%. No secundário, 74% eram oferta paga, particular. O filho do pobre já não alcançava facilmente o ginásio, sequer. No ensino superior, o Brasil tinha 132 universitários para cada bloco de 100 mil habitantes. A Argentina, 787, o Chile, mais de 600. Só Honduras, Guatemala e Haiti apresentavam índices piores.

Com menos de três anos de governo, a inflação anual caíra da expectativa de 144%, sem correção monetária, para 24,5%, corrigida. O crescimento real do PIB chegava a 5% ao ano. Foi Castello o denodado modernizador do país. Na educação, fez a reforma universitária e criou o salário-educação, elevando a taxa de escolarização e reduzindo a fonte do analfabetismo. Criou o Banco Nacional da Habitação, apoiado no FGTS, chegando a construir quatro milhões de casas, inclusive as populares. Fez, além da reforma universitária, a bancá-

ria (Banco Central), a cambial, a administrativa (Decreto-Lei nº 200), a tributária, a previdenciária (unificação no INPS) e a agrária (Estatuto da Terra), posteriormente abandonada. Sua visão social levou-o a criar o Pebe (bolsas de estudo para filhos de operários sindicalizados) e, no fim do seu governo, o Fundo Rural, que me coube implantar. Pela primeira vez se proporcionaria aos trabalhadores rurais a aposentadoria por idade sem contribuição obrigatória para a Previdência Social. Nenhum governante jamais se lembrara de proteger o homem do campo, quando a idade pesasse sobre a sua capacidade de trabalho. Foi a inédita aplicação do que hoje se denomina renda mínima, graças à qual os milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza sobrevivem. Introduziu uma política salarial compatível com o gradualismo antiinflacionário, que preservou o poder de compra do assalariado e permitiu, pouco depois, o aumento real de salários. Oficial de estado-maior, afeito ao planejamento como instrumento de racionalização estratégica e tática, apoiou o Programa de Ação Econômica do Governo, o Paeg, garantia do bom sucesso econômico e financeiro, livrando-nos do caos que ele encontrara. Surpreendendo seus críticos, adotou enfoque gradualista vencendo a forte oposição do FMI, que insistia nas medidas de tratamento de choque e repudiava

* O autor é Coronel de Artilharia e de Estado-Maior, foi governador, ministro e senador.

a introdução da correção monetária. Nos três anos do Paeg, o déficit público de 4,2% do PIB caiu para 1,1%, ao mesmo tempo em que a inflação era debelada e a economia tinha o crescimento consolidado.

No campo político, o Presidente Castello respeitou a vitória de adversários nas urnas, no Rio e em Minas, nas eleições diretas de 1965. Infenso ao poder arbitrário, limitou no tempo as atribuições de exceção do Ato Institucional, buscando a rápida volta à normalidade jurídica. Estadista, respeitou impecavelmente a separação dos Poderes, prestigiando o Judiciário e o Legislativo. Democrata, manteve intocada a liberdade da imprensa. Pagou pesado ônus por isso. Das múltiplas facetas de sua personalidade destacava-se o estoicismo com que recebia os agravos. A impopularidade, ele a recebia como o tributo essencial que devia pagar na tarefa ciclópica de sanear econômica, financeira e politicamente o país. Uma vez salvo o Brasil, que recebera devastado, submeteu ao Congresso um projeto de Constituição promulgado no fim do seu governo, em 1967. Seu Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais é dos mais liberais entre todas as constituições brasileiras, nada devendo à Constituição de 1946. Cumprida a missão, Castello Branco recolheu-se ao

lar, dizendo: "Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Nem quis nem usei o poder para glória pessoal ou a vaidade de fáceis aplausos. Dele nunca me servi."

O centenário de seu nascimento, a 20 de setembro, transcorreu melancólico. Um pequeno busto foi inaugurado em quartel de Fortaleza (23º BC), no comando de Walter Romero Castello Branco. Dois discursos no único auditório do Rio posto à disposição: o do Real Gabinete Português de Leitura. "Território neutro" ... Na imprensa, o silêncio ou a crítica. Pense-lhe ter sido o grande líder que colocou acima da convicção legalista de toda a sua longa carreira militar o princípio de que "as Forças Armadas não podem atraçar o Brasil". Pela primeira vez foi revolucionário.

Já os que intentaram edificar o comunismo no Brasil, da Intentona de Prestes em 1935 à guerrilha terrorista de Marighella trinta anos depois, embora derrotados na luta armada que desencadearam, esses já estão reverenciados como heróis sem mácula. Prestes, com o Memorial no Tocantins e um projeto no Rio Grande do Sul; Marighella, com placa no local de sua morte em São Paulo, monumento em Niterói e surpreendente homenagem em Belém, de que só deve ter ouvido falar pelos comunistas locais. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Estudo histórico sobre a guerra antiga

J. B. Magalhães

Síntese da arte da guerra no período clássico (Grécia e Roma)
na visão de grandes historiadores,
como Xenofontes, Políbio, Végécio e Sun Tzu.



Da imprensa

CARTAS DE UM VISIONÁRIO

Olímpio Cruz Neto, da equipe do Correio

Funai resgata documentos inéditos do Marechal Cândido Rondon, pai do indigenismo e patrono das Comunicações. Papéis mostram sua percepção dos problemas nacionais.

Um país é construído observando e seguindo os ensinamentos e os conselhos dos seus mais estimados homens públicos. Na história do indigenismo brasileiro, o nome do Marechal Cândido Rondon é motivo de orgulho. Ele é considerado o pai do movimento indigenista, sendo responsável por forjar o caráter humanista das políticas públicas do Estado brasileiro para os primeiros habitantes do país. Agora, documentos inéditos localizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) atestam o caráter visionário desse militar de alma e sangue indígenas. Tratam-se de duas cartas encontradas por funcionários da Funai na sede da administração regional do órgão em Amambai, no Mato Grosso do Sul. A correspondência é antiga. Uma das cartas data de 3 de outubro de 1910. E revela a perspicácia e a visão de estadista do patrono das Comunicações no Brasil.

A mais importante delas tem apenas três páginas. Mostra que Rondon, além de um homem culto – a carta é datada de 24 de Shakespeare de 122 – e de letra caprichada, era preocupado com a possibilidade de os estados terem autonomia para assumir a política indigenista em detrimento da União, como discu-

tia-se, publicamente, na época. "Rondon era um visionário. Suas idéias podem muito bem ser aplicadas aos dias de hoje. Na carta é perceptível que seu maior temor era com a ameaça de eventuais interferências regionais na condução da política indigenista. Ele alertava que isso poderia ser prejudicial para os povos indígenas", afirma o ex-Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Os documentos inéditos estão sendo catalogados e deverão ser encaminhados ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

"O Serviço de Proteção (ao Índio) na mão dos estados seria a anarquia nos processos e nos meios; estariam expostos a meu ver, na extensão do território brasileiro aplicado, aqui o extermínio, ali a catequese forçada, teologia ou metafísica, e mais além o abandono", escreve Rondon, em um dos trechos da carta. "Ora, os índios não devem ser tratados como propriedade do Estado, dentro de cujos limites ficam seus territórios, mas sim como nações autônomas, com as quais queremos estabelecer relações de amizade."

"Esse trecho mostra uma visão acurada, sem paternalismo. Veja, Rondon fala aqui não apenas de respeito aos territórios indígenas, mas da necessidade de ver os povos como nações. É um conceito ousado, mesmo nos dias de hoje e, ainda mais, porque ele era um militar", observa o antropólogo Mércio Pereira Gomes.

O ex-presidente da Funai cita outro texto da carta que considera muito atual: "Os governos estaduais, urgidos pela necessidade de fazer dinheiro e sob a influência de interesses próximos, quase nunca sabem resistir à tentação de dispor dos territórios dos índios sob o

falso título de terras devolutas. Quanto à União, é impossível negar achar-se ela em uma posição muito mais favorável para considerar o problema de um ponto de vista mais geral, mais humano, desprendido de influências regionais.”

Conforme observa Mércio Gomes, a situação de Rondon era delicada. A correspondência estava sendo encaminhada apenas um mês depois de o Governo federal ter criado o pioneiro Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que seria extinto em 1967 para dar lugar à Funai. Ou seja, nem mesmo o SPI estava implementado. Ainda era um órgão incipiente na administração do Presidente Nilo Peçanha (1909-10). A carta de Rondon era endereçada a um funcionário do Estado do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalvez, com quem vinha trocando correspondência. “Ainda não sabemos quem, de fato, ele era. Mas é preciso perceber que Rondon tinha uma retidão moral inatacável”, pondera Gomes, citando que, ao final da carta, o futuro marechal rechaça, com delicadeza, um pedido de emprego feito pelo gaúcho, que indicava um amigo para ocupar um cargo no SPI.

O que escreveu o marechal

*“Rio de Janeiro, 24 de Shakespeare de 122
Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1910
Sr. G. Torres Gonçalvez
Porto Alegre*

Só hoje posso responder a vossa carta de 25 de Gutemberg, já tendo, no entanto, vos telegraphado o que a ideia por vós aventada de ficar com o Estado a parte principal do Serviço de Proteção aos Índios e, com a União o simples papel da auxiliar, pensam os Directores de nossa Igreja e eu.

Já sabeis, portanto, que discordo em limine da alludida opinião; e, não só discordo como até penso que se deverá proceder de modo oposto, isto é, que à

União é que deve ficar affecta a iniciativa, o planeamento, a execução e a direcção desse serviço e aos Estados o dever de o subsidiarem com todos os recursos ao seu alcance. Se não fôr assim não conseguiremos sahir da situação anárquica em que nos achamos. Com 22 anos de regimem republicano, no qual os Estados gosam ampla autonomia, ainda nada se fez em nenhum delles, que denotasse uma resolução firme e sincera de proteger os índios e até mesmo no Rio Grande do Sul as cousas se teem passado de modo a dar ensejo a esta phrase de vossa carta: “os governantes aqui do Estado ainda nenhuma preocupação real, por actos, manifestaram de proteger os nossos silvícolas, posto que não lhes desgoste o título de protector delles”. Si isso é assim no Rio Grande, o que podemos esperar da maioria dos Estados onde, ou os governos ainda não lembraram da existência dos índios ou só se lembraram como pretexto para justificar certas despesas e subvenções pecuniárias? O Serviço de Proteção na mão dos Estados seria a anarchia nos processos e nos meios; estariam expostos a meu ver, na extenção do território brasileiro applicado, aqui o extermínio, alli a catechese forçada, theologia ou metaphysica, e mais além o abandono. Ora, os índios não devem ser tratados como propriedade do Estado dentro de cujos limites ficam seus territórios, mas sim como nações autônomas, com as quais queremos estabelecer relações de amisade. Os governos estaduais, urgidos pela necessidade de fazer dinheiro sob a influência de interesses próximos, quasi nunca sabem resistir à tentação de dispor dos territórios dos índios sob o título de terras devolutas. Quanto à União, é impossível negar achar-se ella uma posição muito mais favorável para considerar o problema de um ponto de vista mais geral, mais humano, desprendido de influências regionaes. Dizeis que a natureza e o grau do concurso que o Governo do Estado pode aceitar, devem ficar dependentes da confiança que a Direcção Regional do Serviço de Proteção aos indígenas brasileiros, em cada momento, inspirar ao

Rio Grande do Sul. Ora, esta theoria, si fosse aceita para o Rio Grande, teria necessariamente de estender-se aos demais Estados; basta esta consideração para verdes quanto ella é perigosa e quão insustentável seria a situação da Directoria Geral. Alem disso, ella funda-se sobre o equívoco de se considerar a população indígena como parte integrante do Estado; pois si a considerardes como nação autônoma, logo vereis que o que pedis equivale a reclamar que a natureza e o grau do concurso prestado pelo Governo Estadual ao da União, nas relações com o Paraguay, Uruguay, Argentina, etc, fique dependendo da confiança que ao Estado inspirar o ministro do Exterior. A propósito deste serviço precisamos, como sempre seguir o ensinamento da nossa Doutrina, de julgar da adhesão que devemos dar a um acto público só pela consideração da sua positividade, e cada órgão social pela função que exerce e pelo modo porque a exerce. As prevenções por vós lembradas, submette a função à apreciação individual que do Diretor General fizer o presidente do Estado ou algum de seus auxiliares, o que importa na inversão da regra estabelecida por nossa Doutrina Social. Agora tenho a felicidade de contar com a vossa amisade e apoio o que muito me alenta e confirma nas esperanças que nutro do bom êxito da minha ação nesse Estado. Mas quem me poderá assegurar idênticas disposições de animo nos funcionários de todos os outros Estados e quem venha os substituir? Credo haver assim fundamentado convenientemente o parecer que vos dei, discordando da opinião que ieis inserir no vosso relatório, resta-me agradecer as captivantes palavras de amisade que me dirigis, com as quaes chegastes até a um grande exagero dos meus meritos. Sem falsa modestia digo-vos que, pessoalmente não possuo outro merito sinão o de amar com muita abundancia d' alma, nossos infelizes irmãos das selvas, aos quaes desejo com toda a vehemencia de minha natureza livrar dos oppressores, que o são em regra geral por má fé. Aguardo os dois últimos relatórios annuaes da vossa Secretaria, de cujo valor prejulgo pelo o que

lhes antecedeo sobre os indígenas Rio Grandenses. Quanto à indicação do nosso corregidor, cid. Mário Miranda, para auxiliar o serviço nesse Estado, bastava ella vir-me de vós para ser acolhida com uma solida recommendação da competencia moral e pratica do vosso amigo. Mas não depende só de mim as nomeações dos auxiliares do Serviço nos Estados, os quaes é meu desejo que sejam pessoas da confiança dos respectivos Inspectores e como para este lugar apresentei ao Sr. Ministro da Agricultura o nome de nosso corregidor Raul Abbot, tereis o vosso desejo de servir ao Sr. Mario Miranda satisfeito desde que alcanceis delle fazer-me a indicação deste nome para o lugar de escrevente, ou outro. Eu e minha esposa recebemos com abundancia de coração os affectuosos cumprimentos que nos enviastes, em vosso nome e no de vossa digna Senhora, e gostosamente os retribuímos. Todo vosso no serviço da Fé commun,

Cândido Mariano da Silva Rondon”

Quem foi Rondon

O pai do indigenismo brasileiro é sinônimo de humanismo e cidadania nos sertões. Ao mesmo tempo em que integrava o País, puxando linhas telegráficas pelo Norte e Nordeste, ainda no final do século XIX, Cândido Rondon foi responsável pelos primeiros contatos com muitos grupos indígenas. Daí porque além de ser o maior ícone do indigenismo nacional, Rondon é o patrono das Comunicações no Brasil. Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em 5 de maio de 1865, em Mimoso, cidade próxima a Cuiabá (MT). De origem indígena por parte de seus bisavós maternos, que eram das tribos Bororo e Terena, e de uma bisavó paterna que era índia guaná, Rondon tornou-se órfão precocemente.

Filho de Cândido Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista da Silva, nem

chegou a conhecer o pai, que morreu antes mesmo de o jovem Cândido nascer. A mãe faleceu, quando ele tinha apenas dois anos de vida. Criado pelo avô, Rondon ingressou cedo na Escola Militar, no Rio de Janeiro, aos 16 anos de idade. Em 1888, foi promovido a alferes. Entre outros estudos, cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra. Nesses tempos de mocidade, participou dos movimentos abolicionista e republicano. Logo depois, foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, sendo designado para integrar a Comissão de Construção da linha telegráfica que ligaria Mato Grosso e Goiás.

Rondon desbravou mais de 50 mil quilômetros de sertão, estendendo mais de 2 mil quilômetros de fios de cobre pelo País, ligando as mais distantes localidades pelo telégrafo. Como indigenista, pacificou grupos indígenas que viviam isolados, estudando os seus usos e costumes. Em 7 de setembro de 1910, foi nomeado diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão precursor da atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

O reconhecimento à sua obra ultrapassou as fronteiras nacionais, sendo um dos poucos brasileiros a ter seu nome inscrito em letras de ouro no Livro da Sociedade de Geografia de Nova York. Ficou conhecido como o explorador que desbravou mais profundamente em terras tropicais, ao lado de outros como Amundsen e Peary, descobridores dos pólos Norte e Sul; e Charcot e Byrd, exploradores que mais desbravaram as terras árticas e antárticas. Rondon ganhou as insígnias do posto de marechal em 1955, em cerimônia do Congresso Nacional. Três anos depois, falecia, no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1958, aos 92 anos. (OCN)

(Transcrito do *Correio Brasiliense*)

O PARLAMENTO INDÍGENA

Há certas idéias absurdas que é melhor atalhar no nascedouro. Uma delas é a do Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, defendida em entrevista concedida à jornalista Mariana Caetano e publicada domingo pelo *Estado*, de criar um Parlamento Indígena – isso mesmo, um Poder Legislativo constituído exclusivamente por indígenas.

O embrião da instituição seria a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que a Funai promoverá em abril, reunindo 750 delegados de 230 “povos”. Em seguida, segundo os planos do presidente da Funai, seriam criadas cotas para índios no Congresso Nacional, e, em cinco anos, calcula ele, o Parlamento Indígena estaria consolidado.

A menos que não atribua às palavras que pronuncia o seu significado exato – e não imagine as consequências das idéias que prega –, o presidente da Funai está preparando a secessão do País. Pois não se concebe a criação de um parlamento étnico, funcionando à parte do Congresso Nacional, a não ser para dar autonomia política a seus representados.

Mas, justiça seja feita, não deve ser isso o que o antropólogo Mércio Gomes Pereira pretende – ainda que a formação de um Estado indígena destacado do Estado brasileiro seja do agrado de algumas pessoas, aqui e no exterior. O presidente da Funai já disse que os índios têm “terras demais” e, diante da reação virulenta de antropólogos, indigenistas e missionários, explicou-se a ponto de já não se saber o que ele quis dizer.

Ele também considera que, a respeito “dos direitos indígenas, temos o melhor artigo de Constituição já feito em relação à proteção. O conceito de tradicionalidade e de direito originário não existe em outro país”. Fosse tão bom,

o tal artigo (231), e seu parágrafo 1º, não estaria sendo interpretado com tamanha latitude, a ponto de o Governo considerar terra indígena qualquer pedaço que, um dia, tenha sido percorrido por um indígena – quando a letra da Carta é muito mais restritiva.

E se fosse para respeitar a Constituição, o presidente da Funai não falaria em “povos” indígenas. A Constituição Cidadã só reconhece, no Brasil, a existência de um único povo: o brasileiro. E, assim como consagra a união do ecumeno, a Carta proclama a indivisibilidade do território brasileiro. Portanto, não há espaço, na ordem constitucional brasileira, para aventuras como as propostas pelo presidente da Funai.

Nos Estados Unidos, alguns povos indígenas tinham uma organização política e social sofisticada. A Confederação dos Seis Povos dos Grandes Lagos tinha, por exemplo, no século XVII, instituições mais avançadas do que as da maioria dos países europeus – e por isso foram tratados como nações soberanas, com as quais se firmavam acordos e tratados.

Em tempos recentes, a Suprema Corte norte-americana reconheceu o estatuto privilegiado das tribos. Na Colômbia, onde 20% da população são de índios, eles têm lugares reservados no Parlamento. Em alguns países da América Central, de população predominantemente indígena, algumas comunidades têm relativa autonomia administrativa.

Mas essas são situações inteiramente diferentes da brasileira. Não faz sentido comparar, como fez o presidente da Funai, o caso da Colômbia com as condições do Brasil. Aqui, os indígenas correspondem a 0,3% da população nacional.

O problema é que, graças mais à generosidade do que ao descritivo dos legisladores e ao ativismo das organizações laicas e confessionais que defendem a “causa indígena”, essa po-

pulação diminuta – correspondente à de uma cidade de médio porte – controla 12,5% do território nacional. Trata-se de uma área equivalente aos territórios da França e da Alemanha somados. E a Funai e as ONGs não se satisfazem com isso. Se as demarcações em curso forem concluídas até o final do ano, como esperam, os indígenas terão 13,5% do território brasileiro.

As populações indígenas têm o direito incontestável de preservar seus usos e costumes e suas línguas. E de receber assistência governamental, quer desejem manter-se em relativo isolamento, quer prefiram integrar-se à vida nacional. Mas as peculiaridades acabam aí. Não podem os indígenas, por inspiração de quem quer que seja, arvorar-se em nação soberana, com direito a um parlamento próprio ou a cotas no Congresso Nacional.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, 19.02.2006)

CRISE DE VALORES

Boris Fausto, historiador

No duro terreno dos fatos, os valores básicos de nosso tempo correm permanente risco. Há muitos inimigos dos valores democráticos.

Tornou-se um lugar-comum a referência à crise de valores nas sociedades ocidentais contemporâneas. Seria uma tarefa ingrata definir o conceito de valor. Melhor será pisar em terreno mais seguro, lembrando sua multiplicidade e sua natureza histórica.

A multiplicidade aponta para o fato de que valores específicos dizem respeito a esferas distintas da vida social: plano da religião, da família, da vida política. Eles podem ter conteúdo diverso, como é o caso da conhecida noção de Weber, distinguindo, no campo político, a

ética da convicção e a ética da responsabilidade. Podem, também, estar inter-relacionados, como sustenta o mesmo Weber ao estabelecer relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

Na dimensão histórica, valores individuais ou coletivos permanecem, se transfiguram ou desaparecem. Por exemplo, nas sociedades aristocráticas, o heroísmo e a honra eram virtudes centrais e um apanágio da nobreza. No mundo burguês do passado ou de hoje, essas virtudes não desapareceram, mas deixaram de ter a mesma significação, passando, quase sempre, do âmbito público para o privado.

Heroísmos guerreiros não nos impressionam, embora governos ainda tentem fabricar heróis ou heroínas, como foi o caso do governo Bush no início da Guerra do Iraque.

O heroísmo de nossos dias não é um valor coletivo, mas uma façanha excepcional que os meios de comunicação destacam: o homem que se atira às águas de um rio-egoto para salvar uma criança desconhecida; a mãe que, sem saber nadar, se lança às águas da enchente para tentar salvar a filha etc. Os heróis do nosso tempo, aliás, não são os generais condecorados, mas os simples bombeiros.

A honra passou para segundo plano, a ponto de não se levar muito a sério quem insista em resguardá-la. Os tempos são de “flexibilidade”, de desrespeitar o que, no passado, se chamava de “palavra de honra”. A esperteza na obtenção de vantagens passou a ser moeda comum, sempre justificada pelo êxito.

Por outro lado, tomando a dimensão mais ampla do que consideramos valores na sociedade atual, constatamos um paradoxo. Nunca eles tiveram um sentido tão abrangente, enquanto, ao mesmo tempo, são ignorados ou transgredidos. Nos dias que correm, estabeleceu-se – o que é muito positivo – uma associa-

ção entre o regime político democrático e a afirmação de valores. A democracia contém, por definição, princípios de soberania popular, de liberdade de expressão, de rotatividade no poder, de transparência nas decisões, de igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, gênero etc. Esses valores básicos não constituem prerrogativa de determinadas classes ou grupos sociais, mas se convertem em direitos de todos os membros da sociedade.

A constatação não pretende ocultar, obviamente, a distância que vai dos valores à sua prática, redundando, por várias razões, na crise da democracia. Mas tais valores são um parâmetro essencial do mundo de hoje.

Não é por acaso que, desde a liquidação do nazifascismo e da derrubada do império soviético, se fala da democracia como valor universal. Essa expressão, porém, não tem estrito sentido geográfico. Os valores democráticos estendem-se à Europa Ocidental, aos EUA, à América Latina e a países da Ásia (como Japão e Índia) com enraizamentos mais firmes ou mais frouxos. Por motivos históricos, não alcançaram outras regiões do mundo ou constituem aí tendências bem minoritárias. Nessas regiões, a tentativa de impor um regime democrático a ferro e fogo só tem resultado em desastres, como se viu no Iraque.

No duro terreno dos fatos, os valores básicos de nosso tempo – e, aos já enunciados, poderíamos acrescentar outros, como a preservação da natureza – correm risco permanente, seja por questões ideológicas, pela carência material da população de alguns países ou pelo desejo guloso dos governantes de permanecer no poder. Infelizmente, os inimigos dos valores democráticos são muitos, e sua retórica, muitas vezes, é eficaz.

Os inimigos não estão ausentes dos países de regime democrático consolidado que con-

tam, porém, com instituições sólidas para enfrentar os riscos. O canto da sereia autoritária encontra maior espaço em países marcados pela pobreza, nos quais salvadores da pátria e seus acólitos – intelectuais, burocratas e até profissionais liberais – tratam de reduzir os valores democráticos a uma “farsa das elites”.

(Transcrito de *A Folha de S. Paulo*)

HORROR

Nilson Mello, jornalista e advogado

Muitos acreditam que a escalada da criminalidade no Brasil, e mais particularmente no Rio de Janeiro, tem como principal ingrediente o “desequilíbrio social” – a assimetria de oportunidades que coloca ricos e miseráveis em permanente confronto.

Por esse raciocínio, que tem predominado nas últimas três décadas, o Estado deve tratar prioritariamente de resolver as desigualdades, deixando em segundo plano a preocupação com a punição rigorosa dos bandidos comuns, eis que eles seriam, na essência, vítimas de um modelo econômico injusto, de um sistema perverso.

Uma sociedade mais justa teria necessariamente menos criminosos. E menos violência.

Não por acaso, leis penais mais brandas para os criminosos “de rua” começaram a ser engendradas ao mesmo tempo em que se ampliava o rigor com os de “colarinho branco”, tendência que se potencializou em meio ao próprio processo de redemocratização do País.

Mas o abrandamento do tratamento dado ao menor infrator, uma Lei de Execução Penal flexível (esta anterior à Constituição de

1988), com ampla progressão de regime, além de total rejeição a punições severas, em especial a pena de morte, foram escolhas que certamente contribuíram para a crença na impunidade e a brutal escalada da violência urbana verificada hoje.

A sociedade que se pretendia aperfeiçoar – e que certamente era injusta – tornou-se muito mais violenta e perigosa.

Para agravar o quadro, o clamor pelos direitos humanos, refletindo o anseio de distanciamento de qualquer vestígio autoritário, produziu outra distorção, representada pela desvalorização profissional e pelo ostracismo da polícia.

Desprestigiado, mal treinado e mal remunerado, além de tolhido por uma legislação fraca com o bandido, em nome dos direitos humanos, o policial acabou por se aproximar da criminalidade, quando não a assumir o próprio lugar do criminoso (caso das milícias no Rio). Na verdade, jogamos nossos policiais no colo dos marginais. E sequer o exemplo moral fomos capazes de lhes dar, haja vista o grande número de parlamentares, magistrados e chefes de polícia processados ou condenados.

Sem desconsiderar o ingrediente social na fomentação da violência e do nosso pavor diário, não podemos fechar os olhos a uma outra evidência: a de que o ser humano não é apenas produto de seu meio. Em maior ou menor grau, sua natureza o leva a flertar com o mal, sobretudo se souber que pode sair impune.

Quando o meio já é ruim – em função das adversidades sociais, por exemplo –, mais uma razão para se reduzir a tolerância e aumentar a punibilidade. Essa é a dura realidade de que devemos encarar.

Na morte atroz do menino João Hélio, de seis anos, preso pelo cinto de segurança, do

lado de fora do automóvel que facínoras haviam roubado de sua mãe, e arrastado como um trapo ensanguentado por sete quilômetros, pode-se até examinar o pano de fundo social. Mas isso nem vem ao caso.

O que importa saber é que punição a sociedade dos direitos humanos considera justa para a barbárie cometida por esses monstros. A resposta não está em nossa Legislação Penal.

OPRIMEIRO MUNDO: O OURIÇO E A RAPOSA

*Arnaldo Gonçalves, licenciado
em Relações Internacionais*

Ralf Dahrendorf, o sociólogo alemão naturalizado inglês, definiu o Primeiro Mundo como uma combinação feliz de três características positivas. Um conjunto de economias que asseguram uma vida boa para um largo número de pessoas; um leque de sociedades que encorajam o individualismo e a competição sem destruir as pequenas comunidades de pessoas; sociedades que têm políticas que conectam o primado da lei com os princípios da democracia.

Os habitantes da Europa Ocidental e da América do Norte usufruíram em grande parte do século XX – em contraste com o Segundo Mundo socialista e as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo – da igualdade de oportunidades bem como de um sistema social no qual a sociedade civil se exprimia e desenvolvia relações de cooperação. A todas as pessoas, sem exceção, eram garantidas importantes liberdades políticas, as quais haviam sido o resultado de lutas políticas de décadas e de duas guerras mundiais. É bom sempre recordar que uma das causas principais das duas guerras

mundiais foi a revolta perante uma desigualdade sistemática entre indivíduos e sociedades.

Contudo esse modelo, que possibilitou a própria idéia de uma Europa unida, continha as suas imperfeições. Excluía largas populações do resto do mundo das possibilidades e oportunidades que oferecia às suas populações. Os países que se localizavam para além do círculo de sociedades industriais e que se mostravam incapazes de participar do sistema internacional de trocas ficaram condenados a ficar para trás. A situação começou a modificar-se apenas quando a globalização dos mercados de capitais e a expansão da revolução da informação começaram a diluir fronteiras e minar vantagens econômicas de partida.

Há várias explicações possíveis para essa aceleração e mundialização da economia internacional. De certa forma, o fim da Guerra Fria veio mostrar a inviabilidade da alternativa socialista ao modelo capitalista da economia de mercado; além disso, a expansão da atividade das multinacionais favoreceu a ligação das economias locais à gestão empresarial globalizada; por outro lado, a relativização do papel quase exclusivo dos Estados-nação na vida internacional abriu campo para a ação das organizações internacionais, em áreas da reserva dos primeiros; finalmente, a emergência das economias asiáticas veio possibilitar um maior reequilíbrio das dinâmicas de crescimento regional.

Essas explicações revelam como a economia internacional desaguou num oceano de desenvolvimento que não tem qualquer paralelo na história da humanidade, malgrado algumas comparações mais apressadas e ignorantes. As fronteiras perderam não só a sua importância tradicional perante o livre movimento dos capitais, mas também perante a livre circulação das mercadorias e dos serviços. Toda

esta dinâmica que o mundo tem usufruído, no seu conjunto, com alguns países e regiões aproveitando melhor que outros, coloca uma interrogação decisiva: estamos numa encruzilhada histórica do liberalismo contemporâneo como modelo universal de desenvolvimento ou existem riscos e circunstâncias que o podem fazer perigar?

Para as sociedades menos desenvolvidas que sistematicamente ficavam para trás, a globalização oferecia, pelo menos teoricamente, uma oportunidade para que os privilégios do mundo desenvolvido lhes fossem estendidos. Era lógico esperar que as zonas mais desfavorecidas do planeta agarrassem a oportunidade e buscassem caminhos para inverter o seu subdesenvolvimento. Mas a internacionalização das economias e outros fenômenos como o envelhecimento das populações na metade desenvolvida do planeta, a explosão demográfica na metade mais pobre, o crime organizado e transfronteiriço, vários tipos de fundamentalismo religioso, as mudanças climáticas vieram desnudar uma particularidade concreta do modelo do Primeiro Mundo. Tinha-se tornado vulnerável e incapaz de se esconder das consequências da globalização.

O modelo que havia conseguido combinar prosperidade, estabilidade social e liberdades políticas amplas tinha-se tornado uma promessa menos confiável para o futuro. Os governos mostravam-se menos capazes de manter as promessas que faziam quando eleitos; as populações afetadas pelas consequências da globalização ou receosas de serem atingidas deixaram-se tomar por um sentimento de estarem sob ameaça permanente.

Essa situação tornou-se uma surpresa para todos: cidadãos, governos, elites, meios de comunicação social, cientistas sociais. Sob o chapéu do Estado-providência, vários modelos de

segurança social na velhice e doença, marcados pelas experiências históricas, pela natureza das sociedades e pela forma como estas encaravam o papel do mercado, fizeram o seu caminho e fundaram a convicção que era possível conservar a prosperidade para sempre.

Ninguém estava preparado para a vulnerabilidade do Primeiro Mundo e ainda menos as populações da Europa Ocidental que subitamente foram postas perante a situação de aceitar consideráveis restrições à sua segurança, prosperidade e liberdades políticas. As consequências previsíveis destes ajustamentos ao modelo – redução das coberturas sociais, acréscimo de diferenças sociais e eventualmente a limitação das liberdades políticas – tornaram sombrio o seu futuro.

Reside neste medo larval a explicação para o voto de censura dos europeus, em eleições parlamentares na Europa, e para os protestos inorgânicos que também um pouco por todo o lado se fazem sentir contra as mudanças econômicas e sociais introduzidas pelos governos.

O medo que “as coisas fiquem pior” tornou-se o novo quadro de referência do conceito “crise” nas sociedades ocidentais. Trata-se de um conceito que nada tem de novo. Se olharmos para a história do século XX, a crise de outubro de 1929 na Bolsa de Nova York provocou uma situação social catastrófica que mostrou às gerações que a viveram quão importante era a criação de um sistema de segurança social confiável.

Nas eleições alemãs e polacas de outubro de 2005, os partidos de centro-esquerda e de centro-direita, que haviam sido responsáveis pela construção da economia de mercado no pós-guerra, foram fortemente penalizados porque não haviam sido capazes de controlar o agravamento do desemprego – 9,3% na Alemanha. Tanto num como em outro país os elei-

tores decidiram não fazer um corte drástico com o estado de coisas, mas optaram por uma certa forma de Estado paternalista e protetor. Não se trata tanto de um *nanny-state* inspirado na experiência rooseveltiana norte-americana, mas de um estado protetor que tem raízes profundas na história recente da Europa e que explica o sucesso de regimes autoritários e dirigistas no período imediatamente subsiguiente ao fim da Primeira Guerra Mundial.

O Estado paternalista não corrige as incongruências do mercado, mas cria situações que condicionam o seu funcionamento. É exemplo desse estatismo redescoberto o Governo conservador da Eslovênia que vem aplicando um programa de intervencionismo na economia, mesmo em setores fora do controlo público, o que pode indicar um fenômeno de caráter mais alargado. As eleições presidenciais na França e na Turquia de maio deste ano irão dar-nos já alguns sinais se esta tendência irá perdurar.

Outro fato preocupante é o crescente desinteresse das populações pela política e a descrença de conseguirem, pelo poder do voto, influir no curso das políticas. As margens de abstenção verificadas nas eleições para o Parlamento europeu em 2004 têm sido repetidas em eleições parlamentares nacionais, revelando que a apatia se transformou num fenômeno mais amplo dos Estados modernos.

Num livro publicado há algum tempo – *The Politics of Cultural Despair* –, um autor alemão, Fritz Stern, faz uma análise curiosa do pensamento dos autores alemães na mudança para o século XX e procura demonstrar que existia uma resistência vincada na sociedade alemã às mudanças que ocorriam no mundo de então, inclusive em direção à economia de mercado e à democracia política. Comentando este livro, Ralf Dahrendorf afirmava, recentemen-

te, que, apesar da derrota das políticas do “desespero político” após a Segunda Guerra Mundial e do triunfo da economia de mercado, é possível, ainda, vencer os medos na Alemanha quanto à continuada abertura das suas fronteiras à economia global. Esperança que atribui à necessidade de redução do papel do Estado na economia, ainda significativo na Alemanha.

É decisivo resistir à simplificação populista de que a aposta européia em aumentar a eficiência competitiva global e em lutar pelos valores da democracia liberal abrirá as portas a medidas de caráter autoritário e quebrará o consenso sobre os valores do liberalismo moderno. Como declarava a Deputada polaca Mojca Murko no Parlamento europeu, a soberania das massas não pode destruir a soberania dos indivíduos. Seria terrível se isso viesse a acontecer.

(Transcrito do jornal *Tribuna de Macau*,
de 15.03.2007)

O PODER DOS NOVOS LÍDERES

“As ONGs atraem talentos” (Bill Drayton)
Por Cynthia Rosenburg, EXAME

Eleito pela Universidade Harvard, nos Estados Unidos, um dos maiores líderes norte-americanos, ao lado de figuras como Thomas Friedman e Steve Jobs, Bill Drayton comanda uma ONG que apóia 1.600 empreendedores sociais em mais de 50 países. Na entrevista a seguir, ele comenta o fenômeno do crescimento do Terceiro Setor.

O senhor diz que as organizações lideradas por empreendedores sociais estão mudando. Por quê?

Elas estão em franca expansão. Existem hoje cerca de 27.000 organizações lideradas por empreendedores sociais com alcance interna-

cional. São cidadãos que oferecem serviços e provocam mudanças na forma como as pessoas vivem. Além disso, a produtividade do que chamo de "setor cidadão" está aumentando e a oferta de empregos cresce três vezes mais que no resto da economia.

Onde isso acontece?

No mundo todo. Em Bangladesh, o número de funcionários do Brac – a maior ONG do país, voltada para a redução da pobreza – é quatro vezes superior ao do maior empregador empresarial. Na Alemanha, o setor cidadão empregava, em 2000, o dobro de pessoas do setor público e o triplo do setor privado.

O que explica esse fenômeno?

O setor privado levou três séculos para se desenvolver. Nesse período foi criada uma enorme distância entre as empresas e a sociedade civil. Nos últimos 25 anos, porém, a sociedade civil está recuperando rapidamente o atraso. Hoje, os empreendedores sociais estão ganhando reputação, acesso a recursos e aos processos públicos de tomada de decisões. Muitas vezes demonstram ter mais clareza de certos anseios da sociedade do que os empresários tradicionais. O resultado é que esse setor atrai talentos e demonstra enorme capacidade de inovação.

Há exemplos?

Nos Estados Unidos, um empreendedor da Ashoka descobriu uma maneira de diminuir em mais de 60% o custo de cirurgias de catarata e está beneficiando milhares de pessoas. Em Bangladesh, onde há alguns anos menos de 15% das crianças completavam o Ensino Fundamental, outro empreendedor ajudou a aumentar as matrículas em 40% e a reduzir a evasão à metade.

Esses empreendedores estão mais capacitados?

Alguns indicadores mostram que eles estão mais competitivos. Cerca de 60% conseguem

influenciar políticas públicas depois de cinco anos de atividades. Mais de 90% continuam com seus projetos após esse período. E quase 90% têm suas idéias ou modelos de negócios copiados por outras organizações.

O que eles têm a ensinar às empresas?

Eles estão acostumados a trabalhar com estruturas de custos muito simples. Além disso, têm acesso a parcelas da população para as quais as empresas estão despertando agora, como a base da pirâmide de renda. Veremos cada vez mais empresas e empreendedores sociais trabalhando juntos.

Que impacto essas organizações terão sobre o setor público?

À medida que organizações sociais e empresas passam a oferecer serviços em áreas que são responsabilidade do setor público, ele precisa se adaptar. Acredito que o setor público enfrentará uma competição igual à que as empresas enfrentam no mercado tradicional – e precisará mostrar ser capaz de mudar.

(Transcrito de *EXAME*, de 30/11/2006)

DESDE 2001, CRESCIMENTO FAVORECE OS POBRES

Marcelo Billi

O crescimento econômico brasileiro continua anêmico, mas há uma parcela da população para a qual a renda cresceu a taxas muito superiores às da economia. Ao contrário da década de 1970 e até a de 1980, quando o Brasil crescia ou se estagnava concentrando riqueza, os decênios de 2000 inauguraram um período de crescimento "pró-pobres".

Entre 2001 e 2004, a renda dos mais pobres cresceu a um ritmo muito superior ao da

renda *per capita*, tendência que se repete em 2005 e, provavelmente, neste ano.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, calculou, junto com os economistas Nanak Kakwani e Hyun H. Son, das Nações Unidas, as taxas de crescimento que refletem a evolução da renda dos mais pobres.

Os números mostram que, apesar do desempenho decepcionante da economia, a população de baixa renda obteve, em período de relativa estagnação, o que Neri chama de "experimento de crescimento chinês".

Entre 2001 e 2004, mostra o estudo, a taxa de crescimento da renda *per capita* "pró-pobre", ou seja, aquela que reflete os ganhos da população de baixa renda, foi, em média, de 3,1% ao ano. No mesmo período, a renda *per capita* caiu a um ritmo de 1,35% ao ano.

A contradição entre o desempenho ruim do ponto de vista econômico e o bom desempenho do ponto de vista social é explicada pelo fato de, mesmo em período em que a economia patinou, o Governo ter destinado mais recursos aos programas de combate à pobreza – que, na prática, aumentam a renda dos mais pobres.

Os números podem ser olhados de outra maneira também: eles refletem a queda na desigualdade de renda brasileira, já que os pobres conseguiram, ainda que timidamente, reduzir o abismo que os separa dos mais ricos. Neri ainda faz as contas para os anos de 2005 e 2006. Ele avalia que a melhoria de distribuição de renda ocorreu, mas em velocidade menor do que a de, por exemplo, 2004. Em 2005, lembra ele, a renda dos mais pobres cresceu 8,5%, contra 6% da renda média.

"Ano espetacular"

Já é um ganho. Mas um ganho que empalidece quando a comparação é com 2004. Na-

quele ano, em que a economia cresceu 4,9%, a taxa de crescimento da renda *per capita* para os mais pobres, estimada por Neri, foi de nada menos do que 14,1%, enquanto a renda *per capita* média cresceu 3,6%. "Dois mil e quatro é o grande ano da queda da desigualdade no Brasil, um ano espetacular", diz o economista.

A pesquisa mostra o quanto o gasto social tem sido importante para a redução da desigualdade e a melhoria das condições de vida dos mais pobres, mas sugere também que nada melhor do que o crescimento econômico para ajudá-los.

Em 2004, uma conjunção de fatores "pró-pobres" contribuiu para a redução da desigualdade. O aumento dos gastos sociais, presente em todo o período, ajudou, mas em 2004 a estrela foi mesmo o mercado de trabalho: o aumento do emprego e da renda beneficiou proporcionalmente os mais pobres. "O desempenho é muito puxado pela renda do trabalho. O que é muito importante, porque é algo que não acontecia."

Aliás, o ano de 2004, quando a recuperação do mercado de trabalho beneficiou muito os pobres, foi inédito não apenas pelo fato de o Brasil ter crescido mais que a média dos últimos anos, mas também por ter crescido e desconcentrado a riqueza.

Ficou famosa no Brasil a tese de que "o bolo precisa crescer para ser dividido", frase de Delfim Netto, que, de alguma maneira, tentava justificar o fato de, na década de 1970, com forte crescimento, o Brasil ter passado também por processo de forte concentração de riqueza.

Crescimento, dizem os economistas, leva à concentração, a não ser que o Estado aja de maneira a torná-lo mais justo. Ainda há dúvidas se esse é o caso do Brasil e sobre o que ocorrerá quando e se o país voltar à rota do crescimento. Mas os resultados de 2004 parecem sugerir que

não é impossível, no caso da economia brasileira, conseguir crescer e, ao mesmo tempo, repartir melhor a riqueza, mostra o estudo.

(Transcrito da *Folha de S. Paulo*, de 24/12/2006)

**EUA E EUROPA ESTÃO PRÓXIMOS
DE ACORDO QUE ABRE PORTAS AO BRASIL**
**Blocos estão dispostos a superar
um dilema histórico e reduzir barreiras
agrícolas, segundo o *Financial Times***

Negociadores dos Estados Unidos e da União Européia estão próximos de um acordo que poderia reiniciar o diálogo internacional sobre o setor agrícola, que há tempos não apresentava evolução. Segundo o jornal londrino *Financial Times*, as mudanças poderiam ocorrer após a realização, no último fim de semana, de uma reunião entre o primeiro escalão de negociadores de Washington e de Bruxelas, visando ao encontro do Fórum Econômico Mundial nessa semana, em Davos, na Suíça.

O jornal relembra que qualquer acordo dependeria também de concessões recíprocas do Brasil e da Índia em reduzir suas barreiras para a negociação de produtos industrializados e serviços – o que ainda está em negociação.

Um acordo entre os dois maiores blocos comerciais do mundo – Estados Unidos e União Européia – incluiria concessões politicamente polêmicas, que já estão causando protestos na Europa e alarmando lobistas agrícolas norte-americanos.

O acordo discutido a portas fechadas, segundo o jornal londrino, incluiria uma proposta de Bruxelas de cortar barreiras para produtos agrícolas estrangeiros em 54%, em média. Por outro lado, os EUA reduziriam o teto de seus subsídios domésticos para perto

de US\$ 17 bilhões. Essa tentativa representaria um avanço significativo nas discussões que impediram negociações mais amplas durante anos. Pessoas ligadas às negociações teriam afirmado que ambas as partes até chegaram a estudar cortes maiores em tarifas e subsídios, mas foram recusados. Um dos representantes teria dito: “Estamos tentando chegar ao limite máximo aceitável politicamente, sem cair em um abismo.”

Os dois lados também sabem que a oferta provisória da União Européia para corte de tarifas pode ser derrubada pela oposição de Paris, que exige que as negociações agrícolas de Doha sejam incluídas na reunião de hoje dos ministros da Agricultura da UE.

O clima político hostil para tratar do assunto fez com que Bruxelas buscasse o apoio da Chanceler alemã Angela Merkel. Apesar de a Alemanha tradicionalmente fazer o papel de país que convence a França a aceitar acordos econômicos, suas relações com a França estão enfraquecidas. Provavelmente, enquanto a Alemanha fará todos os esforços para facilitar um acordo, a França trabalhará no sentido oposto.

O governo Bush também está se reunindo com líderes do Congresso norte-americano que moldarão a política agrícola e comercial sob a nova maioria democrata. Mas provavelmente levará semanas para saber se o Congresso vai considerar a renovação da autoridade de promoção comercial do presidente – que expira daqui a seis meses e é necessária para a conclusão de um acordo.

Essas abordagens incluiriam um apelo a Collin Peterson, o influente presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Estados Unidos, para que modere sua oposição à renovação da autoridade de promoção comercial.

Depois da reunião, o parlamentar afirmou que continua questionando profundamente a

política comercial dos Estados Unidos, mas não está decidido a frustrar um acordo em Doha que inclua benefícios significativos para os agricultores norte-americanos.

Posição brasileira

O Brasil negocia separadamente com os Estados Unidos e com a União Européia e enviou a Nova Déli o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Ministro Roberto Azevêdo, para tentar chegar a uma posição comum entre as partes para as conversas planejadas para Davos.

Hoje e amanhã, Azevêdo prosseguirá com a "exploração de alternativas", o mesmo trabalho que vem realizando com negociadores norte-americanos e europeus. Mas, também nesse caso, sua missão é mais árdua – buscar um possível acerto dentro do G-20 sobre uma abertura maior do mercado agrícola dos países em desenvolvimento.

Na semana passada, em Genebra, a representante dos Estados Unidos para o Comércio, Susan Schwab, afirmou que a proposta do G-20 de liberalização do mercado agrícola nos países em desenvolvimento tornou-se o ponto crítico para a retomada da Rodada Doha, suspensa desde julho de 2006. Desde então, os Estados Unidos apenas deram sinais de que podem oferecer um corte maior nos subsídios agrícolas – a questão que, de fato, destravaria a negociação.

Washington atrela esse movimento a uma abertura maior do mercado europeu e também a um recuo do subgrupo do G-20 de tendência mais protecionista, liderado pela Índia. Esse subgrupo quer manter 20% da pauta de importação agrícola totalmente protegida. Trata-se de uma posição que contraria a facção liderada pelo Brasil, formada por exportadores agrícolas.

Extraído do *Financial Times*.

MINISTÉRIO INDEFESO

J. A. do Nascimento Brito
Presidente do Conselho Editorial do Jornal do Brasil

O Brasil vive hoje uma situação inusitada. Tem um Ministério da Defesa indefeso. Há várias razões para este fracasso, mas, sem dúvida, o total despreparo da classe política brasileira para assumir tamanha responsabilidade é, de longe, a maior delas. As consequências ultrapassam as fronteiras do colapso que atinge o setor aéreo.

O Ministério da Defesa surgiu no bojo de várias reformas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O Brasil era um dos poucos países do mundo onde as Forças Armadas continuavam sem um controle civil. Reportavam-se ao ministro-chefe do Estado-Maior das três Forças, sempre um militar. A criação do Ministério da Defesa representava, finalmente, a consolidação de um modelo unânime em sociedades democráticas. Significava, também, parte de uma reforma do Estado, na qual agências reguladoras e privatizações, por exemplo, tinham também o seu lugar.

Forças Armadas, em qualquer sociedade moderna, é um assunto sério e tratado no mais alto nível. Um tema multifacetado, que passa por várias definições. Os militares do Brasil tiveram um papel destacado na formação e consolidação do território brasileiro. Desde o fim do século XIX, eles têm sido os grandes consolidadores das fronteiras Oeste e Norte do Brasil. Matéria de Augusto Nunes, publicada no *JB* de domingo e na *Gazeta* de segunda, mostra claramente a importância desses destacamentos em rincões longínquos de qualquer cidade do país.

Aliás, o Marechal Rondon, com suas expedições pelo Oeste brasileiro, é o maior sím-

bolo do papel dos militares na preservação do território brasileiro. Também encarna aquilo que os militares têm como enorme destaque na sua formação, que são alguns valores importantes que ajudam a materializar as idéias de um país. Cultivam o hino brasileiro e a nossa bandeira com um orgulho sem paralelo em nossa sociedade.

Pelas prerrogativas e pelo orçamento que tem, o Ministério da Defesa pode causar um impacto avassalador na indução de pesquisa e desenvolvimento nas mais diversas áreas do conhecimento. Em qualquer sociedade moderna, são elas um dos grandes depositários de inteligência e conhecimento. No Brasil, uma das evidências dessa constatação chama-se Embraer.

No momento, discute-se no Governo a possibilidade de dobrar o orçamento das Forças Armadas. Trata-se de uma ótima medida. Mas é preciso saber com que objetivo se deseja engordar as finanças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Passam pela área de defesa definições importantíssimas de política externa e interna. À medida que o Brasil avança pelo mundo, adquire um protagonismo que não tinha no passado. Para avalizá-lo, porém, é fundamental que se tenham Forças Armadas devidamente capacitadas para acompanhá-la. Não se trata de ir à guerra, como um fim em si, mas de chancelar as ações da diplomacia brasileira.

Basta lembrar nossas recentes participações em forças de paz em lugares instáveis, como o Timor e, principalmente, o Haiti. Este país, aliás, nos remete a uma outra discussão estratégica, fundamental neste século. Qual o desenho de que precisamos para nossas Forças Armadas? Que combinação é mais adequada para homens, armamentos, táticas e estratégias? O Haiti é um excepcional exemplo de como o caráter da ação militar, nesta virada de

século, sofreu um desvio de percurso. Afinal, quem é o inimigo por lá? O Exército Brasileiro desempenha, naquele país, menos funções militares tradicionais e muito mais funções policiais.

A guerra do Iraque também vai permanecer, por muito tempo, no centro das discussões estratégicas mais relevantes. É uma guerra convencional, uma luta de contra-insurgência, uma ação policial ou um pouco de tudo?

Internamente, temos outra face da mesma moeda. Existe uma gigantesca parcela da população que gostaria de ver as Forças Armadas desempenhando um papel mais ativo e ostensivo, principalmente nas ruas das grandes cidades. É este o seu papel? Estão treinadas para esse tipo de ação policial? A pergunta é relevante porque a segurança é, segundo pesquisas de opinião, um dos quatro temas considerados fundamentais pelo eleitor brasileiro. Os outros três são o conceito de inclusão, transparência e oportunidade. E todos passam por dentro do papel do Ministério da Defesa e das Forças Armadas no Brasil.

Em matéria de inclusão, as Forças Armadas são, de longe, a fatia do Estado brasileiro que mais pode receber aplausos por suas políticas. Lá, qualquer pessoa, do mais rico ao mais pobre, não importa cor e classe social, pode chegar ao ápice da carreira. Por mérito.

É também nas Forças Armadas que outro conceito igualmente importante, o de oportunidade, revela-se brilhantemente. No imaginário do cidadão brasileiro, oportunidade é assegurada pela educação. Uma carreira militar significa que a pessoa estará em constante aprendizado, até o momento em que dela se retira.

Por último, trata-se de uma instituição transparente. Seus níveis de corrupção são ínfimos se considerado o histórico do Estado brasileiro. Além disso, seus critérios de promoção, por exemplo, são entendidos claramente desde

o primeiro dia em que alguém passa a fazer parte da Marinha, da Aeronáutica ou do Exército.

A crise no setor aéreo, em curso nos últimos meses, tem deixado seqüelas gravíssimas. Uma delas é o enorme descrédito não somente para a Aeronáutica mas para o Ministério da Defesa e, por conseqüência, para os militares. Podemos gastar páginas desfilando-os pelas passarelas da vida pública brasileira. Mas o pano de fundo não muda. Está escancarada a incompetência e o despreparo da classe política brasileira, independentemente de partidos, para assumir uma responsabilidade como o comando de um Ministério da Defesa.

Felizmente, um político bossa nova, o Governador do Rio, Sérgio Cabral, deu um sinal de que existe luz ao fim do túnel. Já no discurso de posse, mostrou compreender o fato de que o estado reunia o maior conjunto das Forças Armadas do país. Não é somente uma questão de contingentes, navios ou aviões, mas também o melhor da sua inteligência. Afinal, no Rio estão localizadas suas escolas de guerra, assim como, no caso do Exército, a Aman, em Resende. Porém, é apenas um sinal de alguém que, embora importante, não tem sob sua responsabilidade o comando do Ministério da Defesa.

Eis o desafio. Ou os políticos brasileiros decidem preparar alguns destacados representantes para que, no médio e no longo prazo, estejam aptos para responsabilidades nesta área, ou é melhor que a sociedade e, no limite, a democracia se perguntam se é correto o País insistir no atual modelo de Forças Armadas – no qual o comando emana de um Ministério da Defesa indefeso e com o militar brasileiro insultado em suas virtudes.

Esta é a grande lição da crise atual: a exigência impõe aos políticos para que se preparem devidamente, a fim de mostrar, no fu-

turo imediato, competência e responsabilidade compatíveis com a importância estratégica da Defesa.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 29/03/2007)

PLANO NUCLEAR PREVÊ SEIS NOVAS USINAS

Nicola Pamplona, jornalista

A proposta de retomada dos investimentos em energia nuclear no Brasil prevê, além da conclusão de Angra 3, uma nova usina a cada três anos, até que a tecnologia responda por 5% do parque gerador. Está prevista a construção de quatro a seis usinas, a partir da próxima década, até 2030, em duas centrais de porte semelhante à de Angra dos Reis.

Esse é o teor do programa de energia nuclear ao qual o Estado teve acesso, já encaminhado para avaliação do Governo, segundo o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Gonçalves. A primeira central seria instalada no Nordeste e a segunda, em local a ser definido.

A viabilidade do programa, porém, depende da decisão sobre a retomada das obras de Angra 3, remanescente do programa nuclear da década de 1970, com capacidade de 1,3 mil megawatts (MW). O tema seria discutido em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no dia 31, que foi adiada. Técnicos do setor acreditam que, após os alertas sobre o aquecimento global, a tecnologia ganha espaço perante alternativas como petróleo e carvão.

Responsável pela formulação de políticas e fiscalização do setor nuclear brasileiro, a CNEN elaborou um projeto detalhado sobre

o futuro da tecnologia no País. Nele, diz Gonçalves, há soluções para problemas polêmicos, como o destino dos rejeitos radioativos – principal crítica de grupos ambientalistas – e fontes de recursos para o desenvolvimento das tecnologias necessárias.

Segundo o executivo, o Brasil deve-se tornar exportador de urânio para financiar os US\$ 500 milhões necessários em equipamentos para produzir combustível nuclear para todas as centrais. Atualmente, apenas 6% das necessidades das usinas de Angra 1 e 2 são totalmente produzidas no Brasil.

“O tema é polêmico”, admite o presidente da CNEN. “Mas precisa ser aprovado ainda neste Governo, já que leva tempo para construir usinas.” Gonçalves trabalha com o prazo do Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que lista a energia nuclear como alternativa para a geração de 4 mil MW novos no período.

No setor, é dada como certa a aprovação de Angra 3 na próxima reunião do CNPE, o que abriria espaço para as discussões sobre as novas centrais. “Está na hora de o Brasil debater o tema”, concorda o físico Luiz Pinguelli Rosa, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Atualmente, a Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, é a única voz contrária à conclusão do projeto no conselho, formado por sete ministros, um representante dos estados e dois da sociedade civil. A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria mudado de opinião após a divulgação de novos cálculos sobre o preço da energia de Angra 3, a R\$ 138 por MWh, próximo dos padrões dos últimos leilões de energia.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, de 11/02/2007)

O PAC PRECISA DAR CERTO PARA QUE O BRASIL CRESÇA

Por Klaus Kleber

Para o economista João Paulo dos Reis Velloso, é preciso torcer pelo sucesso do PAC para que a atual geração possa ver o Brasil crescer.

Poucos intelectuais brasileiros são tão atentados com questões ligadas ao desenvolvimento quanto o economista e ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, que comandou a elaboração e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo Geisel (1974-1979) e que há alguns anos é superintendente-geral do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), com sede no Rio. Muito ativo, o Inae promove regularmente fóruns nacionais para debate de questões político-econômicas (inovando, há pouco, com um fórum pela internet). Velloso não gosta muito de falar sobre “coisas de outra época”. Está mais interessado em debater propostas voltadas para o futuro, inseridas no “Projeto de Brasil” que coordenou com Roberto Cavalcanti de Albuquerque e lançadas recentemente em livro. No entender de Velloso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não é comparável ao II PND nem ao Plano de Metas do governo JK, pois não é um plano de desenvolvimento. É um programa válido, porém, não só para resolver gargalos de infra-estrutura, mas também como a primeira peça de uma engrenagem, confiando que, como prometeu o Presidente Lula, uma segunda etapa – a das reformas estruturais – virá.

Com o PAC, o Governo definiu os projetos que vai executar, uma boa parte deles em andamento, no período de 2007 a 2010. Definiu também quanto vai investir: serão R\$ 503,9 bilhões, dos quais

R\$ 274,8 bilhões (5,4,5 %) serão destinados à área energética. Isso dará novo ânimo aos empresários e atrairá capitais do exterior?

O PAC é constituído de cinco blocos de ações, e só um deles se refere aos projetos de investimento em infra-estrutura. Então, é preciso considerar o efeito combinado dos cinco blocos, do ponto de vista de dar ânimo aos empresários e atrair capitais do exterior. Os outros quatro blocos são: estímulo ao crédito e ao financiamento (e ao mercado de capitais); melhoria do ambiente de investimento; remuneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e medidas fiscais de longo prazo. Mesmo colocando foco nos investimentos em infra-estrutura, duas coisas devem ser destacadas: a melhoria da infra-estrutura fortalece a competitividade do setor privado, nacional e internacionalmente; e o setor privado terá vários tipos de oportunidade de participar diretamente: recebendo concessões, realizando obras e sendo fornecedor (de equipamentos e outros bens e serviços). Como ilustração, o programa de investimentos da Petrobras inclui uma verdadeira ressurreição do setor de construção naval (inteiramente privado), que era muito importante na década de 1970 e que foi praticamente destruído na de 1980.

Como prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o superávit primário continuará em 4,25 % do PIB em 2007 e nos anos subseqüentes até 2010. O Governo estima, porém, que o total líquido de juros pagos, que em 2007 deve corresponder a 5,6 % do PIB, possa cair para 5% em 2008, 4% em 2009 e 3,9% em 2010. Isso, junto com outras medidas de contenção dos gastos, deve permitir que o déficit público nominal possa cair de 1,9% do PIB em 2007 para 0,2% do PIB em 2010, quase déficit zero. Com isso, a dívida líquida do setor público não-financeiro cairia de 48,3% este ano para 39,7% daqui a quatro anos. Há consistência nessas estimativas?

Tudo isso é uma combinação de intenções ou definições de política macroeconômica com simples “previsões” (exemplo: taxas de crescimento do PIB). Haverá consistência se as coisas correrem dentro do desejado ou esperado. Exemplos: trajetória da taxa Selic nominal, taxa de inflação, taxa de crescimento real do PIB (e suas consequências: dívida líquida do setor público em porcentagem do PIB). Previsão quantitativa em economia é isso mesmo, porque o futuro não está contido no passado. Talvez, quanto ao PIB, fosse mais razoável prever intervalos de variação, de forma crescente. Por exemplo: 4 a 5%; 4,5 a 5%; 5 a 5,5% etc. Ou seja, uma elevação gradual da taxa, com margem de variação, como se faz no caso das metas de inflação. Inclusive para facilitar a conciliação entre inflação e crescimento.

Alguns dizem que se trata de uma grande aposta e depende, fundamentalmente, de que a arrecadação de impostos cresça aceleradamente junto com a economia, sem gerar pressões inflacionárias, e que os juros caiam também de forma constante. Isso é viável?

A dúvida maior é sobre a trajetória de crescimento do PIB. Se o crescimento do PIB for acelerando, de forma sustentada, tudo indica que a arrecadação tributária fará o mesmo. Sem elevação da alíquota de tributos, e até com certa redução gradual.

Para evitar que o PAC caia no vazio, como o “pacote 51” do governo FHC, o Governo criou um comitê gestor do PAC, composto por quatro ministros, os quais também vão dirigir o grupo executivo que comandará o programa. Pode dar certo? Não seriam necessários vários grupos de trabalho, tipo GEIA, Geipot etc., como no passado?

Criaram-se um Comitê Gestor do PAC no nível ministerial (CGPM) e um Grupo Executivo do PAC no nível de subchefia da Presidência

cia e secretarias de ministérios. É uma combinação que pode funcionar. Desde que haja informação adequada e acompanhamento da ação. Sem monitoramento, de forma contínua, é difícil haver resultados. Mas pode funcionar.

O PAC é mais parecido com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek do que com o II PND, por exemplo, uma vez que visa resolver questões setoriais, mas não chega a definir uma estratégia de desenvolvimento?

O PAC define a si próprio como um Programa de Aceleração do Crescimento. E não como Plano de Governo ou Plano de Desenvolvimento. E o Presidente Lula, no discurso de lançamento do PAC, foi explícito: trata-se de uma peça de uma engrenagem. Haverá novas etapas. E já anunciou a segunda etapa. Entendemo-lo, pois, como a primeira fase de um processo. O Plano de Metas e, principalmente, o II PND eram Planos de Desenvolvimento. O que veio depois foram medidas de execução.

O PAC foi bem recebido pelos empresários, mas eles preveram que o Brasil não pode crescer 5% (o PAC fala em 4,5% em 2007) com deficiência prevista de energia a partir de 2008. O que lhe parece?

“Deficiência prevista de energia a partir de 2008” soa como bola de cristal, dependente de uma série de variáveis, ainda não bem definidas. Parece-me que devemos aguardar a evolução dos acontecimentos, executar o PAC e começar a definir as etapas seguintes.

Empresários lamentam que o Governo não tenha previsto, até agora, a realização de reformas estruturais, principalmente a tributária, bem como medidas para melhoria da qualidade do gasto público. O PAC reconhece que o crescimento depende do aperfeiçoamento da política fiscal, com manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Pro-

põe também a criação de um Fórum Nacional da Previdência Social, a instituição de um fundo de previdência complementar para funcionários públicos, marcos regulatórios mais confiáveis, mas tudo parece muito vago. Essas críticas são procedentes?

Já que vai haver novas etapas, tentemos, como sugere o Projeto de Brasil, do Fórum Nacional, fazer com que elas evoluam no sentido de enfrentar um duplo desafio. De um lado, a superação dos obstáculos que ainda faltam para termos o crescimento rápido e, principalmente, a camisa-de-força em que se encontra o orçamento federal: 90% dos gastos não-financeiros são despesas obrigatórias. O que significa: a margem de decisão refere-se aos restantes 10%. Isso significa a necessidade de mudar parâmetros, ou seja, ter limite não apenas para gastos de pessoal, mas com relação a todos os tipos de gasto. E para os três poderes. Não só o Executivo, mas também o Legislativo e o Judiciário. Ao mesmo tempo, fazer uma revisão das funções e estruturas dos ministérios, objetivando a contenção de despesas. Com isso, começa-se a criar condições para viabilizar a redução da carga tributária – um dos inibidores dos investimentos do setor privado. E temos também de manter o olho voltado para a continuação da política de redução gradual da taxa básica de juros (e dos spreads bancários) – outro inibidor. E olho voltado, igualmente, para o problema do câmbio flutuante – que flutua para baixo –, um terceiro inibidor. O outro lado do desafio diz respeito à necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que nos leve para o novo paradigma econômico do nosso tempo – a inovação e a economia do conhecimento. Podemos superar todos os obstáculos, preparar bem as bases e o crescimento não acontecer. Superação de obstáculos e construção das bases são necessários, mas não suficientes. Sem estratégia, o crescimento virá devagar.

Do total de investimentos em infra-estrutura, R\$ 437 bilhões, ou seja, 86,7% dos R\$ 503,9 bilhões, devem provir de empresas estatais e do setor privado. Só R\$ 67 bilhões (13,3%) viriam de recursos orçamentários. Acha boa essa proporção em razão da situação do setor público hoje em dia?

A pequena participação dos recursos orçamentários parece estar dentro do possível, no momento, por causa da camisa-de-força mencionada. Em 1985, os investimentos corresponderam a 3% da Despesa Não-Financeira (em 1987 eram 15%). Com a previsão do PAC, já aumenta um pouco a participação dos investimentos.

Qual a sua opinião sobre o critério de regionalização dos investimentos previstos no PAC? Recordo que no Projeto de Brasil, que o senhor coordenou, é mencionada a falta de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste e para a Amazônia e de coordenação de agências executivas. O que muda a esse respeito?

A regionalização de investimentos apresentada no PAC refere-se a programas de infra-estrutura. Parece razoável. Entretanto, se quisermos que o Nordeste e a Amazônia cresçam rapidamente, vamos precisar de uma estratégia de desenvolvimento, baseada principalmente em expansão de exportações, para o resto do país e para o exterior. É um modelo exportador, como cabe a economias pequenas. Daí a necessidade de se ter o engajamento das agências executivas para promover o aproveitamento das oportunidades regionais e locais dessas regiões.

O Projeto de Brasil discorre também muito sobre educação, universalização do ensino médio, inclusão digital, políticas especiais de emprego. O PAC sobre isso também é vago, senão omissos. Qual a sua opinião?

O Projeto de Brasil é muito mais abrangente que o PAC. Este, pela sua própria concepção, é uma primeira etapa, como já disse. Deseja-se, então, que seja feita a evolução, nas etapas seguintes, até se ter algo nos moldes de um projeto nacional.

A utilização do FGTS para financiar o PAC já vem provocando reações negativas por parte de entidades sindicais. O retorno dos projetos anunciados só se daria a mais longo prazo ou haveria uma forma de remunerar o FGTS que garantisse, pelo menos, a TR mais 3%?

A utilização do FGTS em um fundo de investimento em infra-estrutura deve assegurar um rendimento mínimo anual ao patrimônio líquido do FGTS. É o que acontece nas Parcerias Público-Privadas (PPP), para investimentos em infra-estrutura. Logo, parece razoável querer o mesmo para o FGTS, que é um fundo dos trabalhadores.

No balanço geral, qual é a sua impressão?

A síntese do meu comentário final é: devemos abrir um crédito de confiança ao PAC. E estar atentos para que ele realmente aconteça. E desejar que evolua no sentido de virmos a ter um Plano de Desenvolvimento completo, ao fim das sucessivas etapas, de modo a dar oportunidade à geração atual, que praticamente nunca viu o Brasil crescer (em termos de renda *per capita*).



Atualize os seus conhecimentos por intermédio da Biblioteca do Exército, a preços nunca vistos!

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO COM MUITO MAIS VANTAGENS!

Assinando a coleção de 2007, você, além de mais informação, receberá inteiramente grátis a assinatura anual de uma das revistas quadrimestrais:

A Defesa Nacional ou Revista do Exército Brasileiro

Você pode optar, também, pela compra de cinco livros do editorial 2007 e ganhar um BRINDE exclusivo da BIBLIEC!

ASSINE TAMBÉM:

Revista do Exército Brasileiro

Publicação de artigos de conteúdo técnico-profissional militar

A Defesa Nacional

Contém estudos de assuntos militares, políticos e sociais brasileiros

Revista Militar de Ciência e Tecnologia

Seleção de assuntos pesquisados pelos docentes e discentes do Instituto Militar de Engenharia – IME

Como e quanto pagar:

- Coleção (dez livros): R\$ 210,00 à vista ou em até 12 parcelas fixas sem juros.
- Seleção de livros (cinco): R\$ 105,00 à vista ou em até 12 parcelas fixas sem juros.
- Revistas quadrimestrais (assinatura anual de cada revista): R\$ 40,00 à vista.

Faça abaixo a sua opção:

- Na coleção completa: não esqueça de marcar uma das duas revistas, A Defesa Nacional ou Revista do Exército.
- Na escolha de cinco livros, você receberá um brinde exclusivo da BIBLIEC.
- A Infantaria Ataca
Erwin Rommel
- Atlas Hutchinson de Planos de Batalhas
Richard Holmes
- Transformando Suor em Ouro
Bernardo Rocha Resende (Bernardinho)
- O Espírito Militar na Questão Acreana
Luis Felipe do Castilhos Goycochêa
- As Virtudes Militares
Pedro Schirmer
- Ganhando a Guerra
J. B. Alexander
- 1984
George Orwell
- Matar – Os custos psicológicos de aprender a matar na guerra e na paz
Dave Grossman
- Elisa Lynch – Mulher do mundo e da guerra
Fernando Baptista
- Geopolítica e o Futuro do Brasil
Carlos Patrício Freitas Pereira
- Revista Exército Brasileiro
- Revista A Defesa Nacional
- Revista Militar de Ciência e Tecnologia

Dados cadastrais

Nome completo			
Data e nascimento		Endereço	
Bairro		Cidade	UF
Telefone	Fax	Correio eletrônico	

Militares

Situação	Desconto em folha	Prc-CP (EB)	Posto/grad
			Identidade
<input type="checkbox"/> Ativa	<input type="checkbox"/> Sim	NIP (MB)	OM
<input type="checkbox"/> Reserva	<input type="checkbox"/> Não		



Assinatura: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

Para adquirir publicações avulsas, consulte a BIBLIEC ou nosso representante na sua OM.

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Centro – Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (21) 2253-4628 ou 2519-5732 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibliex@bibliex.com.br

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.**

**Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF
Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.